

Guiné-Bissau: Terceira Avaliação do Acordo Trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e Avaliação das Garantias Financeiras — Relatório do Corpo Técnico, Análise Conjunta FMI/Banco Mundial da Sustentabilidade da Dívida, Anexo Informativo, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Pronunciamento do Administrador do FMI para a Guiné-Bissau

No contexto da terceira avaliação do acordo trienal com a Guiné-Bissau ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e da avaliação das garantias financeiras, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- Relatório do corpo técnico sobre a terceira avaliação do acordo ao Abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e a avaliação das garantias financeiras, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI após o encerramento das discussões com as autoridades da Guiné-Bissau, em 21 de Setembro de 2011, sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 11 de Novembro de 2011, com base nas informações disponíveis à altura das discussões. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- Análise conjunta FMI/Banco Mundial da sustentabilidade da dívida
- Anexo Informativo
- Comunicado de Imprensa, em que se resumem as opiniões do Conselho de Administração expressas durante a discussão do relatório do corpo técnico em 2 de Dezembro de 2011 que concluiu a avaliação.
- Pronunciamento do Administrador do FMI que representa a Guiné-Bissau.

Os documentos relacionados abaixo foram publicados separadamente:

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da Guiné-Bissau*
Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2011-12*
Memorando Técnico de Entendimento*

*Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services
700 19th Street, N.W. • Washington, D.C. 20431
Telephone: +1 202 623-7430 • Fax: +1 202 623-7201
E-mail: publications@imf.org • Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

GUINÉ-BISSAU

Terceira Avaliação no Âmbito do Acordo Trienal ao Abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e Avaliação das Garantias Financeiras

Elaborado pelo Departamento de África
(Em consulta com outros departamentos)

Aprovado por Roger Nord e Thomas Dorsey

15 de Novembro de 2011

Sumário Executivo

Os desenvolvimentos económicos foram positivos na generalidade. A economia está a beneficiar do aumento da produção de caju e da subida dos preços do produto. A expectativa é que o crescimento económico acelere para 5,3% este ano, o que está acima do previsto aquando da segunda avaliação. A inflação deve aumentar este ano, impulsionada pelo aumento dos preços de importação de combustíveis e alimentos, mas a inflação subjacente continua sob controlo.

O desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF foi satisfatório. O desempenho económico continuou positivo em 2011, com políticas sólidas. As autoridades cumpriram todos os critérios de desempenho até ao fim de Junho de 2011 e todos os indicadores de referência estruturais da terceira avaliação, com uma única excepção.

O desempenho orçamental em 2011 prossegue no rumo traçado e tudo indica que as metas para o final do ano serão cumpridas. Espera-se que o programa orçamental seja totalmente custeado sem recorrer ao financiamento interno.

Será fundamental manter o ímpeto das reformas económicas pós-HIPC. As áreas prioritárias continuam a ser a mobilização de mais receitas, o fortalecimento da gestão financeira pública, a melhoria na gestão da dívida e a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento do sector privado.

O corpo técnico recomenda a conclusão da terceira avaliação do acordo ECF. O desempenho satisfatório das autoridades e o seu compromisso com o êxito na execução do programa justificam o apoio do FMI. A conclusão da avaliação permitirá o desembolso de DSE 2,414 milhões (17 por cento da quota).

As discussões realizaram-se em Bissau, no período de 8 a 21 de Setembro de 2011. A equipa da missão era formada pelo Sr. Drummond (chefe), Sr. Yoon, Sra. Zdzienicka (todos do AFR), Sr. Torrez (Representante Residente) e Sr. Fonseca (economista local). O Sr. Tall, do gabinete do Administrador, participou das discussões sobre políticas.

Sumário	Página
I. Visão Geral	4
II. Desenvolvimentos Económicos Recentes e Desempenho no Âmbito da ECF	5
III. Perspectivas Económicas e Riscos.....	6
IV. Discussão sobre Políticas.....	6
A. Manutenção da Prudência Fiscal	7
B. Reformas Estruturais e Estratégia de Redução da Pobreza	9
C. Políticas de Endividamento e Garantias Financeiras	12
V. Monitorização e Riscos do Programa	13
VI. Avaliação do Corpo Técnico	13
Apêndice I. Carta de Intenções	32
Anexo I. Memorando de políticas Económicas e Financeiras para 2011–12	34
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento.....	47
Figuras	
1. Desenvolvimentos Macroeconómicos, 2006–11	15
2. Perspectivas de Médio Prazo, 2009–14	17
3. Inflação dos Preços no Consumidor e Preços de Importação	18
Caixas	
1. Sobretaxa das Exportações de Caju	10
2. Actualização sobre a Reforma do Sector de Segurança (RSS).....	11
Tabelas	
1. Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2008–14.....	19
2. Síntese Monetária, 2008–14.....	20
3. Balança de Pagamentos, 2008–14.....	21
4. Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2011.....	22
5. Indicadores de Referência Estruturais no âmbito da ECF	23
6. Operações do Governo Central, 2008–14.....	25
7. Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2011–12.....	27
8. Indicadores de Referência Estruturais para 2012.....	28
9. Indicadores da Capacidade de Pagamento ao Fundo, 2008–18.....	29
10. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2008–12	30
11. Avaliações e Desembolsos nos Termos do Acordo Trienal da ECF, 2010–13	31

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP	Assembleia Nacional Popular
ASD	Análise da Sustentabilidade da Dívida
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
CD	Critério de desempenho
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DNT	Despesa não titulada
ECF	Facilidade de Crédito Alargado
ERP	Estratégia de Redução da Pobreza
FUNPI	Fundo de Promoção à Industrialização dos Produtos Agrícolas
GFP	Gestão das finanças públicas
HIPC	Países Pobres Muito Endividados
IEO	Gabinete de Avaliação Independente
IVA	Impostos sobre o Valor Acrescentado
MPEF	Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
MTE	Memorando Técnico de Entendimento
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PRGF	Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento
RSS	Reforma do sector de segurança
SIGRHAP	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Pública
SYDONIA	Sistema Automatizado de Dados Aduaneiros
SYGADE	Sistema Integrado da Gestão da Dívida
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
WEO	<i>World Economic Outlook</i> (Perspectivas da Economia Mundial)

I. VISÃO GERAL

1. **Uma confluência de desenvolvimentos está a criar uma situação económica mais favorável para a Guiné-Bissau:**

- A alta dos preços do principal produto de exportação (caju) e colheitas excepcionais.
- Continuação da estabilidade política desde a eleição presidencial em 2009, um governo civil representativo e manutenção da equipa económica durante três anos.
- Melhoria das instituições nos últimos anos, com ampla assistência técnica de parceiros no desenvolvimento.

2. **A implementação eficaz do programa apoiado pela ECF está a produzir resultados mensuráveis:**

- O país conseguiu escapar do sobreendividamento com o alívio da dívida concedido depois do ponto de conclusão da HIPC no ano transacto.
- A sustentabilidade fiscal melhorou consideravelmente através do controlo da despesa e aumentos substanciais da receita. Pela primeira vez, o orçamento de 2012 prevê receitas orçamentais suficientes para cobrir a despesa corrente, o que permitirá que toda a assistência orçamental seja destinada ao apoio a projectos de investimento.
- Enquanto em 2008 a folha salarial absorvia todas as receitas fiscais, actualmente representa menos de dois terços dessas receitas. O melhor controlo de receitas criou espaço para a despesa em áreas prioritárias identificadas pelo governo (infra-estrutura, agricultura, saúde e educação).

3. **Será importante manter o rumo do crescimento sustentável e da redução da pobreza.**

- Com a crescente pressão interna para a entrega de resultados económicos palpáveis, associada a uma perspectiva moderada para o ambiente externo, a determinação das autoridades em manter o ritmo e aprofundar as reformas será crucial. A estabilidade política e a melhoria da segurança continuam a ser essenciais para as perspectivas económicas.
- O desafio imediato é manter a prudência fiscal, modernizar a administração pública e os sectores de defesa e segurança e criar espaço para o desenvolvimento do sector privado.
- O desafio a médio prazo é criar uma economia competitiva e reduzir a vulnerabilidade e a dependência de um único produto de exportação, melhorando o ambiente de negócios e diversificando a economia.

II. DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E DESEMPENHO NO ÂMBITO DA ECF

4. **A economia beneficiou dos altos preços das exportações de caju e da boa colheita deste produto** (Figuras 1-2 e Tabelas 1-2). Os preços foram cerca de 33 por cento mais altos que o previsto na avaliação anterior e, devido ao clima favorável, a colheita de caju foi cerca de 30 por cento maior. Isto ajudou a conter pressões sobre a balança de pagamentos decorrentes da alta da factura da importação de alimentos e combustíveis. A inflação global subiu 5,5 por cento (homóloga) em Setembro de 2011, mas a inflação subjacente, que exclui alimentos e energia, continua controlada. O aumento do rendimento das exportações de caju ajudou a melhorar a conta corrente externa (Tabela 3).

5. **No geral, a execução do orçamento para o exercício fiscal 2011 tem sido coerente como as metas do programa**

(Quadro 1). Até Setembro, a receita fiscal estava em linha com o programa, enquanto a receita não fiscal ficou aquém do nível programado devido às compensações financeiras das pescas da UE abaixo do previsto. A despesa primária (excluindo as compensações financeiras das pescas) corresponde, em linhas gerais, ao programa, com a despesa corrente ligeiramente mais alta (suborçamentação de despesas de representação e outras) compensada pela queda da despesa de investimento financiada internamente (atrasos na implementação do programa de investimento público). Como consequência, a meta de défice primário interno foi cumprida conforme previsto no programa.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Execução Orçamental, Janeiro-Setembro

	2010	2011	
		Prog. ¹	Efect.
	(Porcentagem do PIB)		
Receita orçamental	8,4	8,2	8,1
Receita fiscal	6,1	6,6	6,7
Receita não fiscal	2,3	1,6	1,4
Compensações da pesca	1,1	1,0	0,4
Despesa primária interna	8,8	9,4	9,4
Despesa primária corrente	8,6	8,7	9,0
Despesa relativa às comp. da pesca	0,2	0,4	0,1
Representação	0,4	0,3	0,5
Investimento financiado internamente	0,2	0,7	0,4
Saldo primário interno	-0,4	-1,2	-1,3
<i>Por memória:</i>			
Receita orçamental excl. compens. da pesca	7,3	7,2	7,7
Desp. primária corr. excl. compens. da pesca	8,4	8,3	8,9

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do FMI.

¹ Projectado na segunda avaliação da ECF em Maio de 2011.

6. **O desempenho do programa foi satisfatório.** Todos os critérios de desempenho até ao final de Junho foram cumpridos (Tabela 4). Apenas um dos indicadores de referência estrutural para a terceira avaliação não foi cumprido. O sistema unificado de pagamentos salariais foi alargado à maioria dos ministérios e está em curso a sua implantação nos ministérios da Defesa e do Interior (Tabela 5). Igualmente, apenas uma das metas indicativas não foi cumprida até ao final de Setembro. A meta das despesas não tituladas (DNTs) não foi atingida devido a insuficiente controlo em face das pressões de despesa. As autoridades conseguiram reduzir as DNTs para um patamar abaixo da meta no final de Outubro e concordaram em aplicar de forma rigorosa a actual regulação que restringe essa despesa a circunstâncias excepcionais.

III. PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E RISCOS

7. **As perspectivas económicas de curto prazo continuam favoráveis.**
- Prevê-se um crescimento de 5,3 por cento do PIB real em 2011, apoiado pela boa colheita de caju e termos de troca favoráveis. As perspectivas económicas para 2012 continuam favoráveis devido ao reinício do programa de investimento público e ao dinamismo do sector da construção. A volta gradual da confiança após o ponto de conclusão da HIPC faz prever uma melhor perspectiva económica.
 - A projecção de inflação anual média é de 4,8 por cento em 2011. A inflação subjacente, no entanto, deve permanecer controlada. A inflação global deve descer gradualmente para abaixo da meta da UEMOA de 2 (± 1) por cento em 2012, uma vez que se prevê a diminuição dos preços internacionais dos alimentos e dos combustíveis.
 - A grande melhoria nos termos de troca deverá reduzir o défice da conta corrente em 2011, mas apenas moderadamente, devido ao aumento das importações, em especial de alimentos e combustíveis. Supondo que os preços de exportação de caju voltem à sua média de médio prazo, a conta corrente aumentaria ligeiramente em 2012.
8. **Ainda há riscos para as perspectivas.** No ambiente externo, os riscos advêm de preços de caju ou crescimento nas economias avançadas aquém das previsões. Internamente, pressões para mudanças pré-eleitorais nas políticas económicas também podem representar um risco.

IV. DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS

9. **As discussões centraram-se na necessidade de se manter o rumo, de forma a consolidar os benefícios da melhoria da situação fiscal e aprofundar as reformas pós-HIPC.** O foco das reforma continua a ser a mobilização de mais receitas, a modernização da administração pública e a aceleração do crescimento no âmbito do novo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II).

A. Manutenção da Prudência Fiscal

10. O programa fiscal para 2011 continua a ser totalmente financiado¹ (Quadro 2 e

Tabelas 6a-6b). A previsão é que a receita fiscal para o exercício atinja o objectivo do programa, consolidando um ganho de quase 3 pontos percentuais do PIB nos últimos três anos. A receita não fiscal reflectirá as compensações financeiras da UE e licenças de pesca abaixo do previsto. Para além disso, o apoio ao orçamento deverá ficar ligeiramente abaixo do programa, porque a assistência do Banco Mundial e do BAfD será menor que o previsto. No lado da despesa, a elevada despesa corrente (sobretudo despesas de representação suborçamentadas)

será mais que compensada pela despesa de investimento abaixo do programado, em virtude dos atrasos no financiamento estrangeiro e na execução de projectos de investimento, apesar da despesa de investimento financiada internamente ter aumentado em relação ao ano transacto. Como consequência, o saldo e o financiamento globais mantêm-se dentro das projecções do programa, sem o recurso ao financiamento interno.

11. **As discussões sobre o orçamento de 2012 incidiram sobre a necessidade das autoridades manterem a prudência fiscal.** O orçamento reflecte um envelope limitado de recursos e a crescente pressão para o aumento da despesa. Depois de anos de contenção, crescem as pressões por parte de vários grupos de interesse para mais gastos e maiores salários. Um outro desafio está relacionado ao apoio relativamente baixo ao orçamento, que deverá vir apenas do Banco Mundial (FCFA 3,3 mil milhões) e do BAfD (FCFA 3 mil milhões) em 2012. As autoridades continuam a presumir que não haverá apoio ao orçamento por parte da UE em 2012.²

Quadro 2. Guiné-Bissau: Projecção Orçamental, 2010-11

	2010	2011	
		Prog. ¹	Proj.
	(Porcentagem do PIB)		
Receita e donativos	20,4	19,3	18,8
Receita orçamental	10,8	10,9	10,6
Receita fiscal	8,0	8,3	8,4
Receita não fiscal	2,8	2,6	2,2
Licenças, taxas e coimas de pesca	0,7	0,7	0,5
Compensações da pesca	1,2	1,1	0,9
Donativos	9,7	8,5	8,3
Apoio ao orçamento	2,3	2,9	2,7
Despesas	20,7	21,3	20,8
Despesas correntes	11,9	12,0	12,5
Salários e ordenados	5,0	5,2	5,3
Outras despesas correntes	2,1	2,0	2,6
Representação	0,8	0,4	0,8
Despesa de investimento	8,8	9,3	8,2
Pagamento de atrasados internos líquidos	1,9	0,8	0,8
Saldo total incl. donativos (base de caixa)	-2,5	-2,8	-2,8
<i>Por memória:</i>			
Receita orçam. excl. comp. e licenças de pesca	8,9	9,1	9,2

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do FMI.

¹ Projectado na segunda avaliação da ECF em Maio de 2011.

¹ Em comparação ao programa aprovado na primeira avaliação (Relatório do FMI N° 10/379), o programa fiscal de 2011 foi revisto na segunda avaliação em Maio de 2011 (Relatório do FMI N° 11/67), reflectindo o aumento da base de receitas em 2010 e o apoio ao orçamento de Angola, desembolsado em Março de 2011.

² Durante as consultas no âmbito do Artigo 96 do Acordo de Cotonou em Março de 2011, as autoridades e a UE acordaram uma matriz de compromissos para retomar o apoio ao orçamento à Guiné-Bissau, inclusivamente a reforma do sector de segurança e a nomeação de militares. Contudo, as autoridades ainda não puseram em prática esses compromissos.

12. **O orçamento de 2012 foi concebido pelas autoridades para atingir vários objectivos importantes:** manter as despesas dentro dos recursos disponíveis, sem aumentar o endividamento; mobilizar mais receita, sobretudo através da redução de subsídios aduaneiros implícitos e isenções e de

controles mais rigorosos; continuar a reduzir o grande stock de atrasados internos de anos anteriores de acordo com a estratégia de médio prazo do governo; proteger despesas prioritárias; e incorporar recursos para contingências. Pela primeira vez nos últimos anos, as receitas orçamentais serão suficientes para cobrir as despesas correntes. Portanto, no início de 2012, todo o apoio orçamental estará

disponível para ser usado no apoio à despesa em infra-estrutura e a outros projectos de investimento em consonância com o objectivo de aumentar o investimento e o crescimento. Alguns dos principais parâmetros do orçamento que serão submetidos à Assembleia Nacional são receitas de 12,7 por cento do PIB, défice primário interno de 1,6 por cento do PIB (Quadro 3) e uma afectação à reserva geral do orçamento de FCFA 1 mil milhões (mais alta que nos anos anteriores). Para cumprir estes objectivos orçamentais, o governo reiterou o seu compromisso de redução da despesa ou recuperação de mais receitas, na medida do necessário, para compensar quebras de financiamento.

13. **As autoridades e o corpo técnico concordam sobre a necessidade de manter os esforços de melhoria da receita orçamental.** O orçamento de 2012

assenta em medidas de aumento de receita e prevê que as receitas orçamentais aumentem em cerca de 2 pontos percentuais do PIB (Quadro 4). As medidas de aumento de receita devem contribuir com 0,6 pontos percentuais do PIB para a meta de

receita. O governo já está a tomar algumas medidas de reforço das receitas: em Junho, o preço de referência do gasóleo importado foi reajustado em 24 por cento. Para além disso, o governo tem vindo a ajustar os preços internos dos combustíveis mensalmente, de forma a permitir a transferência integral

dos preços internacionais aos preços nacionais (Figura 3). Como parte do orçamento de 2012,

Quadro 3. Guiné-Bissau: Projecção Fiscal, 2011-12

	2011	2012
	(Porcentagem do PIB)	
Receita e donativos	18,8	20,8
Receitas	10,6	12,7
Receita fiscal	8,4	9,6
Receita não fiscal	2,2	3,1
Donativos	8,3	8,2
Apoio ao orçamento	2,7	1,3
Despesas totais	20,8	21,8
Despesas correntes	12,5	12,7
Despesa de investimento	8,2	9,1
Défice primário interno	-2,5	-1,6
Saldo total, incl. donativos (base de caixa)	-2,8	-1,3

Fontes: Autoridades guineenses e projecções do FMI.

MPEF ¶9-10

Quadro 4. Impacto das medidas de aumento de receita em 2012
(Porcentagem do PIB)

1. Aumento dos preços de refer. de produtos importantes	0,6
Combustíveis	0,2
Arroz	0,3
Caju, açúcar e farinha	0,1
2. Eliminação das isenções à import. de bens de invest.	0,4
3. Compensações da UE para o sector das pescas	0,8
4. Reforço das administrações fiscal e aduaneira	0,3
5. Total (5 = 1+2+3+4)	2,1

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do FMI.

o governo planeia aumentar o preço de referência de certas importações (arroz, farinha, açúcar e gasóleo) para níveis de mercado e eliminar isenções para a importação de bens de investimento, inclusivamente combustíveis, pelo governo e ONGs. O aumento da receita também reflecte o aumento das compensações financeiras da UE para o sector das pescas devido à reprogramação dos fundos autorizados de 2011. Simultaneamente, o governo continuará a reforçar as administrações fiscal e aduaneira.

B. Reformas Estruturais e Estratégia de Redução da Pobreza

Aprofundamento da reforma fiscal

14. **As autoridades planeiam aprofundar as reformas fiscais.** O corpo técnico destacou que, apesar da recente melhoria, o rácio receita/PIB da Guiné-Bissau continua a ser baixo quando comparado com os seus congéneres na região, e são necessárias melhorias sustentadas na colecta de impostos para cumprir as metas fiscais. O corpo técnico e as autoridades concordaram sobre a importância de ampliar as reformas da administração fiscal. As prioridades são a melhoria da capacidade e eficiência na administração fiscal e aduaneira e o alargamento da base de tributação. As autoridades estão a progredir no reforço do quadro legal de regulação de acordos de partilha de receita entre os ministérios e concluíram a auditoria dos passivos fiscais dos grandes importadores, que aponta para uma disparidade entre a receita declarada e o que deveria ter sido pago (indicadores de referência para a quarta avaliação). A agenda de reformas fiscais para 2012 foi desenvolvida em estreita colaboração com a missão de assistência técnica do FAD e tem como metas: i) reestruturar a colecta de receitas não fiscais; ii) reduzir o volume de combustíveis isentos de impostos; iii) resolver a evasão fiscal através da melhoria dos controlos de contribuintes que deixaram de declarar; iv) elevar as taxas de declaração voluntária; e v) alargar o SYDONIA++ aos principais postos de fronteira fora de Bissau (todos novos indicadores de referência). As autoridades estão a preparar-se para a transição do imposto geral sobre vendas para o IVA, já usado por outros países da UEMOA, para alargar a base de tributação a médio prazo. Em conformidade com a assessoria da recente missão de assistência técnica do FAD, o corpo técnico sublinhou que a introdução do IVA, apesar de ser uma reforma válida, exigirá cuidados na sua preparação nos próximos dois anos e poderia beneficiar de assistência técnica dos parceiros de desenvolvimento.

MPEF ¶13 (i)

Melhoria do ambiente de negócios

15. **As autoridades desejam criar um ambiente capaz de atrair o investimento privado e promover a diversificação económica.** O governo está a avançar com a assistência de doadores a fim de superar dificuldades em matéria de oferta e reduzir o custo dos negócios. O programa de investimento público destina-se a remover os nós de estrangulamento nas infra-estruturas e a falta de fiabilidade do fornecimento de electricidade que limitam a expansão do sector privado e elevam os seus custos. O plano de acção para eliminar os entraves ao desenvolvimento do sector privado

MPEF ¶13 (iii)

será submetido ao Conselho de Ministros para aprovação em 2012 (novo indicador de referência). Está a ser desenvolvido um plano para a gestão dos recursos naturais do país (indicador de referência para a quarta avaliação).

16. Tanto as autoridades como o sector privado estão a explorar formas para promover a industrialização dos produtos agrícolas (Caixa 1). Um

MPEF ¶12

novo fundo, criado em parceria com o sector privado, está a ser financiado através da nova sobretaxa sobre as exportações de caju (cerca de FCFA 8 mil milhões em 2011, 1,7 por cento do PIB). O novo fundo financiará e garantirá a industrialização dos produtos agrícolas, uma prioridade do governo.³ O governo e o sector

Caixa 1. Sobretaxa das Exportações de Caju

Em Abril de 2011, o Ministério do Comércio, em colaboração com a Câmara de Comércio, introduziu uma nova sobretaxa sobre as exportações de caju, e em Maio de 2011 o Conselho de Ministros emitiu um decreto sobre o novo Fundo de Promoção à Industrialização dos Produtos Agrícolas (FUNPI). Os recursos obtidos com a nova sobretaxa serão geridos por uma parceria público-privada, cujos estatutos estão a ser redigidos. A sobretaxa vem se somar ao actual imposto de exportação já cobrado pelo Ministério das Finanças.

O impacto da sobretaxa do caju dependerá de várias considerações. Ao reduzir os preços internos das matérias primas, os impostos de exportação podem funcionar como um subsídio indirecto às indústrias de transformação. Também podem reduzir o retorno sobre matérias-primas e, ao gerar recursos fiscais adicionais para o sector da transformação, esses impostos podem aumentar a atractividade relativa do sector. Em Moçambique, por exemplo, um relatório do IEO¹ concluiu que a eliminação gradual do imposto sobre as exportações de caju no anos 90 prejudicou o sector de transformação do produto. Contudo, provavelmente a sobretaxa reduzirá o rendimento dos exportadores de caju. Devido à pequena participação da Guiné-Bissau na produção mundial de caju (cerca de 4 por cento), o custo adicional da sobretaxa deve ser suportado pelos produtores locais com a redução do preço no produtor. Para além disso, os ganhos obtidos com a redistribuição do rendimento de trabalhadores não qualificados para algumas indústrias e sua mão-de-obra especializada podem ficar aquém do esperado devido às imperfeições do mercado interno (ou seja, as etapas a vencer pelos comerciantes) e a concorrência com a indústria transformadora internacional, dominada pela Índia e o Vietname. Além do mais, preços mais baixos do caju podem desencorajar o investimento na produção do produto, o que comprometeria o futuro potencial de crescimento de todo o sector.

Muito dependerá de como o FUNPI é implementado para transformar o sector agro-industrial, e os desafios a enfrentar são os seguintes: estabelecer leis claras e transparentes com vista à melhor utilização dos recursos e assegurar que o fundo seja gerido profissionalmente para que os objectivos do governo e do sector privado sejam cumpridos.

¹ Gabinete de Avaliação Independente, FMI (2009), “Envolvimento do FMI em Questões de Política Comercial em Países de Baixo Rendimento: Sete Estudo de Caso”.

³ As oportunidades e desafios para desenvolver a indústria de transformação do caju na Guiné-Bissau foram avaliados pelo Banco Mundial como parte do Estudo Diagnóstico de Integração Comercial (EDIC) de 2009, Relatório N° 54145-GW.

privado (a Câmara de Comércio) concordaram com a destinação de recursos ao fundo, os quais não serão incluídos no orçamento do governo como receita em virtude das dificuldades de afectação de receitas. As autoridades concordaram com o corpo técnico de que as operações do novo fundo têm de ser monitorizadas de perto e as suas políticas revistas, inclusivamente o tratamento de recursos, com base na experiência do primeiro ano. O corpo técnico recomendou que as autoridades promulguem leis claras e transparentes, de acordo com as melhores práticas, com a assistência do Banco Mundial, e garantam a supervisão adequada das operações do fundo. O governo e a Câmara de Comércio concordaram que a gestão e as operações do fundo devem ser transparentes e que os interesses de todos os envolvidos na cadeia de exportação do caju devem ser tidos em conta.

Modernização da administração pública

17. **As autoridades estão a dar seguimento ao plano de acção para modernizar a administração pública aprovado no início do ano.** As autoridades continuaram a avançar na ampliação do sistema informatizado e uniformizado de folha salarial e planeiam alargá-lo aos ministérios do Interior e da Defesa até ao final de Março de 2012 (indicador de referência reprogramado). O sistema de gestão de pessoal (SIGRHAP) começou a operar em Novembro. De modo a manter o ritmo da reforma da administração pública, as autoridades pretendem aplicar os regulamentos de aposentação obrigatória e emitir regulamentos de gestão para o serviço público em 2012 (novo indicador de referência).

MPEF ¶13 (ii)

18. **Com a assistência de parceiros internacionais, as autoridades estão a intensificar os esforços para criar um ambiente propício à reforma do sector de segurança** (Caixa 2). A CEDEAO, a ONU e os parceiros bilaterais estão envolvidos no apoio à pacificação e estabilidade política. As iniciativas de reforma estão a ser processadas a ritmos diferentes. As mais avançadas são o estabelecimento de um

MPEF ¶13 (iv)

Caixa 2. Actualização sobre a Reforma do Sector de Segurança (RSS)

A RSS está a avançar seguindo os acordos entre a Guiné-Bissau e os seus parceiros. O número actual de militares é cerca de 4.500, com uma estrutura organizacional em pirâmide invertida, formada por cerca de 3.100 oficiais e cerca de 1.400 soldados. O governo pretende reduzir as forças armadas para cerca de 3.500 homens, através de programas de aposentação e desmobilização combinados com uma nova estrutura de não mais de 30 por cento de oficiais permanentes e o recrutamento do resto do pessoal militar. O roteiro da reforma, elaborado com a assistência da ONU, da CEDEAO e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), estabelece um plano para a reforma gradual de 2.500 militares, entre 2012 e 2015, oferecendo um regime de aposentação atraente.

A CEDEAO expressou a sua intenção de ajudar a financiar a RSS com USD 65 milhões, dos quais, USD 45 milhões serão afectados ao fundo de pensão. O memorando de entendimento entre a CEDEAO-CPLP e o governo da Guiné-Bissau para a implementação do roteiro e a transferência de fundos está actualmente a ser negociado.

quadro legal de reestruturação dos sectores de defesa e segurança, como mostra a aprovação de vários decretos e leis pela Assembleia Nacional Popular (ANP) até ao final de 2010, bem como a profissionalização das forças de segurança através de actividades de formação conduzidas por missões de Angola e do Brasil. A CEDEAO deverá liderar o esforço de financiamento da reforma, inclusivamente o fundo de pensão, um pré-requisito para que a reforma aconteça. O governo está empenhado em reformar o primeiro grupo de polícias e militares assim que o apoio dos parceiros de desenvolvimento estiver disponível.

Redução da pobreza

19. **O governo adoptou o seu segundo DENARP quinquenal em Julho, que prioriza as suas políticas de desenvolvimento.** O DENARP assenta em quatro pilares: i) reforço do estado de direito e melhoria da eficácia da administração pública; ii) garantia da estabilidade macroeconómica, consolidação das reformas da gestão das finanças públicas e incentivo ao desenvolvimento de um sector privado sólido; iii) promoção do crescimento sustentável e abrangente e iv) melhoria do desenvolvimento humano. O sucesso do novo DENARP dependerá da priorização dos planos de acção. As recentes melhorias na gestão das finanças públicas devem ajudar as autoridades a melhorar a sua afectação de recursos e a aprimorar a eficiência da execução da despesa.

C. Políticas de Endividamento e Garantias Financeiras

20. **Em Maio, o Clube de Paris concordou em conceder um amplo alívio da dívida à Guiné-Bissau, reduzindo ainda mais as vulnerabilidades com respeito à dívida.** As autoridades estão a negociar acordos bilaterais com os credores do Clube de Paris e pretendem concluí-los até ao final de 2011. As autoridades estão a fazer o possível para finalizar os acordos com os restantes credores fora do Clube de Paris, com vista a obter tratamento comparável dos restantes credores; também continuam a envidar esforços de boa fé para encetar negociações com o credor privado estrangeiro.

MPEF ¶15

21. **A actualização da análise da sustentabilidade da dívida (ASD) externa indica um risco moderado de sobreendividamento.** O valor actual líquido da dívida externa continua baixo e sustentável durante o período da projecção. O requisito mínimo de concessionalidade para empréstimos em moeda estrangeira foi reduzido de 50 por cento para 35 por cento, consentâneo com o risco moderado de sobreendividamento da Guiné-Bissau. O corpo técnico instou as autoridades a manterem a vulnerabilidade da dívida em baixa contraindo apenas empréstimos externos em condições concessionais para atender as prementes necessidades de desenvolvimento, sem reincidir na acumulação de dívida insustentável.

22. **As autoridades concordam que o fortalecimento da capacidade de gestão da dívida continua a ser uma prioridade.** Prossegue no bom caminho a adopção do sistema de gestão da dívida, SYGADE, para registar, monitorizar e gerir toda a dívida pública, com a assistência da

MPEF ¶13 (v)

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (indicador de referência para a quarta avaliação). O uso do SYGADE entre o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e o Ministério das Finanças poderia ser alargado em 2012, o que ajudaria a melhorar a capacidade de gestão para monitorizar a dívida interna (novo indicador de referência).

23. **As autoridades reiteraram o seu empenho em implementar a sua estratégia de liquidação dos atrasados internos**, através de pagamentos anuais dentro dos recursos disponíveis. Em relação às dívidas ao BCEAO, as autoridades solicitaram um adiamento do pagamento e melhores condições e estão em negociações com este organismo.

MPEF ¶16-17

V. MONITORIZAÇÃO E RISCOS DO PROGRAMA

24. **O desempenho do programa será monitorizado semestralmente com base em indicadores de referência estruturais e metas quantitativas.** Dado que não há nenhuma mudança significativa na perspectiva macroeconómica, todos os critérios de desempenho e outras metas quantitativas para o final de Dezembro de 2011 permanecerão inalterados. O programa estabelece novos critérios de desempenho para Junho e Dezembro e metas indicativas quantitativas para Março e Setembro de 2012 (Tabelas 7-8). A quarta e a quinta avaliação estão agendadas para Maio e Dezembro de 2012, respectivamente.

25. **Os riscos para os recursos do FMI são moderados.** A capacidade do país para reembolsar o Fundo é razoavelmente sólida (Tabela 9). Os riscos para os recursos do Fundo são atenuados essencialmente pelo papel do BCEAO como agente fiscal e o seu sólido historial em termos de pagamentos ao FMI.

VI. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

26. **O desempenho económico tem sido favorável em 2011, mas a economia continua vulnerável.** Neste ano o crescimento económico foi acelerado, apoiado por uma boa colheita de caju e a melhoria dos termos de troca. Contudo, subsistem riscos devido à frágil estabilidade política e à vulnerabilidade a choques externos, especialmente por causa da elevada dependência de um único produto de exportação.

27. **As autoridades devem ser enaltecidas pelo desempenho satisfatório no âmbito do programa e pela manutenção da disciplina fiscal.** O controlo rigoroso da despesa corrente será crucial para o cumprimento das metas fiscais em 2011. O dinamismo fiscal registado nos primeiros nove meses do ano é resultado de uma actividade económica saudável e da melhoria da administração, e deve ser mantido.

28. **O orçamento de 2012 estabelece o equilíbrio certo entre prudência fiscal e as grandes necessidades de desenvolvimento.** O orçamento está devidamente concebido porque mantém a despesa dentro dos recursos disponíveis, mobiliza mais receita, mantém a

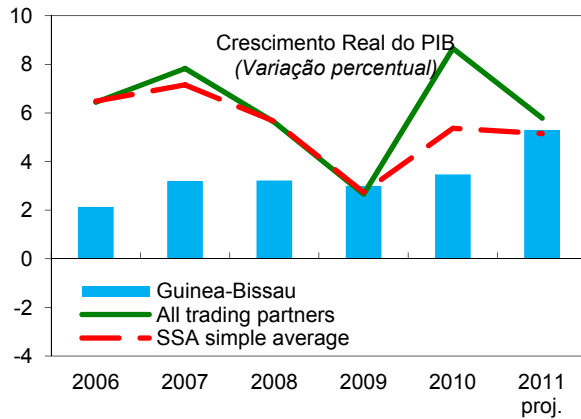
redução dos atrasados de anos anteriores, protege a despesa prioritária e preserva recursos para contingências e reformas. A capacidade do governo para mobilizar receitas próprias suficientes para cobrir a sua despesa corrente tornará possível destinar toda a assistência orçamental a infra-estruturas e outros projectos de investimento.

29. **O corpo técnico insta as autoridades a manterem o rumo e o progresso na implementação das reformas estruturais.** O foco na mobilização de mais receita, melhoria da gestão das finanças públicas e reforço da gestão da dívida é adequado e deverá permitir ao governo consolidar os ganhos alcançados até à data nestas áreas. O corpo técnico apoia a intenção das autoridades de realizar reformas para aumentar a receita, em especial através da eliminação de subsídios implícitos, modernização da administração fiscal, reforço dos controlos aduaneiros e melhoria do controlo sobre grandes contribuintes. O progresso na reforma da administração pública é encorajador mas é preciso fazer mais, e concluir a unificação do sistema de folha salarial é crucial. A aceleração de reformas que eliminem os entraves ao desenvolvimento do sector privado e reforcem o desenvolvimento do capital humano também é necessária para impulsionar o crescimento e reduzir a pobreza. A política das autoridades para assegurar a industrialização dos produtos agrícolas através de um novo fundo criado em parceria com o sector privado deveria ser revista, inclusivamente o tratamento de recursos, com base na experiência no seu primeiro ano de operação.

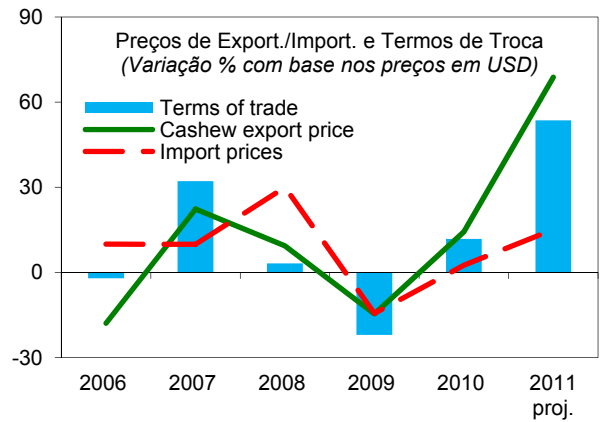
30. **O corpo técnico recomenda a conclusão da terceira avaliação ao abrigo do acordo ECF e da avaliação das garantias financeiras e apoia o pedido das autoridades para o quarto desembolso no âmbito do acordo ECF trienal.** O desempenho satisfatório das autoridades, o progresso considerável alcançado até à data e o comprovado empenho na consecução dos principais objectivos do programa justificam o apoio do FMI.

Figura 1. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Macroeconómicos, 2006-11

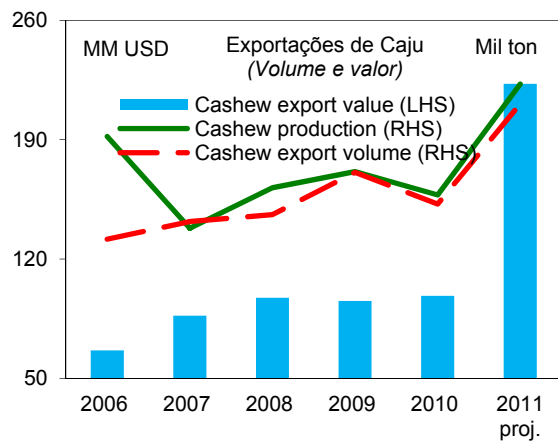
O crescimento do PIB acelerou, alimentado por...



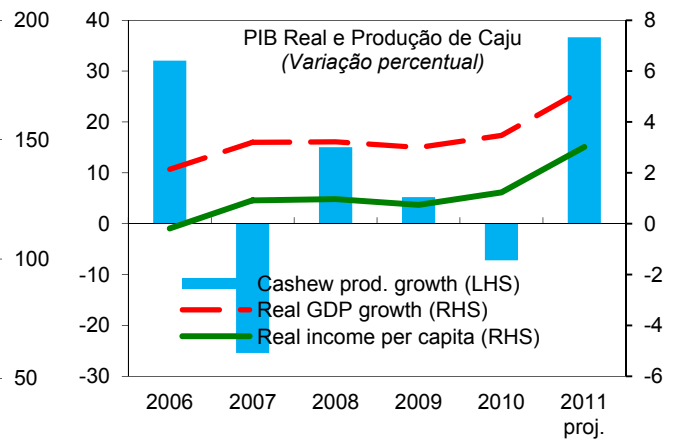
... ganhos nos termos de troca devido à subida dos preços de caju.



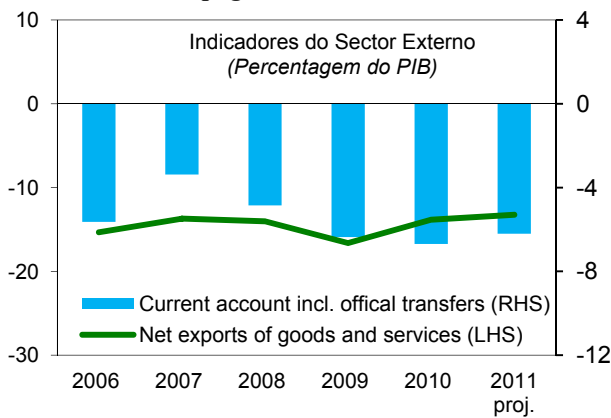
A subida das receitas de exportação de caju...



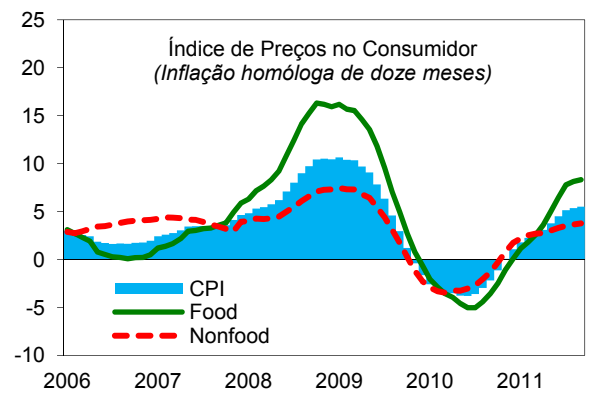
... sustentou o aumento do rendimento disponível e da procura interna e



...contribuiu para melhorar a balança de pagamentos externa.



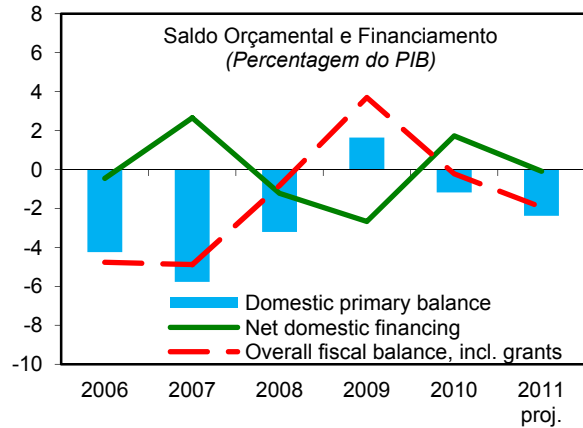
A inflação está a subir, mas a inflação subjacente é moderada.



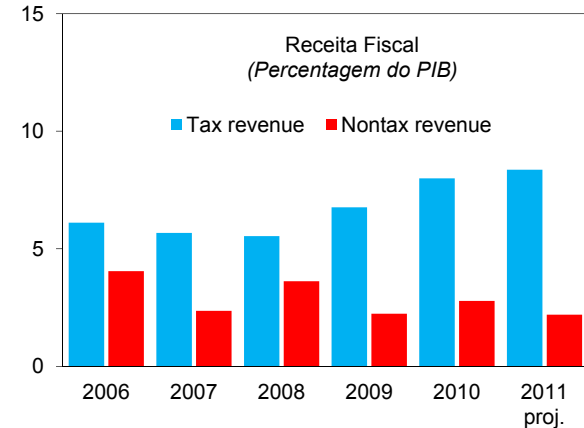
Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do FMI.

Figura 1. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Macroeconómicos, 2006-11 (conclusão)

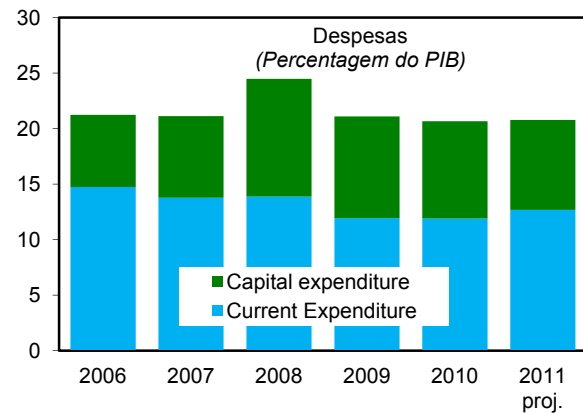
O défice fiscal continua totalmente financiado...



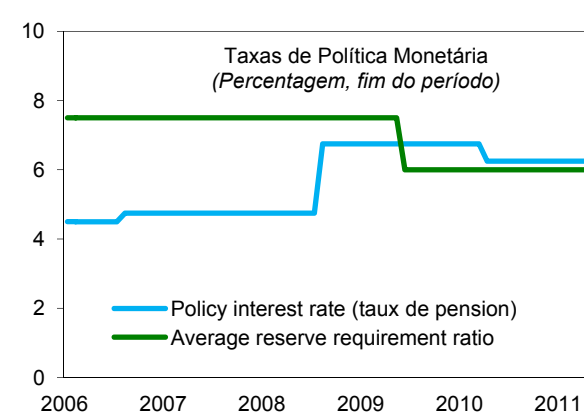
...junto com esforços sustentados de mobilização de receita...



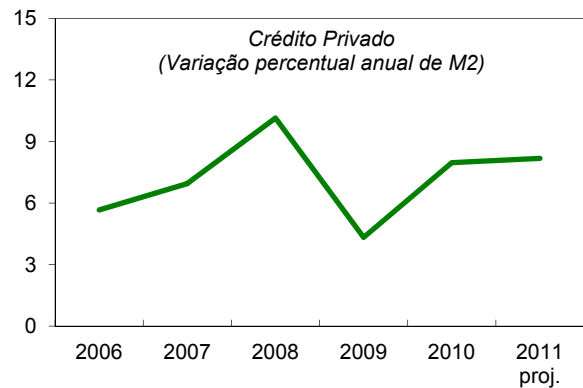
... e de contenção da despesa.



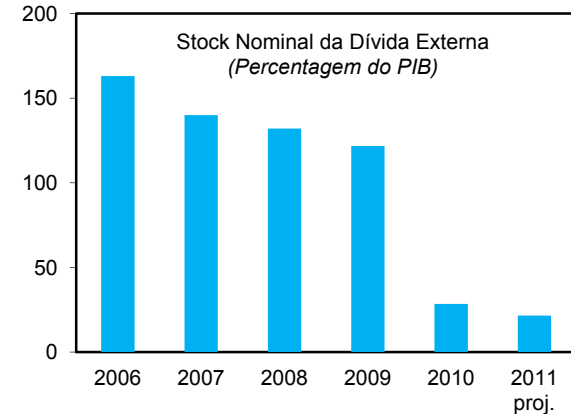
A política monetária da UEMOA foi acomodatória...



... e o crédito ao sector privado tem vindo a aumentar progressivamente desde 2009.



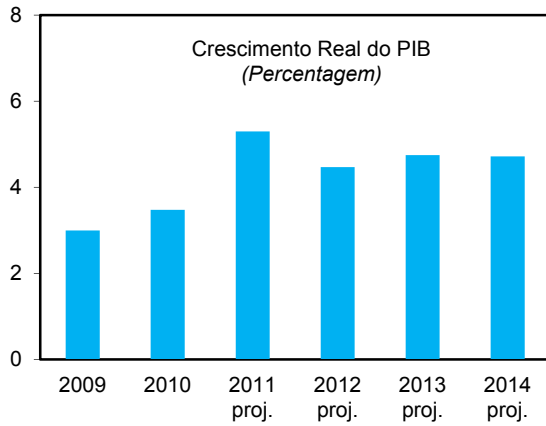
O endividamento caiu bastante com o alívio da dívida.



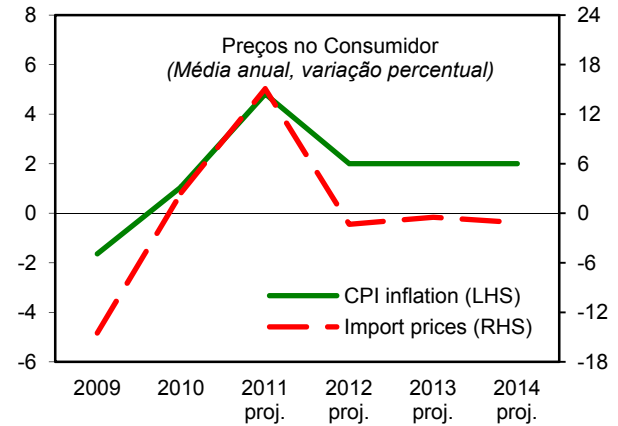
Fontes: Base de dados do Departamento de África; BCEAO, autoridades guineenses e estimativas do FMI.

Figura 2. Guiné-Bissau: Perspectivas de Médio Prazo, 2009-14

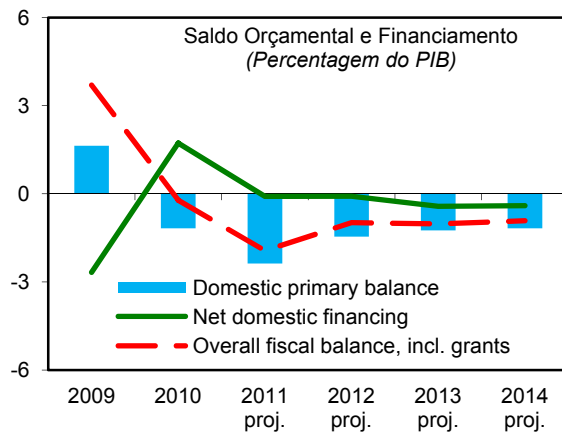
As perspectivas económicas para 2012 continuam favoráveis ...



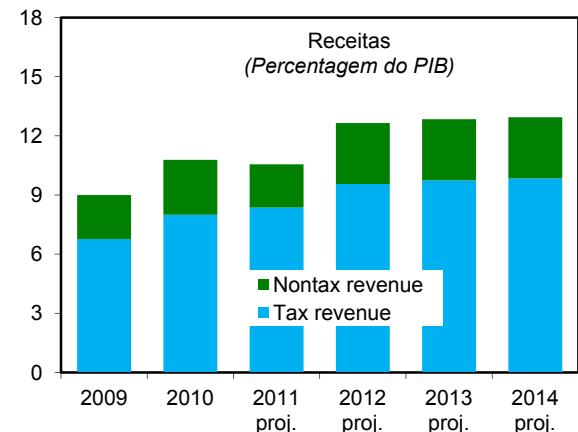
... e a inflação deve voltar às metas da UEMOA em 2012.



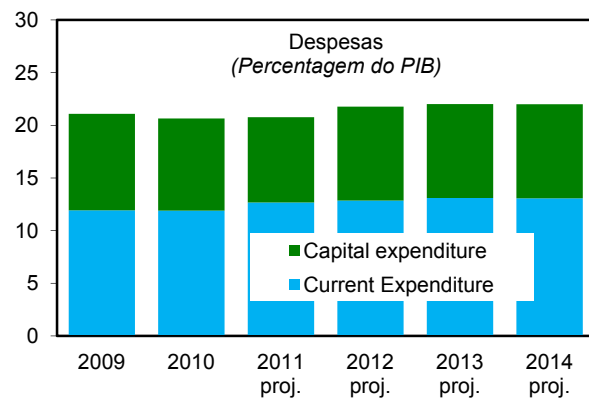
O programa fiscal deverá ser totalmente financiado...



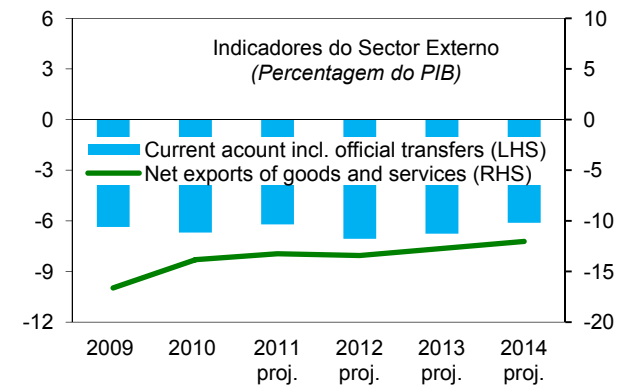
... com o aumento da arrecadação de receitas ...



... e a contenção da despesa dentro dos recursos disponíveis.



O défice da conta corrente externa deve aumentar ligeiramente com o retorno dos preços de exportação do caju à sua média de médio prazo.



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções dos técnicos do FMI.

Figura 3. Guiné-Bissau: Inflação dos Preços no Consumidor e Preços de Importação

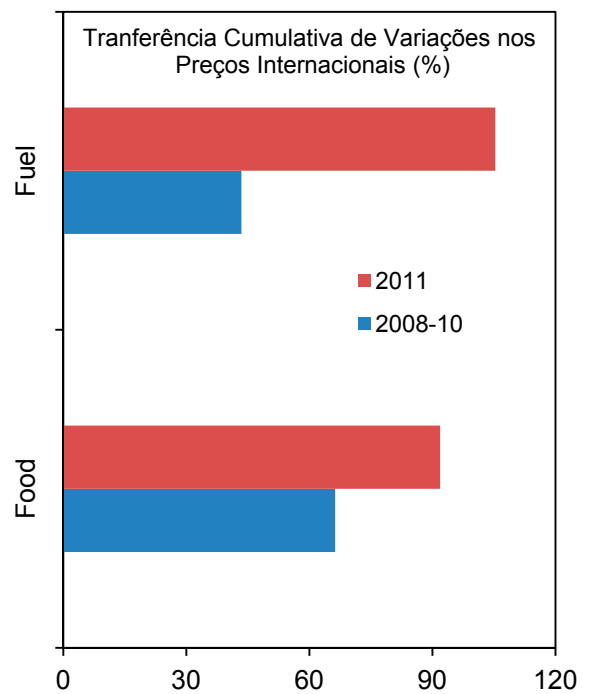
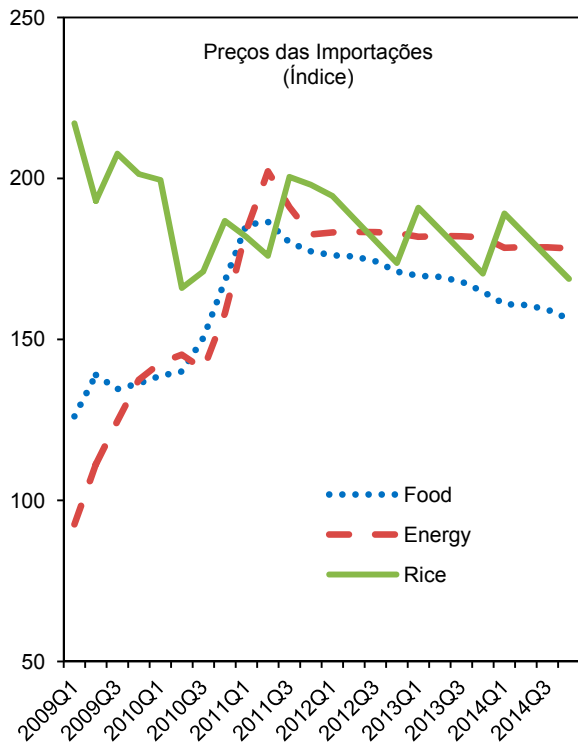
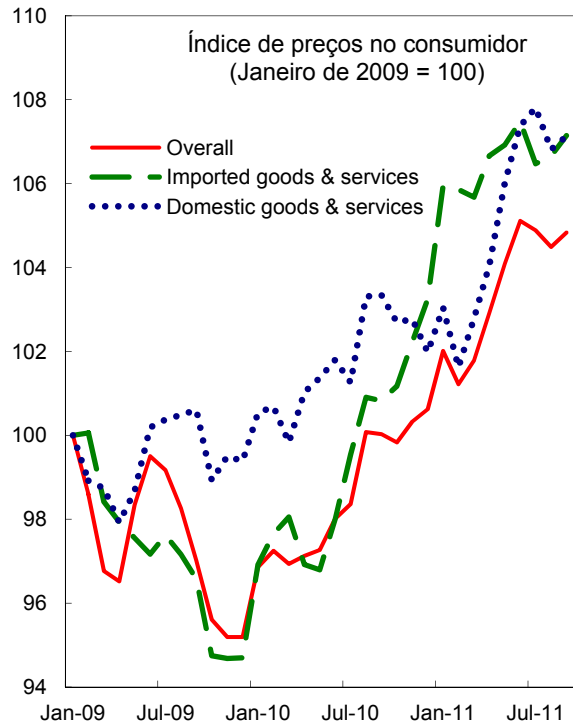
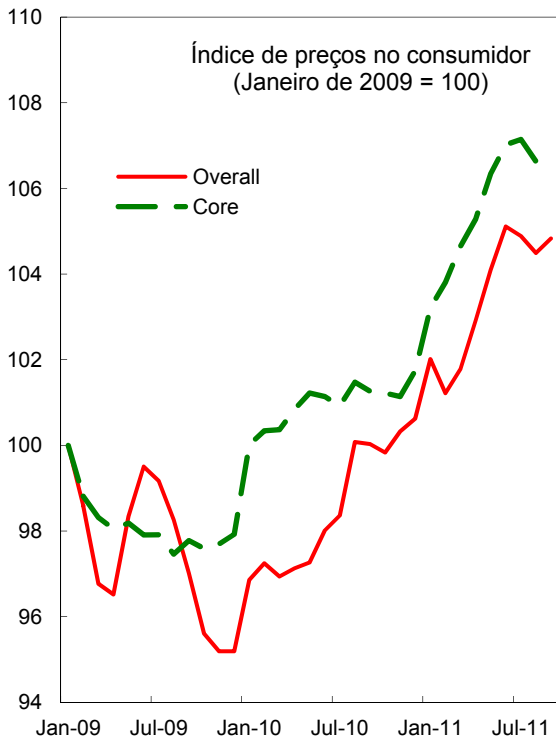


Tabela 1. Guiné-Bissau: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2008–14

	2008	2009	2010	2011		2012	2013	2014
				Proj. ¹	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)								
Contas nacionais e preços								
PIB real a preços de mercado	3,2	3,0	3,5	4,3	5,3	4,5	4,7	4,7
PIB real per capita	1,0	0,7	1,2	2,1	3,0	2,2	2,5	2,4
Deflador do PIB	10,5	1,1	1,7	3,8	5,7	1,8	1,9	2,0
Índice de Preços no Consumidor (média anual)	10,4	-1,6	1,1	4,0	4,8	2,0	2,0	2,0
Sector externo								
Exportações, FOB (com base em valores em USD)	13,1	-3,6	2,1	16,4	106,6	-25,3	3,6	2,7
Importações, FOB (com base em valores em USD)	18,8	1,5	-2,9	19,9	69,3	-16,7	1,6	0,8
Volume de exportações	2,5	14,9	-9,8	4,5	34,1	-15,2	4,0	4,0
Volume de importações	-8,6	18,8	-5,3	2,6	47,1	-15,6	2,1	2,0
Termos de troca (- = deteriora)	3,1	-22,1	11,8	-4,5	53,6	-14,9	-0,3	-0,7
Taxa de câmbio efectiva real (- = depreciação)	7,7	-1,9	-3,0	2,1	2,2
Taxa de câmbio nominal (FCFA por USD; média)	445,7	471,0	494,4	479,2	464,3
Finanças públicas								
Receitas internas (excluindo donativos) ²	30,0	2,3	26,1	11,8	8,7	28,7	8,4	7,7
Total da despesa	31,7	-10,0	2,8	14,4	11,9	11,2	8,8	6,8
Despesas correntes	14,2	-9,9	4,4	12,3	17,4	6,8	10,1	6,7
Despesas de investimento	64,7	-10,1	0,7	17,4	4,4	17,9	6,9	7,0
Moeda e crédito								
Activos internos líquidos ³	8,2	-10,9	10,6	5,4	15,6	6,6	5,4	5,5
Crédito ao governo (líquido)	-3,1	-13,8	4,7	0,0	-0,3	-0,3	-1,4	-1,3
Crédito à economia	10,1	4,7	13,2	2,1	8,9	6,9	6,8	6,8
Velocidade (PIB/moeda em sentido lato)	4,1	4,1	3,3	3,6	3,1	3,1	3,0	3,0
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)								
Investimentos e poupança								
Investimento bruto	8,7	10,1	9,8	10,9	10,1	10,6	10,5	10,6
Do qual: investimento do governo	4,2	5,1	4,8	5,2	4,5	5,0	5,0	5,0
Poupança interna bruta	-5,3	-6,6	-4,0	-4,0	-3,1	-2,8	-2,2	-1,4
Da qual: poupança do governo	-11,1	-7,1	-5,1	-5,5	-5,8	-4,1	-4,2	-4,1
Poupança nacional bruta	3,9	3,7	3,1	3,6	3,9	3,5	3,8	4,5
Finanças públicas								
Receita orçamental	9,2	9,0	10,8	11,1	10,6	12,8	13,0	13,1
Despesa primária interna total	12,4	7,4	12,0	13,8	13,1	14,3	14,3	14,3
Saldo primário interno	-3,2	1,6	-1,2	-2,7	-2,5	-1,5	-1,3	-1,2
Saldo global (base de compromissos)								
Incluindo donativos	-0,8	3,6	-0,2	-2,0	-2,0	-1,0	-1,1	-1,0
Excluindo donativos	-15,3	-12,2	-9,9	-10,7	-10,3	-9,1	-9,3	-9,2
Conta corrente externa (incl. transf. correntes oficiais)	-4,9	-6,4	-6,7	-7,3	-6,2	-7,1	-6,8	-6,1
Excl. transferências oficiais	-11,3	-14,4	-10,2	-11,4	-9,9	-10,1	-9,7	-9,1
VA da dívida externa/exportações de bens e serviços (%)	364,8	87,8	86,1	91,7	50,4	72,1	72,8	70,1
Stock nominal da dívida pública, incl. atrasados ⁴	167,5	157,9	49,0	47,6	43,7	42,1	39,8	36,7
Do qual: dívida externa, incl. atrasados	132,7	121,9	19,1	20,7	17,5	17,8	17,7	16,6
Do qual: atrasados	49,6	48,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)								
Por memória:								
Saldo da conta corrente (incl. transf. correntes oficiais)	-41,1	-53,1	-56,0	-68,3	-61,5	-74,3	-75,3	-72,3
Balança de pagamentos global	-16,9	8,8	-926,7	-0,1	-1,2	-1,0	-8,7	-15,4
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	377,5	393,1	413,7	447,9	459,3	488,4	521,4	557,1

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Em Maio de 2011 (Relatório do FMI No. 11/67).² Os valores de 2012 reflectem o impacto das medidas administrativas para mobilizar mais receitas.³ Contributo percentual ao crescimento da moeda em sentido lato.⁴ No fim de 2010, inclui 8,3% do PIB em atrasados internos, formados por atrasados anteriores a 1999 (3,3% do PIB) e por estimativas preliminares dos atrasados de 2000–07 registados no Tesouro (5% do PIB). Não inclui as estimativas preliminares dos atrasados de 2000–07 (13,4% do PIB) não registados no Tesouro.

Tabela 2. Guiné-Bissau: Síntese Monetária, 2008–14

	2008	2009	2010	2011		2012	2013	2014
				Proj. ¹	Proj.			
(Mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)								
Activos externos líquidos	66,6	80,6	97,9	80,1	101,3	104,7	108,0	111,3
Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)	53,0	61,4	64,4	65,2	66,6	68,9	71,0	73,2
Bancos comerciais	13,6	19,2	28,9	14,9	34,7	35,8	37,0	38,1
Activos internos líquidos	25,5	15,5	25,7	45,5	45,0	54,7	63,4	72,7
Crédito (líquido) ao governo	11,1	-1,6	3,0	16,1	2,6	2,1	-0,1	-2,3
Crédito ao sector privado	17,4	21,8	34,4	32,5	45,5	55,6	66,5	78,1
Outras rubricas (líquidas)	-3,0	-4,7	-6,7	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0
Massa monetária (M2)	92,1	96,1	123,6	125,6	146,3	159,4	171,3	184,1
Moeda em poder do público	56,2	57,1	64,1	76,8	75,8	82,7	88,8	95,5
Depósitos bancários	35,8	39,0	59,5	48,8	70,4	76,7	82,5	88,6
Base monetária (M0)	64,7	63,4	75,3	81,0	102,7	112,0	120,4	129,3
Contributo ao crescimento da moeda em sentido lato								
Massa monetária (M2)	28,6	4,4	28,6	8,4	18,3	9,0	7,5	7,4
Activos externos líquidos	20,4	15,2	18,0	3,0	2,7	2,4	2,1	2,0
BCEAO	12,0	9,1	3,1	2,4	1,8	1,5	1,4	1,3
Bancos comerciais	8,4	6,1	10,0	0,6	4,7	0,8	0,7	0,7
Activos internos líquidos	8,2	-10,9	10,6	5,4	15,6	6,6	5,4	5,5
Crédito ao governo central	-3,1	-13,8	4,7	0,0	-0,3	-0,3	-1,4	-1,3
Crédito ao sector privado	10,1	4,7	13,2	2,1	8,9	6,9	6,8	6,8
Outras rubricas (líquidas)	1,2	-1,8	-2,0	3,3	2,9	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>								
Massa monetária (M2, variação percentual anual)	28,6	4,4	28,6	8,4	18,3	9,0	7,5	7,4
Base monetária (M0, variação percentual anual)	21,6	19,2	18,8	8,4	36,4	9,0	7,5	7,4
Crédito ao sector privado (variação percentual anual)	71,5	24,9	58,2	8,3	32,1	22,3	19,6	17,5
Velocidade (PIB/M2)	4,1	4,1	3,3	3,6	3,1	3,1	3,0	3,0
Multiplicador monetário (M2/M0)	1,4	1,5	1,6	1,6	1,4	1,4	1,4	1,4
Moeda em poder do público/M2 (%)	61,1	59,5	51,9	61,2	51,9	51,9	51,9	51,9
Adequação dos fundos próprios ²								
Capital (património líquido) em % dos activos ²	11,7	17,8	25,4
Composição e qualidade dos activos ²								
Empr. mal parados/total de empréstimos (%) ²	5,0	7,2	3,5
Provisões para créditos de liquidação duvidosa (%) ²	116,9	48,7	16,6

Fontes: BCEAO e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Em Maio de 2011 (Relatório do FMI No. 11/67).

² Rácios calculados com base nos stocks anuais médios.

Tabela 3. Guiné-Bissau: Balança de Pagamentos, 2008–14

	2008	2009	2010	2011		2012 Proj.	2013 Proj.	2014 Proj.
				Proj. ¹	Proj.			
(Mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)								
Bens e serviços	-53,0	-65,3	-57,3	-67,0	-60,9	-65,5	-66,3	-67,0
Bens	-34,5	-40,0	-37,8	-45,9	-39,2	-42,5	-41,8	-40,8
Exportações, FOB	54,5	55,5	59,5	67,2	115,5	86,4	90,2	93,4
<i>Das quais</i> : castanha de caju	43,3	44,9	48,6	55,4	103,4	73,6	76,5	78,7
Importações, FOB	-89,0	-95,5	-97,3	-113,1	-154,7	-128,9	-132,0	-134,1
<i>Das quais</i> : produtos alimentares	-28,2	-27,5	-27,0	-32,4	-42,3	-34,7	-35,1	-35,3
produtos petrolíferos	-21,1	-20,5	-21,1	-26,5	-35,1	-28,9	-29,6	-29,9
Serviços (líquidos)	-18,5	-25,4	-19,5	-21,1	-21,6	-23,0	-24,6	-26,3
Crédito	5,4	5,4	5,7	6,2	6,3	6,7	7,2	7,7
Débito	-23,9	-30,8	-25,2	-27,3	-28,0	-29,7	-31,8	-38,7
Rendimentos (juros programados)	-6,0	-4,8	-0,5	-0,2	-0,2	-0,2	-1,8	-1,8
Transferências correntes (líquidas)	40,7	45,1	30,0	34,5	32,5	31,2	32,9	34,7
Oficiais ²	24,3	31,5	14,5	18,3	16,7	14,6	15,5	16,6
<i>Das quais</i> : donativos em apoio à balança de pagamentos	16,4	28,5	9,4	13,3	12,4	6,2	6,6	7,1
compensações da UE para o sector das pescas	7,9	3,0	5,2	5,0	4,3	8,3	8,9	9,5
Privadas	16,4	13,7	15,5	16,2	15,8	16,7	17,3	18,0
<i>Das quais</i> : remessas de trabalhadores	14,8	10,9	12,1	12,8	13,2	13,6	14,1	14,6
taxas de licença	1,4	2,6	3,1	3,1	2,4	2,8	3,0	3,2
Conta corrente								
Incl. transferências oficiais	-18,3	-25,0	-27,7	-32,7	-28,5	-34,5	-35,2	-34,1
Excl. transferências oficiais	-42,6	-56,5	-42,2	-51,0	-45,3	-49,1	-50,8	-50,7
Excl. transferências oficiais e pagamentos de juros	-36,5	-51,7	-41,8	-50,8	-45,1	-48,9	-49,0	-49,0
Conta de capital e financeira	-0,7	23,2	-427,1	32,7	28,0	34,0	31,2	26,9
Conta de capital ³	38,4	34,6	30,8	25,9	25,9	33,8	36,1	38,6
Conta financeira	-39,0	-11,4	-457,9	6,8	2,1	0,2	-5,0	-11,7
Desembolsos oficiais de médio e longo prazo	0,1	8,5	4,7	9,4	9,4	2,9	3,1	3,3
Atribuição de DSE	0,0	7,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos destinados a projectos	0,1	1,0	4,7	9,4	9,4	2,9	3,1	3,3
Amortização programada	-12,8	-4,1	-455,5	-0,4	0,0	-0,1	-1,0	-4,6
Bilhetes do Tesouro e financiamento regional	0,0	0,0	-6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Activos externos líquidos dos bancos comerciais	-5,6	-5,9	-9,6	-0,6	-5,8	-1,2	-1,1	-1,1
AEL do sector privado e errors e omissões	-9,2	3,6	5,4	-1,7	-1,5	-1,4	-5,9	-9,3
Saldo global	-7,5	4,2	-458,1	-0,1	-0,6	-0,5	-4,1	-7,3
Financiamento	7,5	-4,2	458,1	0,1	0,6	0,5	4,1	7,3
Activos externos líquidos (- = aumento)	-8,6	-8,4	4,0	-3,5	-3,3	-3,4	-3,3	-3,4
Alívio da dívida	4,9	0,0	454,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variação dos atrasados do serviço da dívida (- = diminuição)	11,2	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financiamento ⁴	0,0	0,0	0,0	3,5	3,9	3,9	7,4	10,6
Financiamento adicional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice residual de financiamento	0,0	0,0	0,0	3,5	3,9	3,9	7,4	10,6
<i>Por memória:</i>								
Volume das exportações de bens (variação percentual anual)	3,4	12,9	-10,6	3,6	22,4	-10,8	4,4	4,6
Preços das exportações de caju ⁵ (USD por ton.)	820,0	700,0	800,0	903,0	1.350,0	1.130,6	1.121,3	1.100,7
Volume das importações de bens (variação percentual anual)	-8,6	18,8	-5,3	2,6	47,1	-15,6	2,1	2,0
Reservas internacionais imputadas								
Milhões de USD ⁶	149,4	129,3	125,5	150,5	212,5	177,0	179,7	181,2
Como percentagem da moeda em sentido lato	72,3	63,4	50,2	57,4	67,5	51,6	49,1	46,5
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	11,3	13,2	12,9
Serviço da dívida programado								
Percentagem das exportações e créditos de serviços	23,2	26,0	2,9	0,7	0,3	0,7	2,9	6,3
Percentagem da receita total do governo	40,3	44,9	4,2	1,1	0,9	1,1	4,1	8,7
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)								
Incl. transferências oficiais	-4,9	-6,4	-6,7	-7,3	-6,2	-7,1	-6,8	-6,1
Excl. transferências oficiais	-11,3	-14,4	-10,2	-11,4	-9,9	-10,1	-9,7	-9,1
Défice bruto de financiamento (percentagem do PIB)	0,0	0,0	0,0	0,8	0,9	0,8	1,4	1,9

Fontes: BCEAO e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Em Maio de 2011 (Relatório do FMI No. 11/67).

² Inclui a ajuda alimentar e a assistência técnica a projectos.

³ Exclui o défice de financiamento, que o BCEAO inclui na conta de capital.

⁴ Presume-se que seja colmatado com recursos do FMI e ajuda adicional dos doadores.

⁵ Até 2011, aos preços médios do BCEAO. A partir de 2011, com base nas projecções do WEO para os preços do amendoim.

⁶ As taxas de câmbio do programa.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2011
Metas Trimestrais¹
(Acumulado, milhões de FCFA)

	Fim Mar.		Fim Jun.		Fim Set.		
	Prog.	Efect.	Prog.	Efect.	Prog.	Meta Ajust.	Efect.
Crítérios de desempenho²							
1. Financiamento interno do orçamento	1.431	-1.733	-520	-4.915	-1.954	-749	-1.070
2. Novos atrasados internos	0	0	0	0	0	0	0
3. Endiv. externo público não concessional, vencimento > 1 ano	0	0	0	0	0	0	0
4. Endiv. externo público de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0
5. Novos atrasados de pagamentos externos	0	0	0	0	0	0	0
Metas indicativas³							
6. Receitas fiscais	6.437	6.958	17.988	20.444	30.506	30.506	30.845
7. Saldo primário interno (base de compromissos)	-3.597	-3.320	-5.842	-2.865	-5.911	-8.794	-6.066
8. Despesas não tituladas (DNTs)	200	252	200	1.235	200	200	315
9. Gastos sociais e despesas prioritárias	2.932	2.294	5.864	6.129	8.795	8.795	8.945

¹ Valor acumulado desde 1 de Janeiro. O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) apresenta a definição dos agregados e factores de ajuste.

² Os critérios de desempenho (CD) aplicam-se a Junho de Dezembro. Para Março e Setembro, são indicativos. Todos os CD são tectos, e a aplicação dos CD 3, 4 e 5 é contínua.

³ Aquando da segunda avaliação da ECF (Relatório do FMI No. 11/67), as metas indicativas 6, 7 e 9 foram revistas em relação ao programa (Relatório do FMI No. 10/379) para reflectir a base de arrecadação alargada em relação a 2010 e a ajuda orçamental adicional.

Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais no âmbito da ECF

Categoria	Indicadores de Referência Estruturais	Justificativa macro	Prazo	Ministério	
Terceira avaliação					
Reforma fiscal e reforço da cobrança de receitas	1	Fazer as adaptações e testar o SYDONIA++ e ministrar formação aos funcionários. Situação: (Cumprido) <i>O sistema está a ser testado e executado em paralelo. Está a ser ministrada formação aos funcionários, com assistência dos doadores. O sistema está em pleno funcionamento.</i>	Reforço da cobrança de receitas	Agosto 2011	MF ¹
	2	Realizar uma avaliação completa de todas as isenções aduaneiras para continuar a alargar a base de receitas aduaneiras, e submeter relatório ao Conselho de Ministros. Situação: (Cumprido) <i>Um projecto de relatório elaborado em conjunto com os ministérios das Finanças, Economia e Relações Exteriores foi submetido ao Conselho de Ministros.</i>	Reforço da cobrança de receitas	Junho 2011	MF
	3	Cruzar os dados do SYDONIA com as declarações de impostos de 2009–10 dos 300 maiores importadores. Situação: (Cumprido) <i>Foi efectuado o cruzamento dos dados dos maiores importadores em 2009–10 com as declarações de impostos de 2009, a partir de informações recebidas das alfândegas. O cruzamento dos dados das declarações de impostos de 2010 foi concluído em Setembro de 2011.</i>	Reforço da cobrança de receitas	Junho 2011	MF
Reformas das despesas	4	Estender a todos os ministérios a folha de pagamentos unificada e automatizada e o sistema de gestão do pessoal. Situação: (Em curso) <i>O sistema foi estendido a todos os ministérios sectoriais, excepto os da Defesa e Interior. Prosseguem os trabalhos para a inclusão do Ministério do Interior e do Ministério da Defesa.</i>	Modernização da administração pública	Agosto 2011 (Propôs-se a transferência para Dez. de 2011).	MF MFP ²
Ambiente de negócios	5	Elaborar um plano de acção para identificar e eliminar os entraves ao desenvolvimento do sector privado e para melhorar o ambiente empresarial na Guiné-Bissau. Situação: (Cumprido) <i>O Ministério da Economia elaborou um plano de acção com a assistência da CFI e do Banco Mundial.</i>	Melhoria do ambiente de negócios	Agosto 2011	ME ³
Gestão da dívida pública	6	Começar a emitir relatórios electrónicos trimestrais sobre a dívida pública (interna e externa). Situação: (Cumprido) <i>O Ministério das Finanças elaborou um relatório que incorpora os comentários feitos pelo corpo técnico do Fundo.</i>	Melhoria da transparência	Junho 2011	MF

¹ Ministério das Finanças² Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado³ Ministério da Economia

Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais no âmbito da ECF (conclusão)

Categoria	Indicadores de Referência Estruturais	Justificativa macro	Prazo
Quarta avaliação			
Gestão da dívida pública	1 Utilizar o SYGADE para registar, monitorizar e gerir toda a dívida pública (interna e externa)	Melhoria da gestão da dívida	Dez. 2011
<p>Situação: (Em curso) O aplicativo SYGADE foi instalado e a formação respectiva foi iniciada em Outubro. Espera-se que o primeiro relatório da dívida pública elaborado utilizando o SYGADE seja concluído no final do primeiro trimestre de 2012.</p>			
Reforma fiscal e reforço da cobrança de receitas	2 Fiscalizar os importadores que sub-declaram as suas obrigações fiscais, começando por aqueles com as maiores diferenças.	Reforço da cobrança de receitas	Dez. 2011
<p>Situação: (Em curso) A auditoria foi concluída e já foram identificados os importadores que sub-declaram as suas obrigações. Está a ser elaborado um relatório.</p>			
	3 Rever o quadro jurídico que regulamenta os acordos de repartição das receitas ("restituições").	Reforço da cobrança de receitas	Dez. 2011
<p>Situação: (Em curso) Foi elaborado um projecto de revisão do quadro jurídico. Ele precisa de ser aperfeiçoado.</p>			
Ambiente de negócios	4 Preparar um plano para a gestão dos recursos naturais do país.	Melhoria do ambiente de negócios	Dez. 2011
<p>Situação: (Em curso) Foram iniciados os trabalhos preparatórios (aprovação do novo código de mineração pelo Conselho de Ministros). Prevê-se a elaboração de um plano de acção até ao final do ano</p>			
Reformas das despesas	5 Estender a todos os ministérios a folha de pagamentos unificada e automatizada e o sistema de gestão do pessoal.	Modernização da administração pública	Março de 2012 (Propôs-se a reprogramação durante a terceira avaliação)

Tabela 6. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2008–14
(Mil milhões de FCFA)

	2008	2009	2010	2011		2012	2013	2014
				Prog. ¹	Proj.			
Receita e donativos	89,3	97,5	84,6	88,8	86,6	101,6	109,5	117,6
Receita	34,6	35,4	44,6	49,9	48,5	61,8	67,0	72,2
Receitas fiscais ^{2,3}	20,9	26,6	33,1	37,9	38,4	46,7	50,8	54,9
Receitas não fiscais	13,7	8,8	11,5	11,9	10,1	15,1	16,1	17,3
Compensações para o sector das pescas	7,9	3,0	5,2	5,0	4,3	8,3	8,9	9,5
Donativos	54,7	62,1	40,0	38,9	38,1	39,8	42,5	45,4
Apoio ao orçamento	16,4	28,5	9,4	13,3	12,4	6,2	6,6	7,1
Apoio a projectos	38,4	33,6	30,6	25,7	25,7	33,6	35,9	38,3
Total da despesa	92,4	83,2	85,5	97,9	95,7	106,4	115,8	123,7
Despesas correntes	52,4	47,2	49,3	55,3	57,9	61,8	68,1	72,6
Salários e ordenados	20,5	20,5	20,7	23,8	24,2	26,3	28,0	29,7
Bens e serviços	8,0	6,4	8,6	9,1	9,2	11,0	11,8	12,6
Transferências	10,9	11,0	10,7	12,6	12,1	12,5	13,3	14,5
Outras despesas correntes	5,7	7,5	8,6	9,0	11,9	11,8	12,6	13,4
Juros programados	7,3	1,8	0,7	0,8	0,6	0,3	2,5	2,4
Juros internos	1,3	0,0	0,2	0,6	0,2	0,1	0,7	0,7
Juros externos	6,0	1,7	0,5	0,2	0,3	0,1	1,8	1,8
Despesa de invest. e concessão líquida de empréstimos	40,0	36,0	36,2	42,5	37,8	44,6	47,7	51,0
Programa de investimento público	39,6	35,7	35,8	41,9	37,3	44,1	47,2	50,5
Com financiamento interno	1,2	1,0	0,5	6,8	2,2	7,6	8,2	8,8
Com financiamento externo	38,4	34,6	35,4	35,1	35,1	36,5	39,0	41,7
Outras despesas de investimento	0,4	0,3	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6
Com financiamento interno	0,4	0,3	0,4	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-3,1	14,3	-0,9	-9,1	-9,1	-4,8	-6,3	-6,1
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-57,8	-47,8	-40,9	-48,0	-47,2	-44,6	-48,8	-51,5
Atrasados internos líquidos	4,8	-4,9	-7,7	-3,5	-3,8	-1,5	-1,5	-1,5
Acumulação no ano corrente	10,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	-5,9	-4,9	-7,7	-3,5	-3,8	-1,5	-1,5	-1,5
Atrasados de juros externos, ano corrente	5,2	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	-0,4	0,0	-1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incluindo donativos (base de caixa)	6,4	10,7	-10,5	-12,6	-12,9	-6,3	-7,8	-7,6
Financiamento	-6,4	-10,7	10,5	12,6	12,9	6,3	7,8	7,6
Financiamento interno	-4,6	-10,5	7,1	0,0	0,0	0,0	-2,2	-2,3
Financiamento bancário	-4,6	-10,5	7,1	0,0	0,0	0,0	-2,2	-2,3
Do qual: bancos nacionais	-5,3	-2,5	-3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Regional (incl. BTs)	0,0	0,0	-6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BCEAO ⁴	0,7	-8,0	17,7	0,0	0,0	0,0	-2,2	-2,3
Financiamento externo (líquido)	-1,8	-0,2	3,2	9,1	9,4	2,8	2,1	-1,3
Desembolsos	0,1	1,0	4,7	9,4	9,4	2,9	3,1	3,3
Amortização (programada e atrasados)	-12,8	-4,1	-455,5	-0,4	0,0	-0,1	-1,0	-4,6
Atrasados externos ⁵	6,0	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	4,9	0,0	454,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financ. (+ = necessidade de financ.)	0,0	0,0	0,1	3,5	3,5	3,5	7,9	11,1
Défice residual de financiamento ⁶	0,0	0,0	0,1	3,5	3,5	3,5	7,9	11,1
Saldo primário interno	-12,1	-11,4	-4,9	-12,1	-11,6	-7,8	-7,3	-7,5
Receita	34,6	35,4	44,6	49,9	48,5	61,8	67,0	72,2
Despesa primária	46,7	46,8	49,5	61,9	60,0	69,6	74,3	79,6
Corrente	45,1	45,4	48,6	54,5	57,3	61,5	65,6	70,2
De investimento	1,6	1,4	0,9	7,4	2,7	8,1	8,7	9,4
<i>Por memória:</i>								
Gastos sociais e prioritários	9,2	12,2	12,2	15,2	16,7	17,9

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Relatório do FMI N° 11/119.

² Exclui a sobretaxa à exportação de caju introduzida em Abril de 2011.

³ Os valores de 2012 reflectem o impacto das medidas administrativas para mobilizar mais receitas.

⁴ A partir de 2013, pressupõe o pagamento da dívida interna programada devida ao BCEAO e o reescalamento dos juros programados, da amortização vicenda em 2010 e do capital a vencer em 2011 e 2012 em condições semelhantes às de reescalamentos anteriores.

⁵ Os atrasados relativos a 2010 são tratados como alívio da dívida no ponto de conclusão HIPC.

⁶ Presume-se que seja colmatado por recursos do FMI no âmbito do acordo ECF até 2012.

Tabela 6. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2008–14 (conclusão)
(Porcentagem do PIB)

	2008	2009	2010	2011		2012	2013	2014
				Prog. ¹	Proj.			
Receita e donativos	23,7	24,8	20,4	19,3	18,8	20,8	21,0	21,1
Receita	9,2	9,0	10,8	10,9	10,6	12,7	12,8	13,0
Receitas fiscais ^{2,3}	5,5	6,8	8,0	8,3	8,4	9,6	9,7	9,9
Receitas não fiscais	3,6	2,2	2,8	2,6	2,2	3,1	3,1	3,1
Compensações para o sector das pescas	2,1	0,8	1,2	1,1	0,9	1,7	1,7	1,7
Donativos	14,5	15,8	9,7	8,5	8,3	8,2	8,2	8,2
Apoio ao orçamento	4,3	7,3	2,3	2,9	2,7	1,3	1,3	1,3
Apoio a projectos	10,2	8,5	7,4	5,6	5,6	6,9	6,9	6,9
Total da despesa	24,5	21,2	20,7	21,3	20,8	21,8	22,2	22,2
Despesas correntes	13,9	12,0	11,9	12,0	12,5	12,7	13,1	13,0
Salários e ordenados	5,4	5,2	5,0	5,2	5,3	5,4	5,4	5,3
Bens e serviços	2,1	1,6	2,1	2,0	2,0	2,3	2,3	2,3
Transferências	2,9	2,8	2,6	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6
Outras despesas correntes	1,5	1,9	2,1	2,0	2,6	2,4	2,4	2,4
Juros programados	1,9	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,5	0,4
Juros internos	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
Juros externos	1,6	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0	0,3	0,3
Despesa de invest. e concessão líquida de empréstimos	10,6	9,2	8,8	9,3	8,2	9,1	9,1	9,2
Programa de investimento público	10,5	9,1	8,7	9,1	8,1	9,0	9,0	9,1
Com financiamento interno	0,3	0,3	0,1	1,5	0,5	1,6	1,6	1,6
Com financiamento externo	10,2	8,8	8,5	7,6	7,6	7,5	7,5	7,5
Outras despesas de investimento	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Com financiamento interno	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-0,8	3,6	-0,2	-2,0	-2,0	-1,0	-1,2	-1,1
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-15,3	-12,2	-9,9	-10,4	-10,3	-9,1	-9,4	-9,2
Atrasados internos líquidos	1,3	-1,2	-1,9	-0,8	-0,8	-0,3	-0,3	-0,3
Acumulação no ano corrente	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores	-1,6	-1,2	-1,9	-0,8	-0,8	-0,3	-0,3	-0,3
Atrasados de juros externos, ano corrente	1,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	-0,1	0,0	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incluindo donativos (base de caixa)	1,7	2,7	-2,5	-2,8	-2,8	-1,3	-1,5	-1,4
Financiamento	-1,7	-2,7	2,5	2,7	2,8	1,3	1,5	1,4
Financiamento interno	-1,2	-2,7	1,7	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,4
Financiamento bancário	-1,2	-2,7	1,7	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,4
Do qual: bancos nacionais	-1,4	-0,6	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Regional (incl. BTs)	0,0	0,0	-1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BCEAO ⁴	0,2	-2,0	4,3	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,4
Financiamento externo (líquido)	-0,5	-0,1	0,8	2,0	2,0	0,6	0,4	-0,2
Desembolsos	0,0	0,3	1,1	2,0	2,0	0,6	0,6	0,6
Amortização (programada e atrasados)	-3,4	-1,0	-110,1	-0,1	0,0	0,0	-0,2	-0,8
Atrasados externos ⁵	1,6	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	1,3	0,0	109,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice bruto de financ. (+ = necessidade de financ.)	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	0,7	1,5	2,0
Residual financing gap ⁶	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	0,7	1,5	2,0
Saldo primário interno	-3,2	-2,9	-1,2	-2,6	-2,5	-1,6	-1,4	-1,3
Receita	9,2	9,0	10,8	10,9	10,6	12,7	12,8	13,0
Despesa primária	12,4	11,9	12,0	13,5	13,1	14,3	14,3	14,3
Corrente	11,9	11,6	11,7	11,9	12,5	12,6	12,6	12,6
capital	0,4	0,3	0,2	1,6	0,6	1,7	1,7	1,7
<i>Por memória:</i>								
Gastos sociais e prioritários	2,2	2,7	2,7	3,1	3,2	3,2

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Relatório do FMI N° 11/119.

² Exclui a sobretaxa à exportação de caju introduzida em Abril de 2011.

³ Os valores de 2012 reflectem o impacto das medidas administrativas para mobilizar mais receitas.

⁴ A partir de 2013, pressupõe o pagamento da dívida interna programada devida ao BCEAO e o reescalamento dos juros programados, da amortização vicenda em 2010 e do capital a vencer em 2011 e 2012 em condições semelhantes às de reescalamentos anteriores.

⁵ Os atrasados relativos a 2010 são tratados como alívio da dívida no ponto de conclusão HIPC.

⁶ Presume-se que seja colmatado por recursos do FMI no âmbito do acordo ECF até 2012.

Tabela 7. Guiné-Bissau: Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2011–2012
Metas Trimestrais¹
(Acumulado, milhões de FCFA)

	2011		2012		
	Fim Dez.	Fim Mar.	Fim Jun.	Fim Set.	Fim Dez.
	Prog.	Prog.	Prog.	Prog.	Prog.
Crítérios de desempenho²					
1. Financiamento interno do orçamento	0	2.585	115	1.394	0
2. Novos atrasados internos	0	0	0	0	0
3. Endiv. externo público não concessional, vencimento > 1 ano	0	0	0	0	0
4. Endiv. externo público de curto prazo	0	0	0	0	0
5. Novos atrasados de pagamentos externos	0	0	0	0	0
Metas indicativas					
6. Receitas fiscais	37.917	7.702	23.246	38.472	46.657
7. Saldo primário interno (base de compromissos)	-12.087	-2.491	-1.682	-2.867	-7.846
8. Despesas não tituladas (DNTs)	200	200	200	200	200
9. Gastos sociais e despesas prioritárias	12.227	4.482	8.128	10.552	15.207

¹ Valor acumulado desde 1 de Janeiro. O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) apresenta a definição dos agregados e factores de ajuste.

² Os critérios de desempenho (CD) aplicam-se a Junho e Dezembro. Para Março e Setembro, são indicativos. Todos os CD são tectos, e a aplicação dos CD 3, 4 e 5 é contínua.

Tabela 8. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais para 2012

Categoria	Medidas	Justificativa macro	Data proposta de conclusão
Quinta avaliação			
Mobilização de receitas	1 Realizar um levantamento exaustivo de todas as receitas não fiscais que não estão a ser arrecadadas pelo Tesouro, para ser anexado à lei do orçamento anual.	Reforço da cobrança de receitas	Junho 2012
Mobilização de receitas	2 Adoptar tectos indicativos para controlar o volume de isenções aos combustíveis.	Reforço da cobrança de receitas	Junho 2012
Administração pública	3 Aprovar os regulamentos de gestão do serviço público (carreiras, desempenho, licenciamento, pessoal de chefia).	Modernização da administração pública	Junho 2012
Administração fiscal	4 Elaborar um relatório sobre os não declarantes no período 2010-11	Reforço da cobrança de receitas	Junho 2012
Ambiente de negócios	5 Submeter ao Conselho de Ministros um plano de acção para identificar e eliminar os entraves ao desenvolvimento do sector privado e para melhorar o ambiente de negócios na Guiné-Bissau.	Melhoria do ambiente de negócios	Junho 2012
Sexta avaliação			
Administração alfandegária	6 Instalação do SYDONIA ++ em Bafatá e Gabu.	Reforço da cobrança de receitas	Dezembro de 2012
Administração fiscal	7 Elevar para 80 por cento a taxa de declaração voluntária de impostos	Reforço da cobrança de receitas	Dezembro de 2012
Gestão da dívida pública	8 Instalar o aplicativo de gestão da dívida visando a interface entre o BCEAO e o Ministério das Finanças.	Melhoria da transparência	Dezembro de 2012

Tabela 9. Indicadores da Capacidade de Pagamento ao Fundo, 2008-18

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Projeções										
Obrigações com o Fundo com base no crédito existente ¹ (milhões de DSE)											
Capital	1,3	1,0	14,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,0	1,0
Comissões e juros ²	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações com o Fundo com base no crédito existente e futuro ³ (milhões de DSE)											
Capital	1,3	1,0	14,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,7	2,7
Comissões e juros	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total de obrigações com base no crédito existente e futuro ^{3, 5}											
Em milhões de DSE	1,4	1,1	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	1,7	2,7
Em mil milhões de FCFA	1,0	0,8	10,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	1,3	2,0
Como percentagem da receita do governo	2,8	2,2	24,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,4	2,1
Como percentagem das exportações de bens e serviços	1,8	1,4	18,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	1,2	1,7
Como percentagem do serviço da dívida ⁴	4,9	5,0	2,4	0,2	2,8	1,0	0,4	0,4	8,7	29,3	40,2
Como percentagem do PIB	0,3	0,2	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3
Como percentagem da quota	9,7	7,7	100,4	0,0	0,2	0,3	0,3	0,3	5,3	12,2	18,8
Como percentagem das reservas	1,5	1,3	17,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	1,3	1,9
Saldo de créditos do FMI ^{3, 5}											
Em milhões de DSE	5,6	6,3	2,4	7,2	12,1	14,5	14,5	14,5	13,8	12,1	9,4
Em mil milhões de FCFA	3,9	4,6	1,8	5,3	8,9	10,8	10,8	10,8	10,3	9,0	7,1
Como percentagem da receita do governo	11,4	13,0	4,1	11,0	14,3	15,9	14,9	13,9	12,3	10,1	7,4
Como percentagem das exportações de bens e serviços	7,2	8,3	3,1	4,6	10,3	12,0	11,6	11,3	10,3	8,2	6,0
Como percentagem do serviço da dívida ⁴	19,9	29,0	0,4	1295,3	1288,4	384,4	170,5	167,8	157,2	204,4	141,5
Como percentagem do PIB	1,0	1,2	0,4	1,2	1,8	2,1	1,9	1,8	1,6	1,3	1,0
Como percentagem da quota	39,3	44,7	17,0	51,0	85,0	102,0	102,0	102,0	96,9	85,0	66,3
Como percentagem das reservas	5,9	7,6	2,9	5,4	10,9	12,8	12,7	12,6	11,7	9,3	6,8
Uso líquido dos recursos do Fundo (milhões de DSE)											
Desembolsos	2,3	0,8	5,0	4,8	4,8	2,4	0,0	0,0	-0,7	-1,7	-2,7
Alívio da dívida HIPC e MDRI ⁵	3,6	1,8	10,3	4,8	4,8	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reembolsos e recompras antes da HIPC e MDRI	0,0	0,0	8,9								
Reembolsos e compras após a HIPC e MDRI	1,3	1,0	14,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,7	2,7
	1,3	1,0	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,7	2,7
(Mil milhões de FCFA)											
<i>Por memória:</i>											
Comissões e juros, após subsídios presumidos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
PIB nominal	377,5	393,1	413,7	459,3	488,4	521,4	557,1	594,8	635,4	677,2	721,9
Exportações de bens e serviços	54,5	55,5	59,5	115,5	86,4	90,2	93,4	96,0	100,3	110,4	117,2
Receita pública	34,6	35,4	44,6	48,5	62,4	67,6	72,8	78,0	83,7	89,5	95,8
Serviço da dívida ^{2,4}	19,8	15,9	456,0	0,4	0,7	2,8	6,4	6,5	6,6	4,4	5,0
Activos externos líquidos do banco central	66,6	60,9	62,0	98,7	82,2	84,2	85,5	86,3	88,3	97,2	103,3
FCFA/DSE (média do período)	704,6	726,5	754,4	737,6	740,3	744,2	748,8	748,8	748,8	748,8	748,8
Quota (DSE)	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2	14,2

Fontes: Estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Dados efectivos até ao final de Setembro de 2011 e projectados daí em diante.

² Com data efectiva de 7 de Janeiro de 2010, o saldo de créditos da ECF estará sujeito a juros zero em 2010 e 2011. Presume-se que os juros da ECF sejam de 0,25% a partir de 2012. Os encargos incluem a comissão líquida pelo uso de DSE e quotizações de DSE.

³ Em Maio de 2010 foi aprovado um novo acordo ECF equivalente a 157,5% da quota (DSE 22,365 milhões), dos quais 37,5% da quota (DSE 5,325 milhões) foram usados na recompra antecipada do saldo do crédito EPCA.

⁴ O total do serviço da dívida abrange as compras e os reembolsos ao FMI.

⁵ A Guiné-Bissau atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC em Dezembro de 2010 e recebeu o restante da assistência HIPC com base nos stocks.

Tabela 10. Guiné-Bissau: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2008–12
(Mil milhões de FCFA)

	2008	2009	2010	Projeções	
				2011	2012
I. Necessidade total de financiamento	-52,8	-64,9	-493,8	-48,6	-52,6
Conta corrente (excl. transferências oficiais)	-42,6	-56,5	-42,2	-45,3	-49,1
Amortização da dívida	-12,8	-4,1	-455,5	0,0	-0,1
Activos externos líquidos	-8,6	-8,4	4,0	-3,3	-3,4
Redução dos atrasados	11,2	4,1	0,0	0,0	0,0
II. Financiamento total disponível	46,4	64,3	37,9	45,1	49,1
Transferências de doadores	24,3	31,5	14,5	16,7	14,6
Transferências de capital (donativos a projectos)	38,4	32,6	19,0	26,3	34,2
Investimento directo estrangeiro	2,7	8,3	9,0	10,0	10,6
Fluxos oficiais de médio e longo prazo	0,1	8,5	4,7	9,4	2,9
Financiamento privado	-19,0	-16,7	-9,3	-17,3	-13,2
III. Financiamento excepcional	6,4	0,6	455,9	3,5	3,6
FMI	1,5	0,7	1,8	3,5	3,6
Perdão da dívida	4,9	0,0	454,1	0,0	0,0
IV. Défice de Financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: BCEAO e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela 11. Guiné-Bissau: Avaliações e Desembolsos nos Termos do Acordo Trienal da ECF, 2010-13

Data do desembolso efectivo/Data da liberação	Data de teste	Acção	Desembolso	
			% da quota	Milhões de DSE
7 de Maio de 2010		Aprovação pelo Conselho	55,51	7,881 ¹
13 de Dezembro de 2010	Fim de Junho de 2010	Primeira avaliação	17	2,414
24 de Maio de 2011	Fim de Dez. de 2010	Segunda avaliação	17	2,414
1 de Novembro de 2011	Fim de Junho de 2011	Terceira avaliação	17	2,414
1 de Abril de 2012	Fim de Dez. de 2011	Quarta avaliação	17	2,414
1 de Novembro de 2012	Fim de Junho de 2012	Quinta avaliação	17	2,414
1 de Abril de 2013	Fim de Dez. de 2012	Sexta avaliação	17	2,414
Total			157,5	22,365

Fonte: Estimativas do FMI.

¹ Relativamente ao montante aprovado para desembolso por ocasião da aprovação do acordo pelo Conselho, uma parcela de 37,5 por cento da quota (DSE 5,325 milhões) foi aprovada para que fosse efectuada a recompra imediata do crédito EPCA concedido anteriormente.

APÊNDICE I. CARTA DE INTENÇÕES SUPLEMENTAR

Bissau, 14 de Novembro de 2011

Sra. Christine Lagarde
Directora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
E.U.A.

Senhora Directora-Geral,

1. A presente carta de intenções e o memorando de políticas económicas e financeiras (MPEF) que a acompanha actualizam e complementam a nossa correspondência datada de 29 de Abril de 2011 e descrevem o desempenho no âmbito do programa económico do governo desde então.

2. O programa económico do governo, apoiado por um acordo trienal no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla original em inglês), prossegue no rumo traçado. Foram cumpridos todos os critérios de desempenho até ao final de Junho de 2011, bem como todos os indicadores de referência estruturais relativos à terceira avaliação, com a excepção do sistema uniformizado de folha de pagamentos, que nós estendemos à maioria dos ministérios e pretendemos estender aos ministérios da Defesa e do Interior até ao final do ano. Também foram cumpridos, com uma única excepção, todas as metas indicativas para o final de Setembro de 2011 (ver Tabelas 1 e 2 do MPEF). A não observância da meta indicativa sobre as despesas não tituladas foi reduzida, ficando abaixo da meta no final de Outubro.

3. O MPEF Suplementar, anexo, resume os progressos substanciais realizados até Junho de 2011 na execução do programa apoiado pela ECF e descreve as nossas políticas económicas e estruturais para 2012. As políticas descritas em detalhes no MPEF são apropriadas para cumprir as metas e os objectivos no âmbito do programa (os critérios de desempenho e indicadores de referência estruturais para 2012 são apresentados nas Tabelas 3, 4 e 5 do MPEF). No entanto, se isto for necessário, o governo adoptará novas medidas para atingir esses objectivos. O governo consultará o Fundo antes de adoptar quaisquer medidas ou sempre que houver alteração nas políticas contidas no MPEF, em conformidade com as políticas do Fundo relativamente a tais consultas.

4. Tendo em vista o desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF e o compromisso do governo para com as reformas económicas descritas no MPEF anexo, o Governo da Guiné-Bissau solicita que seja concluída a terceira avaliação do acordo ECF e

que seja efectuado o quarto desembolso ao abrigo do referido acordo, no montante de DSE 2,414 milhões.

5. Em vista do nosso compromisso com a transparência, solicitamos ao FMI que publique esta carta de intenções, o MPEF anexo, o Memorando Técnico de Entendimento (MTE) e o relatório do corpo técnico relativo a esta solicitação.

Com os nossos melhores cumprimentos,

/s/

José Mário Vaz
Ministro das Finanças

ANEXO I. MEMORANDO SUPLEMENTAR DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS PARA 2011–12

I. INTRODUÇÃO

1. **O presente memorando actualiza o MPEF de 29 de Abril de 2011, resume os progressos alcançados desde então e define as políticas económicas para 2012.** Os objectivos do programa permanecem inalterados: alcançar a sustentabilidade orçamental e externa, relançar o crescimento económico e realizar avanços na redução da pobreza. O objectivo supremo é melhorar as condições de vida do povo guineense, pois isto é fundamental para manter a paz e a coesão social.

II. DESENVOLVIMENTOS RECENTES E DESEMPENHO NO ÂMBITO DO PROGRAMA

A. Desenvolvimentos Macroeconómicos

2. **A economia beneficiou da farta colheita e do desempenho melhor que o esperado dos preços do caju, o principal produto de exportação.** O acréscimo de cerca de 50 por cento nos termos de troca ajudou a preservar os rendimentos e aliviar as pressões sobre o orçamento e a balança de pagamentos. No que respeita à inflação, a subida dos preços de importação dos alimentos e combustíveis empurrou a média da inflação global para 5,5 por cento até Setembro do corrente, mas a inflação subjacente continuou sob controlo.

3. **A execução do orçamento até Setembro está no bom caminho.** As receitas fiscais ficaram ligeiramente acima do objectivo do programa, mas as receitas não fiscais ficaram abaixo do objectivo do programa porque a compensação financeira da UE para o sector das pescas foi inferior ao programado. Como resultado, as receitas fiscais ficaram, no geral, em linha com o programa. Ao mesmo tempo, os gastos correntes acima do programado foram compensados pelo nível menor do que o previsto das despesas de investimento com financiamento interno, por causa do atraso na execução do programa de investimento público. Como resultado, o défice primário interno ficou dentro do previsto no programa.

B. Desempenho no âmbito do Programa ECF

4. **O desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF tem sido satisfatório.** Foram cumpridos todos os critérios de desempenho para o final de Junho de 2011. Foram cumpridas todas as metas quantitativas para o final de Junho de 2011, com a excepção da que se refere às despesas não tituladas (DNTs), uma situação que o governo corrigiu no final de Outubro (Tabela 1).

5. **Foram cumpridos todos os indicadores de referência estruturais para a terceira avaliação, com a excepção do sistema uniformizado de pagamentos salariais.** Este sistema foi estendido à maioria dos ministérios. Planeamos concluir a extensão do sistema aos ministérios da Defesa e do Interior até ao final de Março de 2012 (Tabela 2).

O SYDONIA++ foi implementado com sucesso, procedeu-se ao cruzamento dos dados dos principais importadores para reforçar a arrecadação de receitas e foi elaborado um plano de acção para eliminar os entraves ao desenvolvimento do sector privado. A avaliação de todas as isenções aduaneiras e a publicação do relatório sobre a dívida pública foram concluídas com um ligeiro atraso. O relatório sobre a avaliação de todas as isenções aduaneiras seria submetido ao Conselho de Ministros no final de Outubro de 2011.

III. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS E POLÍTICAS ECONÓMICAS

A. Perspectivas Macroeconómicas

6. **As perspectivas económicas são, em geral, favoráveis.** Graças à boa colheita de caju e ao grande choque positivo nos termos de troca, o crescimento PIB real deve acelerar para 5,3 por cento em 2011. Estima-se que o crescimento continue robusto em 2012, como reflexo das expectativas de produção sustentada de caju, da retoma do programa de investimento público e do dinamismo da actividade de construção, ao que se soma a volta da confiança após o país atingir o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC. Uma vez que a inflação dos preços dos alimentos e combustíveis importados deverá ser moderada no segundo semestre deste ano, é provável que a inflação global recue para 4,8 por cento em 2011. A expectativa é que a inflação subjacente continue sob controlo, e que em 2012 a inflação global retorne ao nível da norma de convergência da UEMOA de 2 (± 1) por cento, à medida que os preços internacionais dos alimentos e combustíveis estabilizem. No que respeita à conta corrente externa, a expectativa é de ligeira melhora em 2011, com a subida das importações de alimentos e combustíveis a compensar o aumento das exportações de caju. Presumindo-se que os preços de exportação do caju retornem à sua média de médio prazo, estima-se que o défice da conta corrente apresente um ligeiro aumento em 2012.

B. Política Orçamental

7. **O governo está a fazer bons progressos no cumprimento do programa orçamental para 2011.** As receitas fiscais deve alcançar o objectivo do programa. Contudo, espera-se que essas receitas fiquem 0,3 pontos percentuais (p.p.) do PIB abaixo do programado, devido ao menor volume de compensação financeira da UE para o sector das pescas e de receitas das licenças de pescas. Espera-se também que o apoio orçamental fique 0,2 p.p. abaixo do programado, visto que a assistência do Banco Mundial e do BAfD foram ligeiramente inferiores ao programado. As despesas correntes ficariam 0,5 p.p. acima do programado, enquanto a previsão para as despesas de investimento é que fiquem 1,1 p.p. abaixo do programado, como reflexo dos constantes atrasos na execução dos projectos de investimento. Isto reduziria o envelope de despesas em 0,5 p.p. O défice projectado nas receitas e donativos seria totalmente coberto pelas despesas abaixo do programado, sem que se tenha que recorrer ao financiamento interno.

8. **O orçamento de 2012 será submetido à ANP em Dezembro, e visa cumprir diversos objectivos importantes:** manter as despesas dentro dos recursos disponíveis, sem acréscimos ao endividamento; mobilizar mais receitas, principalmente através do aperto dos controlos e da redução dos subsídios alfandegários implícitos (preços de referência mais elevados) e das isenções; continuar a reduzir o grande stock de atrasados internos dos anos anteriores, em consonância com o plano de médio prazo do governo; proteger os gastos prioritários e preservar recursos para imprevistos e para reformas. Pela primeira vez nos últimos anos, as receitas orçamentais serão suficientes para cobrir as despesas correntes. Sendo assim, a partir de 2012, toda a ajuda orçamental poderá ser utilizada em apoio aos gastos em infra-estruturas e outros projectos de investimento coerentes com a meta de estimular o investimento e o crescimento.

9. **O objectivo do orçamento de 2012 no que respeita às receitas é realista e está ancorado em medidas viradas para o aumento da arrecadação.** A expectativa para as receitas orçamentais é de acréscimo de cerca de 2 p.p. do PIB. Cerca da metade deste acréscimo reflecte o aumento das compensações da UE para o sector das pescas (0,8 p.p. do PIB) e receitas brutas mais elevadas por causa do registo das isenções de importações de bens de investimento, inclusivamente combustíveis, pelo governo e pelas ONGs (0,4 p.p. do PIB). As medidas viradas para o aumento da arrecadação devem contribuir 0,6 p.p. do PIB para o cumprimento da meta de receitas para o próximo ano, para além das reformas nas administrações fiscal e aduaneira que serão discutidas em seguida.

10. **Aplicaremos as seguintes medidas para apoiar o nosso objectivo de receitas do orçamento de 2012:**

- Elevar os preços aduaneiros de referência do gasóleo, arroz, açúcar e farinha, trazendo-os aos níveis de mercado até ao final de 2011. No final de Agosto de 2011, os preços de referência e preços de mercado desse produtos eram os seguintes.
 - i. Gasóleo: a partir de FCFA 391 por litro, contra FCFA 475.
 - ii. Arroz: a partir de FCFA 8.000 o saco de 50 kg, contra FCFA 11.000.
 - iii. Açúcar: a partir de FCFA 16.000 o saco de 50 kg, contra FCFA 16.500.
 - iv. Farinha: a partir de FCFA 9.500 o saco de 50 kg, contra FCFA 10.000.
- Garantir que nenhuma isenção alfandegária seja concedida para a importação de qualquer destes produtos.
- Manter os preços de referência próximos dos níveis de mercado durante o ano, com revisões trimestrais da evolução dos preços.
- Elevar o preço de referência das exportações de caju, fixando-o em USD 850 por tonelada métrica.

11. **O orçamento de 2012 será totalmente financiado sem recurso ao endividamento interno.** O apoio orçamental esperado dos doadores é de FCFA 3 mil milhões do BAfD e FCFA 3,2 mil milhões do Banco Mundial. O envelope orçamental (receitas e apoio orçamental) será suficiente para manter o mesmo nível de despesas correntes como rácio do PIB que foi estimado para este ano, e permitirá um aumento das despesas de investimento com financiamento interno próximo de 1 p.p. do PIB. De referir também que faremos um esforço deliberado para conter as despesas correntes não salariais para ajudar a preservar os gastos sociais e outros gastos prioritários.

12. **Em parceria com o sector privado, o governo instituiu um fundo para promover a industrialização dos produtos agrícolas, financiando através de uma sobretaxa às exportações de caju.** A gestão deste fundo e o uso dos seus recursos (cerca de FCFA 7,2 mil milhões no final de Agosto), serão definidos com a ajuda do Banco Mundial. O governo reconhece que a sobretaxa transfere recursos do sector privado e que será importante definir regras claras e transparentes para fazer o melhor uso desses recursos e administrá-los de uma forma profissional, evitando assim a sua utilização indevida. O governo submeterá à apreciação da ANP os estatutos do fundo. Criaremos uma comissão de fiscalização, com a participação de membros da ANP, para monitorizar a operação do fundo.

C. Reformas Estruturais

13. **As reformas económicas no âmbito do programa apoiado pela ECF estão alinhadas com os objectivos da nossa nova estratégia de redução da pobreza aprovada em Julho para o período 2011–15.** Tendo com objectivos supremos o estímulo ao crescimento e a redução da pobreza, o foco do programa continuará a ser a mobilização de mais receitas, o fortalecimento da gestão financeira pública, inclusive no que respeita à administração fiscal e a gestão da dívida, a melhoria do ambiente de negócios e a eliminação dos entraves ao desenvolvimento do sector privado, a modernização da administração pública e a melhoria dos serviços públicos (Tabelas 5 e 6). Redobramos os esforços para consolidar os ganhos e dar prosseguimento à nossa agenda de reformas, conforme detalhado no MPEF de 29 de Abril de 2011.

- i) **Mobilização de mais receitas.** O governo está a realizar melhorias substanciais na cobertura das nossas despesas correntes pelas nossas próprias receitas. O orçamento de 2012 prevê a cobertura total das despesas correntes pelas receitas orçamentais, em comparação ao rácio de menos de 75 por cento entre receitas orçamentais/despesas correntes registado em 2008. Os esforços de mobilização de receitas continuarão a ser prosseguidos em diversas frentes, entre elas as administrações fiscal e alfandegária:
 - a. No que respeita à administração fiscal, o governo elaborará um relatório sobre os declarantes omissos no período 2010-11 (novo indicador de referência estrutural para Junho de 2012) e buscará dobrar para 80 por cento a taxa de declaração voluntária de impostos, o que garantirá a eficácia da arrecadação de

impostos (novo indicador de referência estrutural para Dezembro de 2012). O número de contribuintes do grupo de grandes contribuintes (Grupo A) subiria para 800.

- b. Relativamente às alfândegas, o SYDONIA++ será estendido a Bafatá e Gabu (novo indicador de referência estrutural para Dezembro de 2012), e serão reforçadas as operações das alfândegas em Safim, inclusive com a construção de armazéns para inspeccionar o comércio advindo da sub-região, de modo a reforçar a supervisão do comércio por via terrestre.
 - c. Relativamente à administração da receita, será elaborado um levantamento exaustivo de todas as receitas não fiscais não recolhidas pelo Tesouro, o qual será anexado às leis anuais do orçamento (novo indicador de referência estrutural para Junho de 2012). Para além disso, serão nomeados revisores oficiais de contas para verificar e reportar as receitas não fiscais em cada ministério sectorial.
 - d. Outras iniciativas de mobilização de receitas a serem tomadas em 2012: registo junto à unidade de grandes contribuintes de todos os comerciantes com um volume anual de importações e exportações superior a FCFA 40 milhões; adopção de limites máximos indicativos para controlar o volume de combustíveis isentos (novo indicador de referência estrutural para Junho de 2012).
- ii) **Modernização da administração pública e melhoria dos serviços públicos.** Estão em marcha esforços para reformular a administração pública. O aplicativo de gestão de pessoal (SIGRHAP) entrará em operação em Novembro de 2011. Para manter o ímpeto da reforma da administração pública, o governo pretende:
- a. concluir o trabalho para a aplicação do sistema uniformizado de pagamentos salariais nos ministérios do Interior e da Defesa até ao final de Março de 2012 (indicador de referência reprogramado).
 - b. aprovar os regulamentos sobre a gestão dos recursos humanos do serviço público, inclusivamente no que respeita ao desenvolvimento profissional, desempenho e aposentação (novo indicador de referência estrutural para Junho de 2012).
 - c. fazer cumprir a aposentação obrigatória e redimensionar os quadros de acordo com o plano de médio prazo.
 - d. operacionalizar os serviços de concursos públicos com vistas a aumentar a eficiência das compras públicas.

- iii) **Estimular o desenvolvimento do sector privado.** O governo deseja criar um ambiente capaz de atrair o investimento privado e promover a diversificação económica. Para atingir este objectivo, o governo irá:
 - a. aprovar um plano de acção para identificar e eliminar os entraves ao desenvolvimento do sector privado (novo indicador de referência estrutural para Junho de 2012).
 - b. submeter à ANP um novo Código de Mineração, que define a regulamentação e os royalties devidos na exploração mineira.
 - c. alargar as actividades do guichet único para melhorar os serviços prestados às empresas, inclusive em matéria de formação.
- iv) **Manter o ímpeto das reformas no sector da segurança.** Está em curso a reforma do sector da segurança, na sequência dos diversos acordos firmados entre a Guiné-Bissau e os seus parceiros, nomeadamente a ONU, a CEDEAO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em 2012, o governo irá:
 - a. operacionalizar a caixa de pensões para as Forças de Defesa e de Polícia, com a aposentação do primeiro grupo de efectivos policiais e das forças armadas, tão logo esteja disponível o apoio dos parceiros de desenvolvimento.
 - b. aplicar o novo regulamento sobre a criação da Guarda Nacional em 2012.
- v) **Reforço da gestão da dívida.** O governo adoptará um sistema de gestão da dívida (SYGADE) até ao final de 2011. Em 2012, o governo irá:
 - a. reforçar a unidade de gestão da dívida pública, aperfeiçoando a interface entre os utilizadores, o BCEAO e o Ministério das Finanças (novo indicador de referência estrutural para o final de Dezembro de 2012).

D. Política Monetária

14. **A política monetária continuará a ser implementada no âmbito da participação da Guiné-Bissau na UEMOA.** O quadro de política monetária fixou um objectivo para inflação de 2 (± 1) por cento num horizonte de 24 meses.

E. Política de Endividamento

15. **Estão a ser envidados esforços para concluir o processo HIPC com todos os credores.** Após o acordo com o Clube de Paris firmado em Maio e visando a concessão de substancial alívio da dívida da Guiné-Bissau, estamos a trabalhar para concluir os acordos bilaterais com os credores do Clube de Paris até ao final de 2011, e tentaremos obter tratamento comparável de todos os outros credores.

16. **O governo intensificou os esforços para eliminar os persistentes atrasados internos.** O governo pretende continuar a realizar pagamentos anuais compatíveis com os recursos disponíveis, e até ao final de Junho de 2012 concluirá a verificação da auditoria dos atrasados de 2000–2007.

17. **O governo solicitou o reescalonamento das dívidas com o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).** Foi apresentado ao novo governador do BCEAO um pedido de diferimento do pagamento da dívida com o BCEAO, e prosseguem as negociações.

IV. MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

18. **O terceiro ano do programa cobrirá os doze meses decorridos entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2012.** O programa será monitorizado com base em indicadores quantitativos e de referência estruturais trimestrais, inclusive aqueles aplicados à quinta e sexta avaliações, bem como em avaliações semestrais e nos critérios de desempenho quantitativos apresentados na Tabela 4. As Tabelas 5 e 6 apresentam uma relação de medidas estruturais identificadas pelo governo, inclusive os indicadores de referência estruturais para a terceira e quarta avaliações. As definições dos critérios de desempenho quantitativos e indicadores de referência encontram-se no MTE anexo. O governo espera que a quarta avaliação seja realizada em Maio de 2012 e a quinta avaliação em Dezembro de 2012.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2011
Metas Trimestrais¹
(Acumulado, milhões de FCFA)

	Fim Mar.		Fim Jun.		Fim Set.		
	Prog.	Efect.	Prog.	Efect.	Prog.	Meta Ajust.	Efect.
Critérios de desempenho²							
1. Financiamento interno do orçamento	1.431	-1.733	-520	-4.915	-1.954	-749	-1.070
2. Novos atrasados internos	0	0	0	0	0	0	0
3. Endiv. externo público não concessional, vencimento > 1 ano	0	0	0	0	0	0	0
4. Endiv. externo público de curto prazo	0	0	0	0	0	0	0
5. Novos atrasados de pagamentos externos	0	0	0	0	0	0	0
Metas indicativas³							
6. Receitas fiscais	6.437	6.958	17.988	20.444	30.506	30.506	30.845
7. Saldo primário interno (base de compromissos)	-3.597	-3.320	-5.842	-2.865	-5.911	-8.794	-6.066
8. Despesas não tituladas (DNTs)	200	252	200	1.235	200	200	315
9. Gastos sociais e despesas prioritárias	2.932	2.294	5.864	6.129	8.795	8.795	8.945

¹ Valor acumulado desde 1 de Janeiro. O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) apresenta a definição dos agregados e factores de ajuste.

² Os critérios de desempenho (CD) aplicam-se a Junho de Dezembro. Para Março e Setembro, são indicativos. Todos os CD são tectos, e a aplicação dos CD 3, 4 e 5 é contínua.

³ Aquando da segunda avaliação da ECF (Relatório do FMI No. 11/67), as metas indicativas 6, 7 e 9 foram revistas em relação ao programa (Relatório do FMI No. 10/379) para reflectir a base de arrecadação alargada em relação a 2010 e a ajuda orçamental adicional.

Tabela 2. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais no âmbito da ECF

Categoria	Indicadores de Referência Estruturais	Justificativa macro	Prazo	Ministério	Ponto da situação	
Terceira avaliação						
Reforma fiscal e reforço da cobrança de receitas	1	Fazer as adaptações e testar o SYDONIA++ e ministrar formação aos funcionários.	Reforço da cobrança de receitas	Agosto 2011	MF ¹	Cumprido
	2	Realizar uma avaliação completa de todas as isenções aduaneiras para continuar a alargar a base de receitas aduaneiras, e submeter relatório ao Conselho de Ministros.	Reforço da cobrança de receitas	Junho 2011	MF	Cumprido
	3	Cruzar os dados do SYDONIA com as declarações de impostos de 2009–10 dos 300 maiores importadores.	Reforço da cobrança de receitas	Junho 2011	MF	Cumprido
Reformas das despesas	4	Estender a todos os ministérios a folha de pagamentos unificada e automatizada e o sistema de gestão do pessoal.	Modernização da administração pública	Agosto 2011	MF MFP ²	(Propôs-se a transferência para Dezembro de 2011).
Ambiente de negócios	5	Elaborar um plano de acção para a identificar e eliminar os entraves ao desenvolvimento do sector privado e para melhorar o ambiente empresarial na Guiné-Bissau.	Melhoria do ambiente de negócios	Agosto 2011	ME ³	Cumprido
Gestão da dívida pública	6	Começar a emitir relatórios electrónicos trimestrais sobre a dívida pública (interna e externa).	Melhoria da transparência	Junho 2011	MF	Cumprido

¹ Ministério das Finanças² Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado³ Ministério da Economia

Tabela 3. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais no âmbito da ECF

Categoria	Indicadores de Referência Estruturais	Justificativa macro	Prazo	Ponto da situação
Quarta avaliação				
Gestão da dívida pública	1 Utilizar o SYGADE para registar, monitorizar e gerir toda a dívida pública (interna e externa)	Melhoria da gestão da dívida	Dez 2011	Em curso
Reforma fiscal e reforço da cobrança de receitas	2 Fiscalizar os importadores que sub-declaram suas obrigações fiscais, começando por aqueles com as maiores diferenças.	Reforço da cobrança de receitas	Dez 2011	Em curso
	3 Rever o quadro jurídico que regulamenta os acordos de repartição das receitas ("restituições").	Reforço da cobrança de receitas	Dez 2011	Em curso
Ambiente de negócios	4 Preparar um plano para a gestão dos recursos naturais do país.	Melhoria do ambiente de negócios	Dez 2011	Em curso
Reformas das despesas	5 Estender a todos os ministérios a folha de pagamentos unificada e automatizada e o sistema de gestão do pessoal.	Modernização da administração pública	Março de 2012	Propôs-se a reprogramação durante a terceira avaliação

Tabela 4. Guiné-Bissau: Indicadores Quantitativos do Programa ECF para 2011–2012
Metas Trimestrais¹
(Acumulado, milhões de FCFA)

	2011		2012		
	Fim Dez.	Fim Mar.	Fim Jun.	Fim Set.	Fim Dez.
	Prog.	Prog.	Prog.	Prog.	Prog.
Crítérios de desempenho²					
1. Financiamento interno do orçamento	0	2.585	115	1.394	0
2. Novos atrasados internos	0	0	0	0	0
3. Endiv. externo público não concessional, vencimento > 1 ano	0	0	0	0	0
4. Endiv. externo público de curto prazo	0	0	0	0	0
5. Novos atrasados de pagamentos externos	0	0	0	0	0
Metas indicativas					
6. Receitas fiscais	37.917	7.702	23.246	38.472	46.657
7. Saldo primário interno (base de compromissos)	-12.087	-2.491	-1.682	-2.867	-7.846
8. Despesas não tituladas (DNTs)	200	200	200	200	200
9. Gastos sociais e despesas prioritárias	12.227	4.482	8.128	10.552	15.207

¹ Valor acumulado desde 1 de Janeiro. O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) apresenta a definição dos agregados e factores de ajuste.

² Os critérios de desempenho (CD) aplicam-se a Junho de Dezembro. Para Março e Setembro, são indicativos. Todos os CD são tectos, e a aplicação dos CD 3, 4 e 5 é contínua.

Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais no âmbito da ECF

Categoria	Medidas	Justificativa macro	Data proposta de conclusão
Quinta avaliação			
Mobilização de receitas	1 Realizar um levantamento exaustivo de todas as receitas não fiscais que não estão a ser arrecadadas pelo Tesouro, para ser anexado à lei do orçamento anual.	Reforço da cobrança de receitas	Junho 2012
Mobilização de receitas	2 Adoptar tectos indicativos para controlar o volume de isenções aos combustíveis.	Reforço da cobrança de receitas	Junho 2012
Administração pública	3 Aprovar os regulamentos de gestão do serviço público (carreiras, desempenho, licenciamento, pessoal de chefia).	Modernização da administração pública	Junho 2012
Administração fiscal	4 Elaborar um relatório sobre os não declarantes no período 2010-11	Reforço da cobrança de receitas	Junho 2012
Ambiente de negócios	5 Submeter ao Conselho de Ministros um plano de acção para identificar e eliminar os entraves ao desenvolvimento do sector privado e para melhorar o ambiente de negócios na Guiné-Bissau.	Melhoria do ambiente de negócios	Junho 2012
Sexta avaliação			
Administração alfandegária	6 Instalação do SYDONIA ++ em Bafatá e Gabu.	Reforço da cobrança de receitas	Dezembro de 2012
Administração fiscal	7 Elevar para 80 por cento a taxa de declaração voluntária de impostos	Reforço da cobrança de receitas	Dezembro de 2012
Gestão da dívida pública	8 Instalar o aplicativo de gestão da dívida visando a interface entre o BCEAO e o Ministério das Finanças.	Melhoria da transparência	Dezembro de 2012

Tabela 6. Guiné-Bissau: Medidas de Reforma Estrutural para 2012

Categoria	Medidas	Data proposta de conclusão
Mobilização de receitas	1 Quantificar todas as receitas não fiscais que não estão a ser arrecadadas pelo Tesouro, para anexação à lei do orçamento anual	Junho 2012
	2 Adotar tectos indicativos para controlar o volume de isenções aos combustíveis	Junho 2012
	3 Utilizar um aplicativo com interface com o SYDONIA++ para autorizar e monitorizar as isenções às importações	Junho 2012
Gestão das receitas	4 Nomear revisores oficiais de contas para verificar e reportar as receitas não fiscais em cada ministério sectorial	Junho 2012
Administração fiscal	5 Elaborar um relatório sobre as transferências dos ficheiros dos grandes contribuintes das repartições locais para a unidade de grandes contribuintes em 2011	Junho 2012
	6 Registrar na UGC todos os comerciantes com um volume total de importações ou exportações igual ou superior a FCFA 40 milhões por ano	Junho 2012
	7 Elevar para 80 por cento a taxa de declaração voluntária de impostos	Dezembro de 2012
	8 Elaborar um relatório sobre os não declarantes no período 2010-11	Junho 2012
	9 Anexar ao orçamento do Estado uma estimativa da renúncia de receitas com cada tipo de isenção ou benefício fiscal	Setembro de 2012
	10 Implementar o novo sistema integrado de gestão fiscal (que inclua o número de identificação fiscal, NIF, e a gestão da arrecadação e das obrigações em atraso), com o aplicativo apropriado	Dezembro de 2012
Administração alfandegária	11 Instalação do SYDONIA ++ em Bafatá e Gabu.	Dezembro de 2012
	12 Reforçar a alfândega de Safim (o que inclui a finalização da infraestrutura para melhorar o desembaraço dos produtos importados por via terrestre)	Junho 2012
Administração pública	13 Aprovar os regulamentos de gestão do serviço público (carreiras, desempenho, licenciamento, pessoal de chefia)	Junho 2012
	14 Fazer cumprir a aposentação obrigatória e desvincular os excedentários	2012
	15 Instalar o aplicativo de gestão da dívida visando a interface entre o BCEAO e o Ministério das Finanças	Dezembro de 2012
	16 Submeter ao Conselho de Ministros um plano de acção para identificar e eliminar os entraves ao desenvolvimento do sector privado e para melhorar o ambiente de negócios na Guiné-Bissau	Junho 2012
Ambiente de negócios	17 Submeter à ANP a legislação sobre o novo Código da Mineração	Junho 2012
	18 Alargar as actividades do guichet único para oferecer assistência e formação às empresas	Dezembro de 2012
Concursos públicos	19 Operacionalizar os serviços de concursos públicos	Dezembro de 2012
Reforma do sector de segurança	20 Aplicar a regulamentação da Guarda Nacional	Março de 2012
	21 Operacionalizar a caixa de pensões para as Forças de Defesa e de Polícia, com a aposentação do primeiro grupo de efectivos policiais e das forças armadas	Março de 2012

ANEXO II. MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO

Bissau

14 de Novembro de 2011

1. **O presente memorando actualiza o Memorando Técnico de Entendimento de 29 de Abril de 2011 e apresenta as definições dos critérios de desempenho quantitativos e estruturais, metas indicativas e indicadores de referência estruturais para a monitorização do programa apoiado por um acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF).** Também especifica a periodicidade acordada e os prazos para a disponibilização de dados ao corpo técnico do FMI para fins de monitorização do programa.

Indicadores Quantitativos e Factores de Ajuste

A. Indicadores Quantitativos

2. **Os indicadores quantitativos são os seguintes:**

- a. Limites mínimos (pisos) acumulados para a receita fiscal
- b. Limites máximos (tectos) acumulados para o défice primário interno (base de compromissos)
- c. Limites máximos acumulados para o montante de despesas não tituladas (DNTs).
- d. Limites mínimos acumulados para as despesas sociais e outras despesas prioritárias
- e. Limites máximos acumulados para a variação do financiamento interno líquido do orçamento
- f. Limites máximos acumulados para novos atrasados de pagamentos internos do governo, incluindo salários em atraso
- g. Limites máximos acumulados para os novos empréstimos externos não concessionais contraídos ou garantidos pelo governo
- h. Limites máximos acumulados para a nova dívida externa de curto prazo
- i. Limites máximos acumulados para os novos atrasados de pagamentos externos.

Foram estabelecidos indicadores quantitativos para o final de Março, Junho, Setembro e Dezembro. São definidos critérios de desempenho quantitativos para os indicadores (e) a (i) para o final de Junho e final de Dezembro de 2011–12. A aplicação dos indicadores da nova dívida externa não concessional, dívida externa de curto prazo e novos atrasados de pagamentos externos é contínua.

Definições e cálculo

3. **Governo.** Salvo indicação em contrário, “Governo” significa a administração central da República da Guiné-Bissau e não inclui qualquer instância da administração local, o banco central, ou qualquer outra entidade pública ou controlada pelo governo e com personalidade jurídica distinta que não seja incluída na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).
4. **O limite mínimo proposto para as receitas fiscais** inclui impostos directos e impostos indirectos, assim como a recuperação de atrasados fiscais e esforços adicionais de arrecadação.
5. **O défice primário interno (base de compromissos)** é calculado como a diferença entre a receita pública e as despesas primárias internas na base de compromissos. A receita pública inclui todas as receitas fiscais e não fiscais e exclui os donativos externos. A despesa interna primária consiste na despesa corrente somada às despesas de investimento com financiamento interno, excluindo todos os pagamentos de juros. Os compromissos do Governo incluem todas as despesas cuja cabimentação tenha sido aprovada pelo Ministério das Finanças; a despesa automática (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado), e despesas efectuadas por via de operações de compensação.
6. **Os novos atrasados de pagamentos internos do governo** são definidos como as contas a pagar acumuladas (*rest-à-payer*) durante o ano ainda não saldadas até um mês depois do trimestre para ordenados e salários (incluindo pensões), e até três meses depois para bens e serviços e transferências, no final de Março, final de Junho, final de Setembro e final de Dezembro.
7. **As despesas não tituladas** são definidas como qualquer pagamento do Tesouro sem classificação nas tabelas de despesas apresentadas pela Direcção Nacional do Orçamento.
8. **O financiamento interno líquido inclui o financiamento bancário e não bancário** (Tabela 3). O financiamento bancário consiste nas variações líquidas dos saldos das contas do Tesouro no BCEAO (excluindo os desembolsos líquidos do FMI) e nos bancos comerciais (excluindo os saldos nessas contas que não estejam prontamente disponíveis para financiar o orçamento, como seja o caso das contas co-tituladas com doadores e sujeitas a duas assinaturas), bem como nos montantes pendentes de empréstimos, incluindo os Títulos do Tesouro, junto do BCEAO e da banca comercial (local e regional). O financiamento não bancário engloba as receitas de privatização, bem como quaisquer outras dívidas financeiras internas eventualmente mantidas fora do sector bancário, com excepção dos novos atrasados internos.

Contratação ou Garantia de Nova Dívida Externa não Concessional pelo Governo

9. **Definição da dívida.** Para os fins dos critérios de desempenho pertinentes, a definição da dívida é aquela contida no Ponto 9 da Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração, conforme modificada em 31 de Agosto de 2009 (Decisão No. 14416-(09/91)).
- a. por “dívida” entende-se um passivo corrente (ou seja, não contingente) criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, em data futura; tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual. As dívidas podem assumir várias formas, sendo as principais:
- i. empréstimo, ou seja, um adiantamento de dinheiro concedido ao devedor pelo credor com base num compromisso segundo o qual o devedor reembolsará tais fundos no futuro (incluindo depósitos, títulos, obrigações, empréstimos bancários e créditos ao comprador), bem como a troca temporária de activos equiparada a um empréstimo totalmente garantido, ao abrigo da qual se requer que o devedor reembolse tais fundos, e normalmente pague juros, readquirindo a garantia ao comprador em data futura (por exemplo, contratos de recompra e acordos oficiais de *swap*);
 - ii. crédito de fornecedor, ou seja, um contrato através do qual o fornecedor permite ao devedor o adiamento dos pagamentos até uma data posterior à entrega dos bens ou à prestação dos serviços; e
 - iii. arrendamentos, ou seja, acordos através dos quais um locatário adquire o direito de uso de um prédio por um ou mais períodos especificados, em geral inferiores à vida útil esperada do prédio, retendo o locador o título de propriedade do prédio. Para os fins destas directrizes, a dívida é o valor actual (na data de início do arrendamento) de todos os pagamentos de arrendamento a efectuar durante o prazo de vigência do acordo, excluindo os pagamentos referentes à operação, reparação ou manutenção do prédio.
- b. Ao abrigo da definição de dívida apresentada acima, os juros de mora, multas e indemnizações por perdas e danos decididos judicialmente, em resultado do incumprimento de pagamentos de uma obrigação contratual que constitua dívida, também são dívida. O não pagamento de uma obrigação que não constitua dívida segundo a presente definição (por exemplo, pagamento contra entrega) não gera uma dívida.
10. **Garantia de dívidas.** Para os fins dos critérios de desempenho pertinentes, a garantia de uma dívida advém de uma obrigação legal explícita do governo de efectuar o pagamento da dívida (em dinheiro ou em espécie) no caso de não pagamento pelo devedor.

11. **Concessionalidade da dívida.** Para os fins dos critérios de desempenho pertinentes, uma dívida é considerada concessional caso inclua um elemento de donativo de pelo menos 35 por cento;¹ o elemento de donativo é a diferença entre o valor actualizado (VA) da dívida e o seu valor nominal expresso como percentagem do valor nominal da dívida. O VA da dívida no momento da sua contratação é calculado descontando-se o fluxo futuro de pagamentos do serviço da dívida.² As taxas de desconto aplicadas para este efeito são as taxas de juro comerciais de referência para a moeda específica (CIRR), publicadas pela OCDE.³ Para dívidas com um prazo de vencimento de pelo menos 15 anos, aplica-se a média CIRR a dez anos para calcular o VA da dívida e, assim, o seu elemento de donativo. Para dívidas com um prazo de vencimento inferior a 15 anos, aplica-se a média CIRR a seis meses. As margens para diferentes períodos de amortização (0,75 por cento para períodos de amortização inferiores a 15 anos, 1 por cento para 15 a 19 anos, 1,15 por cento para 20 a 29 anos, e 1,25 por cento para 30 ou mais anos) são acrescentadas às médias CIRR a dez anos e seis meses.

12. **Dívida externa.** Para os fins dos critérios de desempenho pertinentes, a dívida externa é definida como a dívida contraída ou honrada numa moeda que não seja o franco CFA. Esta definição também se aplica à dívida entre os países membros da UEMOA.

13. **Crítérios de desempenho relacionados à dívida.** Os critérios de desempenho pertinentes aplicam-se à nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo. Os critérios aplicam-se à dívida e aos compromissos contraídos ou garantidos para os quais ainda não se recebeu um valor em contrapartida. Os critérios também se aplicam à dívida privada para a qual foi concedida garantia oficial e que, portanto, constitui um passivo contingente para o governo. Os critérios de desempenho são avaliados em base acumulada desde ao momento da aprovação da ECF pelo Conselho de Administração. A aplicação dos critérios de desempenho será avaliada continuamente. Não serão aplicados factores de ajuste a esses critérios.

14. **Limite máximo à nova dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo Governo.** A dívida externa de curto prazo é a dívida externa com prazo contratual inferior a um ano. As operações de alívio da dívida e os Títulos do Tesouro emitidos em FCFA no mercado regional da UEMOA são excluídos deste critério de desempenho. No contexto do programa, nem o governo nem as empresas públicas contratarão ou

¹ A página do FMI na Internet contém uma ligação para uma ferramenta que permite o cálculo do elemento de donativo de uma vasta gama de pacotes de financiamento: <http://www.imf.org/external/np/pdr/conc/calculator>.

² O cálculo da concessionalidade leva em conta todos os aspectos do acordo de dívida, nomeadamente: vencimento, prazo de carência, prazo de amortização, comissão inicial e taxas administrativas.

³ Para as dívidas em moedas estrangeiras para as quais não há uma CIRR calculada pela OCDE, o elemento de donativo deve-se basear na CIRR composta (média ponderada) das moedas no cabaz do DSE.

garantirão dívida externa de curto prazo. Este critério de desempenho será monitorizado continuamente.

15. **Limite máximo aos novos atrasados de pagamentos externos.** Os atrasados de pagamentos externos são definidos como pagamentos externos devidos mas não pagos na data do vencimento. Caso o credor tenha concedido um prazo de carência após a data de vencimento contratual, o pagamento externo será considerado em atraso após o encerramento do prazo de carência. No âmbito do programa, o governo se compromete a não acumular atrasados sobre a sua dívida externa, com exceção daqueles decorrentes da dívida que está em processo de renegociação com os credores, inclusive credores bilaterais fora do Clube de Paris. Este critério de desempenho será monitorizado continuamente.

16. **Deveres de informação.** O governo comunicará ao corpo técnico do Fundo qualquer novo empréstimo externo contraído ou garantido pelo governo, bem como os seus respectivos termos, no mais tardar duas semanas após a contratação ou garantia do referido empréstimo.

17. Por **gastos sociais e outros gastos prioritários** entende-se o total da despesa corrente nos sectores da Educação, Saúde e Agricultura e as despesas de investimento financiadas com recursos internos.

B. Factores de Ajuste

18. **Serão usados os seguintes factores de ajuste:**

- i. **O limite máximo ao financiamento interno será aumentado em função de qualquer insuficiência no apoio orçamental externo e no pagamento da compensação financeira das pescas,** pelo valor total de tal insuficiência, até FCFA 3,5 mil milhões. O programa pressupõe os seguintes montantes de apoio orçamental externo e de pagamentos da compensação financeira das pescas.⁴

Acumulado desde 1 de Janeiro de 2011:

Fim de Março	Fim de Junho	Fim de Setembro	Fim de Dezembro
0	0	FCFA 8,9 mil milhões	FCFA 12,5 mil milhões

Acumulado desde 1 de Janeiro de 2012:

Fim de Março	Fim de Junho	Fim de Setembro	Fim de Dezembro
FCFA 3 mil milhões	FCFA 3 mil milhões	FCFA 5 mil milhões	FCFA 14,2 mil milhões

⁴ Para os fins do presente MTE, a taxa de câmbio FCFA/Euro é de 655,956 e a taxa FCFA/USD é de 464.

- ii. **O limite máximo ao financiamento interno será aumentado em Março, Junho e Setembro em função do pagamento de atrasados referentes aos anos anteriores** que exceder os montantes programados, até a um máximo de FCFA 1,85 mil milhões. O programa presume os seguintes pagamentos de atrasados referentes a anos anteriores:

Acumulado desde 1 de Janeiro de 2011:

Fim de Março	Fim de Junho	Fim de Setembro	Fim de Dezembro
0	0	0	FCFA 1,85 mil milhões

Acumulado desde 1 de Janeiro de 2012:

Fim de Março	Fim de Junho	Fim de Setembro	Fim de Dezembro
0	0	0	FCFA 1,5 mil milhões

- iii. **Se os pagamentos da compensação financeira das pescas forem inferiores ao programado, o limite máximo ao défice primário interno será aumentado** pelo valor total de tal défice, até a um máximo de FCFA 3 mil milhões. O programa pressupõe os seguintes pagamentos da compensação financeira das pescas.

Acumulado desde 1 de Janeiro de 2011:

Fim de Março	Fim de Junho	Fim de Setembro	Fim de Dezembro
0	0	FCFA 5 mil milhões	FCFA 5 mil milhões

Acumulado desde 1 de Janeiro de 2012:

Fim de Março	Fim de Junho	Fim de Setembro	Fim de Dezembro
FCFA 3 mil milhões	FCFA 3 mil milhões	FCFA 5 mil milhões	FCFA 8,3 mil milhões

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
E
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

GUINÉ-BISSAU

**Análise Conjunta FMI/Banco Mundial da Sustentabilidade da Dívida
Quadro para Países de Baixo Rendimento**

Elaborada pelas Equipas Técnicas do Fundo Monetário Internacional (FMI)
e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)

Aprovada por Roger Nord e Thomas Dorsey (FMI)
Marcelo Giugale e Jeffrey Lewis (AID)

15 de Novembro de 2011

Após a Guiné-Bissau ter atingido o ponto de conclusão (com assistência topping up) no âmbito da Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC) e da Iniciativa para a Redução da Dívida Multilateral (MDRI), em Dezembro de 2010, o Clube de Paris concordou em conceder amplo alívio da dívida em Maio de 2011. Como resultado, as perspectivas para a dívida guineense melhoraram consideravelmente. Uma actualização da análise da sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento confirma a previsão de risco moderado de sobreendividamento externo para a Guiné-Bissau. Desde à análise de 2010,¹ o requisito mínimo de concessionalidade dos empréstimos em moeda estrangeira baixou de 50 para 35 por cento, o que reflecte um risco moderado de sobreendividamento. Os pressupostos macroeconómicos implícitos no cenário de base prevêem uma melhoria gradual da balança de transacções correntes externas a médio e longo prazo, assente no crescimento sustentado do principal sector de exportação (caju). Os indicadores da dívida projectados no cenário de base permaneceriam bem abaixo dos limiares dependentes de políticas, mesmo com a diminuição da componente de donativo. Contudo, no cenário que presume um choque nas exportações e a depreciação da moeda, todos os indicadores da dívida sofrem uma deterioração significativa, e o rácio entre o valor actualizado (VA) da dívida e as exportações ultrapassa o limiar correspondente. A inclusão da dívida interna pública confirma as conclusões da análise da sustentabilidade da dívida externa. Para conter a vulnerabilidade da dívida, as autoridades devem reforçar a capacidade de gestão da dívida.

¹ Relatório do FMI N° 10/380 e Relatório do Banco Mundial N° 57893-GW.

I. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS NO CENÁRIO DE BASE

1. **A Guiné-Bissau alcançou o ponto de conclusão no âmbito da Iniciativa HIPC reforçada em Dezembro de 2010.** Toda a dívida pendente com o FMI no ponto de conclusão foi perdoada como parte da assistência HIPC. Quase toda a dívida com o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento foi perdoada no âmbito da Iniciativa HIPC

Caixa 1. Guiné-Bissau: Principais Pressupostos Macroeconómico de Base

O crescimento do PIB real deve registar uma aceleração **significativa**, de 3,5% em 2010 para cerca de 5,3% em 2011, vindo a estabilizar em 4,5% no médio e longo prazo. A retoma da actividade económica em 2011 foi motivada pela boa colheita do caju e a subida dos preços do produto. No longo prazo, até 2030, o crescimento também será apoiado pela produção de caju, bem como pela contínua estabilização do ambiente político e por políticas macroeconómicas apropriadas.

A **inflação** medida pelo deflator do PIB está a crescer a uma taxa ligeiramente abaixo da inflação medida pelo IPC, e deve acelerar em 2011 e desacelerar em 2012 por causa das variações nos preços dos produtos básicos. A médio prazo, o deflator do PIB (e o IPC) devem retornar ao seu nível histórico de 2%.

O défice da conta corrente (excluindo as transferências oficiais) deverá apresentar ligeira melhora, de 10,2% em 2010 para cerca de 9,9% do PIB em 2011. Esta evolução reflecte um aumento excepcional nas exportações de caju em 2011 graças à subida dos preços do caju e à alta produção, que foi grandemente neutralizado pelo aumento das importações, sobretudo alimentos e combustíveis. Em 2012, presume-se que os preços de exportação do caju retornem às suas médias de médio prazo. Após uma ligeira deteriora para 10,1% do PIB em 2012, o défice da conta corrente deve cair gradualmente para 7,6% em 2030. Até 2030, os volumes reais de exportação devem crescer cerca de 6,25% ao ano. A expectativa para as remessas é de estabilização a uma taxa de 6,5% no longo prazo.

O défice fiscal primário (definido como as receitas e donativos menos as despesas primárias não relacionadas ao pagamento de juros) deve chegar aos 2,6% em 2011. No médio prazo, este défice registaria uma melhoria gradual, para cerca de 1% do PIB em 2015, graças à ao aumento na arrecadação de receitas e a melhorias sustentadas na gestão da despesa pública. No longo prazo, o défice primário cresceria para uma média aproximada de 1,8% para estimular o desenvolvimento e o crescimento a longo prazo. Segundo as projecções, a **dívida interna** sofrerá uma redução gradual em termos nominais coerente com a estratégia das autoridades para a eliminação dos atrasados internos e com o reescalonamento da dívida com o BCEAO.

Prevê-se a estabilização das **entradas líquidas de ajudas** (donativos e empréstimos concessionais) num nível moderado no longo prazo. Os donativos de apoio ao orçamento devem estabilizar em cerca de 1,5% do PIB no período 2011-2020, caindo gradualmente até 0,5% em 2030. Os empréstimos concessionais terão taxas de juro de 0,8% e vencimento entre 40 (AID) e 50 (BAfD) anos, com 10 anos de carência. Segundo as directrizes sobre os limites de endividamento em programas apoiados pelo Fundo, a melhoria nas perspectivas para a dívida pós-HIPC, com a redução do risco de sobreendividamento de alto para moderado, justifica uma alteração no requisito de concessionalidade, de 50% para 35%. Assim sendo, a partir de 2012, a expectativa é que alguns empréstimos sejam contraídos em condições menos concessionais, levando a uma diminuição gradativa da componente média de donativo dos novos desembolsos, de 52% para 35%. Presume-se que os empréstimos não concessionais continuarão a apresentar um volume moderado, uma vez que o país não terá um acesso contínuo à dívida comercial. Os **défices de financiamento do orçamento** terão de ser cobertos por via de donativos ou empréstimos em condições altamente concessionais.

(incluindo a assistência *topping up*) e da MDRI. O alívio da dívida daí resultante ascendeu a USD 1,2 mil milhões em termos nominais. O Clube de Paris concordou em perdoar quase todos os seus créditos em Maio de 2011. As autoridades estão em vias de concluir acordos bilaterais com os credores do Clube de Paris e a buscar tratamento comparável dos demais credores.²

2. **Os pressupostos da ASD no cenário de base estão de modo geral alinhados com os da ASD de 2010** (Caixa 1). Espera-se que o crescimento económico ascenda a 4,5 por cento no médio e longo prazo, o que reflecte a contínua estabilização do ambiente político, os esforços do governo para elevar o potencial de crescimento da economia através de investimentos na agricultura e nas infra-estruturas e o crescimento sustentado da produção de caju. A despeito da subida recente da inflação, ela deverá permanecer estável no seu nível histórico de 2 por cento. Presume-se que os novos empréstimos externos sejam contraídos em condições menos concessionais, ou seja, com uma redução gradual na componente média de donativo dos novos desembolsos, de 52 para cerca de 35 por cento durante o período coberto pelas projecções. Isto aumentará a margem de manobra para a captação de financiamento externo para colmatar as urgentes necessidades em matéria de desenvolvimento. Contudo, as autoridades continuarão a tentar obter condições altamente concessionais ao contrair empréstimos.

3. **Os riscos de deterioração das projecções de base** decorrem de um ambiente externo desfavorável. O crescimento económico enfrentará riscos se os preços do caju e o crescimento das economias avançadas forem menores que o esperado. Para além disso, as autoridades poderiam enfrentar fortes pressões internas para promover mudanças nas políticas económicas, e estas mudanças poderiam pôr em risco a prudência orçamental e as reformas económicas.

II. SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

Cenário de base

4. **Após o país atingir o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC, a dívida externa pública e com garantia pública (PGP) da Guiné-Bissau totalizava USD 173,7 milhões (17,5 por cento do PIB) no final de 2011.**³ Dados os pressupostos do cenário de base, e com uma pontuação média trianual de 2,67 segundo a Avaliação Institucional e de Políticas Nacionais (CPIA) do Banco Mundial, a expectativa é que todos os indicadores da dívida permaneçam abaixo dos seus respectivos limiares dependentes de políticas. O VA da dívida externa PGP recuará de 13,4 por cento do PIB em 2011 para 9,7 por cento em 2021, permanecendo próximo dos 7,7 por cento do PIB até 2030 (Tabela 1).

² Argélia, China e Cuba concederam o perdão total da dívida.

³ Após o alívio da dívida no ponto de conclusão, a dívida externa PGP caiu de 121,9 por cento do PIB em 2009 para 19,1 por cento do PIB em 2010.

5. **Os rácios entre o VA da dívida e o serviço da dívida em relação às exportações e às receitas também devem permanecer bem abaixo dos seus limiares ao longo dos 20 anos cobertos pelas projecções** (Figura 1, Tabela 2 e Quadro 1). Isto leva a crer que a dívida externa continuará sustentável mesmo com um declínio na componente de donativo.

Quadro 1. Síntese dos Indicadores da Sustentabilidade da Dívida Externa no Cenário de Base^{1/}

	Limiar ^{2/}	2011	2021	2030
VA da dívida/PIB	30	13,4	9,7	7,7
VA da dívida/exportações	100	50,4	57,3	46,8
VA da dívida/receitas	200	126,6	72,8	56,0
Serviço da dívida/exportações	15	0,3	4,7	3,6
Serviço da dívida/receitas	25	0,8	6,0	4,3

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

^{1/} Os indicadores da dívida referem-se à dívida externa pública e com garantia pública da Guiné-Bissau.

^{2/} Com um índice médio de 2,67 no período 2008–10 segundo a Avaliação Institucional e de Políticas Nacionais (CPIA) do Banco Mundial, a Guiné-Bissau está classificada como um país com políticas e instituições de baixa qualidade.

Cenários alternativos e testes de stress

Embora os testes de stress no cenário de base confirmem que a posição da dívida externa da Guiné-Bissau apresenta baixa vulnerabilidade a choques, o cenário de choque mais extremo⁴ mostra que ainda perdura alguma vulnerabilidade. Quatro dos cinco indicadores da dívida permanecem bem abaixo dos seus respectivos limiares nos testes de stress. O rácio entre o VA da dívida e as exportações aumenta (Quadro 2) de 50,4 por cento em 2011 para 126,3 por cento em 2021, caindo gradualmente para 91,6 por cento em 2030, o que significa que este rácio ultrapassa o limiar correspondente durante a maior parte do período projectado. Os demais rácios também são sensíveis ao referido choque, mas permanecem bem abaixo dos seus limiares.⁵ Tendo em conta todos os factores, este cenário alternativo indica que a Guiné-Bissau ainda seria vulnerável a um choque gerado por uma queda acentuada das exportações ou pela depreciação da moeda.

⁴ O choque mais extremo é calibrado como o crescimento do valor das exportações à média histórica menos dois desvios-padrão em 2012-2013 ou como uma depreciação pontual de 30 por cento da taxa de câmbio nominal em relação à projecção de base em 2012.

⁵ Os resultados segundo este cenário histórico (em que as principais variáveis são mantidas constantes aos seus níveis históricos de dez anos) mostram uma redução muito mais rápida dos indicadores da dívida do que nos outros cenários. Todavia, estes resultados estão sujeitos a um elevado grau de incerteza, uma vez que os dados subjacentes advêm do período pós-conflito e não são fiáveis.

Quadro 2. Síntese dos Indicadores da Sustentabilidade da Dívida Externa no Cenário de Choque mais Extremo^{1/}

	Limiar ^{4/}	2011	2021	2030
VA da dívida/PIB	30	13,4	14,0	9,9
VA da dívida/exportações ^{2/}	100	50,4	126,3	91,6
VA da dívida/receitas ^{3/}	200	126,6	103,3	79,3
Serviço da dívida/exportações ^{2/}	15	0,3	8,4	7,1
Serviço da dívida/receitas ^{3/}	25	0,9	8,5	6,1

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

^{1/} Os indicadores da dívida referem-se à dívida externa pública e com garantia pública da Guiné-Bissau.

^{2/} Choque de dois desvios-padrão em 2012-2013 no crescimento das exportações às médias históricas.

^{3/} Uma desvalorização pontual de 30 por cento da taxa de câmbio nominal relativamente ao cenário de base em 2012.

^{4/} Limiar acima do qual os países com quadros institucionais e de política fracos teriam uma probabilidade de no mínimo 25 por cento de enfrentar um período prolongado de sobreendividamento no ano seguinte. Com um índice médio de 2,67 no período 2008–10 segundo a Avaliação Institucional e de Políticas Nacionais (CPIA) do Banco Mundial, a Guiné-Bissau está classificada como um país com políticas e instituições de baixa qualidade.

III. SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

Cenário de base

6. **Após o alívio da dívida no ponto de conclusão e o acordo com o Clube de Paris em Maio de 2011, o total da dívida pública como percentagem do PIB caiu de 157,9 por cento em 2009 para 49 por cento em 2010, e deve declinar para 43,7 por cento em 2011** (Tabela 3). A dívida interna deve cair gradualmente em termos nominais, em linha com a estratégia das autoridades para a eliminação dos atrasados internos e com o reescalamento da dívida com o BCEAO. A partir daí, segundo as projecções do cenário de base, o total da dívida pública (interna e externa) apresentaria um declínio constante, até atingir 16,7 por cento do PIB em 2030. O rácio VA do total da dívida pública/PIB seguiria uma trajectória semelhante, caindo de 39,5 por cento em 2011 para 20,2 por cento em 2021 e 12,5 por cento no final do período coberto pelas projecções.

Cenários alternativos e testes de stress

7. **Os cenários alternativos e testes de stress mostram que os indicadores da dívida pública continuariam a declinar, mas este declínio seria mais gradual** (Figura 2 e Tabela 4). No cenário histórico, presumindo-se que o crescimento do PIB real e o défice primário mantenham-se constantes às suas médias históricas, ou seja, 2,3 e 3 por cento, respectivamente, o rácio VA da dívida do sector público/PIB cairia de 39,4 por cento em 2011 para 29,2 por cento em 2030. O rácio VA da dívida do sector público/receitas seguiria a mesma tendência, caindo de 209,5 por cento em 2011 para 124,4 por cento ao final do período coberto pelas projecções. O rácio VA do serviço da dívida/receitas rondaria os 10 por cento até 2030.

8. **No cenário que presume o choque mais extremo,⁶ os indicadores da dívida pública sofreriam uma profunda deterioração.** O rácio VA da dívida/PIB aumentaria para 43,2 por cento em 2013 e em seguida começaria a cair de forma constante até chegar a 23,1 por cento em 2030. De maneira análoga, o rácio VA da dívida/receita cairia de 200,9 por cento em 2013 para 112 por cento no final do período projectado. O rácio VA do serviço da dívida/receitas seguiria uma trajectória mais irregular, ascendendo a 8,6 por cento no final do período projectado.

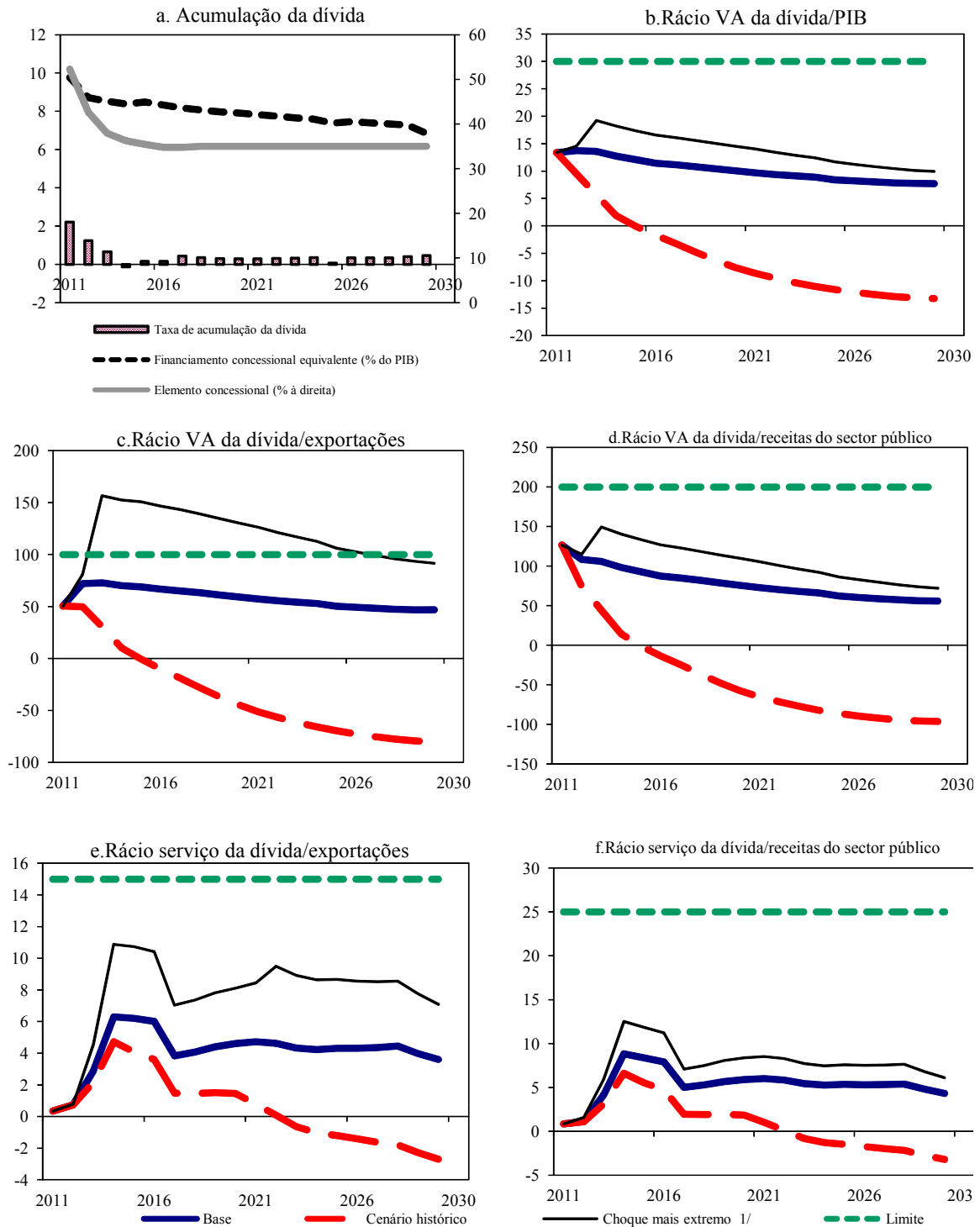
IV. CONCLUSÃO

9. **Após o alívio da dívida concedido no ponto de conclusão da Iniciativa HIPC, as perspectivas para a dívida da Guiné-Bissau melhoraram consideravelmente, e a análise da sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento indica que o país enfrenta um risco moderado de sobreendividamento.** Embora no cenário de base todos os indicadores da dívida permaneçam bem abaixo dos seus respectivos limiares, os cenários alternativos e testes de stress mostram que há vulnerabilidade a choques nas exportações. A inclusão da dívida interna pública confirma as conclusões da ASD externa. As autoridades concordam com a avaliação do corpo técnico relativamente à ASD.

10. **A Guiné-Bissau precisa de tomar novas medidas para diminuir as suas vulnerabilidades externas.** O país deve continuar fazer uso de donativos e empréstimos em condições concessionais para atender às suas necessidades de financiamento no futuro próximo, pese embora a melhoria das perspectivas após o alívio da dívida HIPC. Os compromissos assumidos pelas autoridades no âmbito do actual acordo ECF para melhorar a sua capacidade de gestão da dívida são essenciais para conter as vulnerabilidades com respeito à dívida. São eles: fortalecimento da capacidade de gestão da dívida, avanço nas reformas estruturais, diversificação da base de exportações e mobilização de receitas internas para reduzir a dependência do financiamento externo.

⁶ O choque é calibrado como o crescimento do PIB real e do saldo primário às suas médias históricas menos meio desvio-padrão.

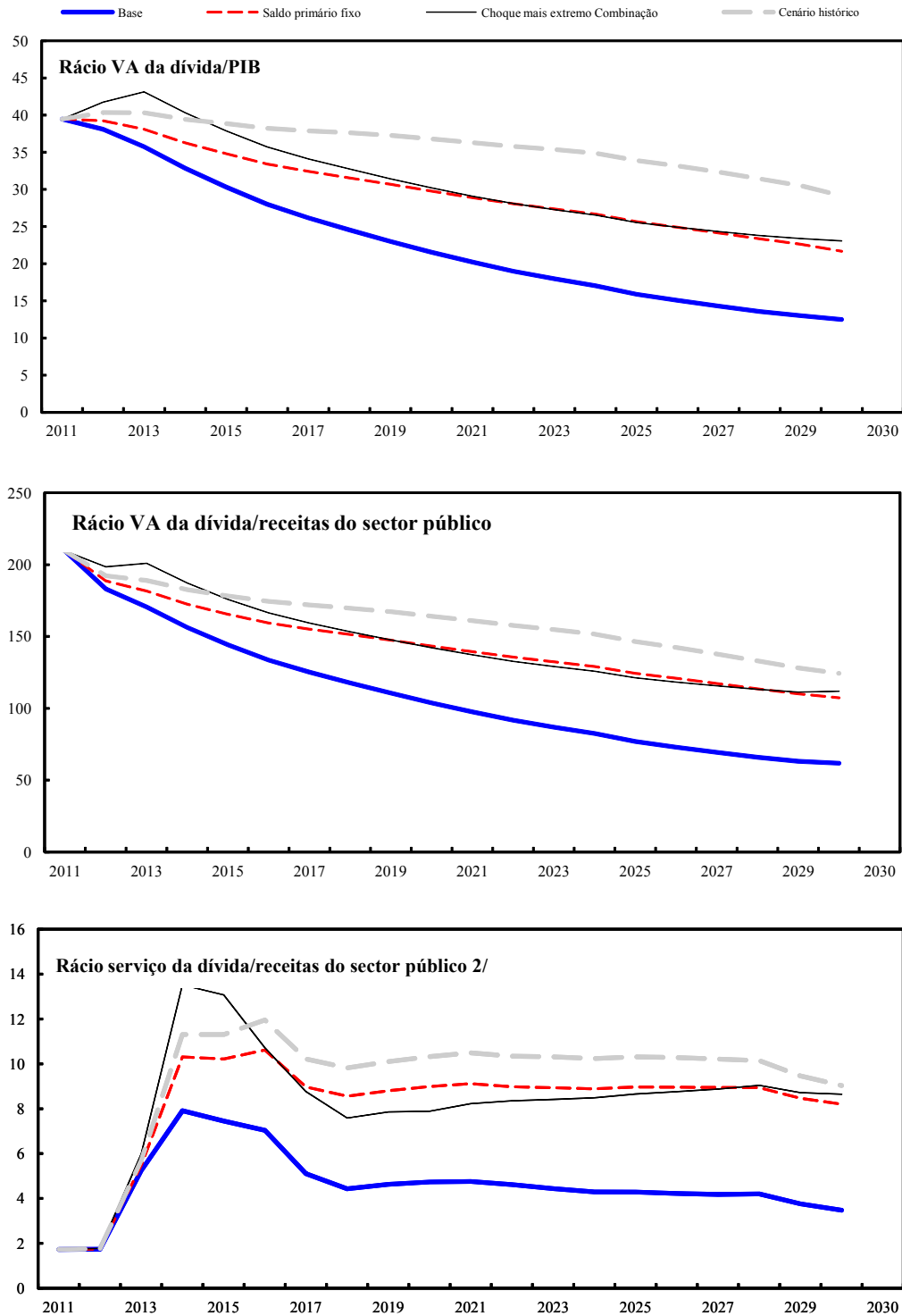
Figura 1. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos 1/, 2011-2030



Fonte: Estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress com o rácio mais alto em 2021. Na impressão a. corresponde ao choque Exportações; em b. ao choque Exportações; em c. ao choque Exportações; em d. ao choque Exportações e na impressão e. ao choque Depreciação nominal

Figura 2. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos 1/, 2011-2030



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress com o rácio mais alto em

2/ As receitas incluem os donativos.

Tabela 1: Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2008-2030 1/
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média Histórica	Desvio Padrão	Projeções									
	2008	2009	2010			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011-2016 Média	2021	2030	2017-2030 Média
Dívida externa, valor nominal 1/	132,7	121,9	19,1			17,5	17,8	17,7	16,6	16,0	15,3		13,5	11,9	
<i>da qual:</i> pública ou com garantia pública (PGP)	132,7	121,9	19,1			17,5	17,8	17,7	16,6	16,0	15,3		13,5	11,9	
Variação da dívida externa	-7,5	-10,8	-102,8			-1,6	0,3	-0,1	-1,0	-0,7	-0,6		-0,3	0,0	
Fluxos identificados criadores de dívida líquida	-21,6	6,2	-4,2			3,2	-4,2	3,8	3,2	1,4	1,1		1,4	1,3	
Défice da conta corrente líquida de juros	3,3	5,9	6,6	1,2	4,0	6,2	7,0	6,4	5,8	4,0	3,7		4,0	4,0	
Défice da balança de mercadorias e serviços	14,0	16,6	13,8			13,3	13,4	12,7	12,0	11,3	10,7		10,6	10,5	
Dinâmica endógena da dívida 2/	15,9	15,5	15,8			26,5	19,1	18,7	18,1	17,5	17,2		16,9	16,5	
Importações	29,9	32,1	29,6			39,8	32,5	31,4	30,2	28,8	27,9		27,5	26,9	
Transferências correntes líquidas (negativo = entrada)	-10,8	-11,5	-7,3	-9,8	1,6	-7,1	-6,4	-6,3	-6,2	-7,3	-7,0		-6,6	-6,4	
<i>da qual:</i> oficial	-6,4	-8,0	-3,5			-3,6	-3,0	-3,0	-3,0	-4,2	-4,0		-3,6	-3,3	
Outros fluxos de conta corrente (negativo = entrada líquida)	0,1	0,8	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
IDE (negativo = entrada)	-0,7	-2,1	-2,2	-1,5	1,0	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2	-2,2		-2,3	-2,5	
Dinâmica endógena da dívida 2/	-24,3	2,4	-0,2			-0,8	-0,7	-0,5	-0,5	-0,4	-0,4		-0,3	-0,3	
Contribuição da taxa de juro nominal	1,4	0,5	0,1			0,0	0,0	0,3	0,3	0,3	0,3		0,3	0,2	
Contribuição do crescimento real do PIB	-3,7	-4,0	-4,2			-0,9	-0,7	-0,8	-0,8	-0,7	-0,7		-0,6	-0,5	
Contribuição das variações dos preços e taxa de câmbio	-22,0	6,0	-3,9			
Residual (3-4) 3/	14,2	-17,0	-107,0			-4,8	-3,8	-3,9	-4,2	-2,1	-1,8		-1,7	-1,3	
<i>do qual:</i> financiamento excepcional	-4,3	-1,1	-109,7			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
VA da dívida externa 4/	13,6			13,4	13,7	13,6	12,7	12,1	11,4		9,7	7,7	
Em percentagem das exportações	86,1			50,4	72,1	72,8	70,1	68,8	66,6		57,3	46,8	
VA da dívida externa PGP	13,6			13,4	13,7	13,6	12,7	12,1	11,4		9,7	7,7	
Em percentagem das exportações	86,1			50,4	72,1	72,8	70,1	68,8	66,6		57,3	46,8	
Em percentagem das receitas do governo	126,0			126,6	108,7	105,9	98,3	92,8	87,7		72,8	56,0	
Rácio serviço da dívida PGP/exportações (percentagem)	32,4	15,9	8,5			0,3	0,7	2,9	6,3	6,2	6,0		4,7	3,6	
Rácio serviço da dívida/recitas (percentagem)	56,2	27,3	12,4			0,8	1,1	4,2	8,8	8,4	7,9		6,0	4,3	
Necessidade total de financiamento (milhões de USD)	65,8	52,5	48,0			40,4	52,4	53,2	56,3	37,0	34,5		46,9	71,9	
Défice da conta corrente líquido de juros que estabiliza o rácio da dívida	10,8	16,7	109,4			7,8	6,7	6,6	6,8	4,7	4,4		4,3	4,0	
Principais pressupostos macroeconómicos															
Crescimento do PIB real (percentagem)	3,2	3,0	3,5	2,3	1,7	5,3	4,5	4,7	4,7	4,7	4,7	4,8	4,5	4,5	
Variação do deflador do PIB em USD (percentagem)	18,6	-4,3	-3,1	6,5	8,0	12,3	1,7	1,1	1,2	2,0	2,0	3,4	2,0	2,0	
Taxa de juro efectiva (percentagem) 5/	1,2	0,3	0,1	1,0	0,6	0,3	0,3	2,0	1,9	1,9	1,9	1,4	2,1	1,8	
Crescimento das exportações de M&S (USD, percentagem)	12,6	-3,8	1,9	5,6	18,0	98,9	-23,6	3,7	2,9	3,1	4,7	14,9	6,3	6,3	
Crescimento das importações de M&S (USD, percentagem)	18,2	5,8	-7,6	10,5	12,0	58,8	-13,2	2,4	1,8	2,1	3,3	9,2	6,3	6,3	
Elemento concessional do novo endividamento público (percentagem)	52,3	42,6	37,9	36,2	35,5	34,8	39,9	35,0	35,0	
Receitas do governo (excluindo donativos, percentagem do PIB)	9,2	9,0	10,8	10,6	12,7	12,8	12,9	13,0	13,0	...	13,3	13,8	
Fluxos de ajuda (milhões de USD) 7/	122,9	134,0	91,0	102,3	91,9	97,1	102,5	112,4	117,7	...	152,3	239,0	
<i>do qual:</i> donativos	122,8	131,9	80,9	82,0	85,7	90,5	95,5	101,6	106,8	...	138,0	211,7	
<i>do qual:</i> empréstimos concessionais	0,1	2,1	10,0	20,3	6,2	6,6	7,0	10,8	10,9	...	14,3	27,3	
Financiamento equivalente em donativos (percentagem do PIB) 8/	9,8	8,7	8,5	8,4	8,5	8,3	...	7,8	6,8	
Financiamento equivalente em donativos (percentagem do financiamento externo) 8/	87,9	92,0	93,0	94,2	91,8	91,9	...	91,8	90,2	
Por memória															
PIB nominal (milhões de USD)	846,9	834,7	836,9			989,4	1050,9	1113,3	1179,9	1259,7	1345,7		1851,6	3288,4	
Crescimento do PIB nominal em USD	22,4	-1,4	0,3			18,2	6,2	5,9	6,0	6,8	6,8	8,3	6,6	6,6	
VA da dívida externa PGP (milhões de USD)	113,7			132,2	144,5	151,4	150,0	151,9	153,9		179,2	253,3	
(VAI-VAI-1)/PIB-1 (percentagem)			2,2	1,2	0,7	-0,1	0,2	0,2	0,7	0,3	0,5	
Remessas (milhões de USD)	33,2	23,0	24,5			28,3	29,3	30,0	30,9	31,8	32,8		45,1	80,1	
VA da dívida externa PGP (percentagem do PIB + remessas)	13,2			13,0	13,4	13,2	12,4	11,8	11,2		9,5	7,5	
VA da dívida externa PGP (percentagem das exportações + remessas)	72,6			45,5	62,9	63,6	61,3	60,2	58,4		50,1	40,8	
Serviço da dívida externa PGP (percentagem das exportações + remessas)	26,0	13,5	7,1			0,3	0,6	2,5	5,5	5,4	5,3		4,1	3,1	

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui a dívida externa dos sectores público e privado.

2/ Deriva-se como $[1 - g - r(1+g)] / (1+g+r)$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, onde r = taxa nominal de juros; g = taxa de crescimento do PIB real; e r = taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Reflete o financiamento excepcional (i.e., variações nos atrasados e alívio da dívida); variações nos activos externos brutos; donativos de investimento e variações de valor. Para as projecções, também inclui a contribuição das variações dos preços e taxa de câmbio.

4/ Presume que o VA da dívida do sector privado seja igual ao seu valor nominal.

5/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e desvios padrões geralmente são derivados com base nos dez anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.

7/ Definido como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente em donativos inclui o concedidas directamente ao governo e através de novos empréstimos (diferença entre o valor nominal e o VA da nova dívida).

Tabela 2: Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2011-2030 (Em percentagem)

	Projeções							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2021	2030
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	13	14	14	13	12	11	10	8
A. Cenários Alternativos								
A1. Principais variáveis às suas médias históricas em 2011-2031 1/	13	9	6	2	0	-2	-9	-13
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2011-2031 2/	13	14	14	13	13	13	13	14
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	13	14	15	14	13	12	10	8
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos dois desvios padrão em 2012-2013	13	15	19	18	17	17	14	10
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	13	14	14	13	13	12	10	8
B4. Fluxos líquidos não criadores da dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 4/	13	14	13	12	12	11	9	8
B5. Combinação do B1-B4 usando um choque de meio desvio padrão	13	9	6	5	5	4	4	5
B6. Depreciação nominal de 30% em relação ao cenário de base em 2012 5/	13	20	19	18	17	16	14	11
Rácio VA da dívida/exportações								
Base	50	72	73	70	69	67	57	47
A. Cenários Alternativos								
A1. Principais variáveis às suas médias históricas em 2011-2031 1/	50	50	31	10	-1	-10	-51	-80
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2011-2031 2/	50	73	75	74	75	76	77	86
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	50	72	73	70	69	67	57	47
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos dois desvios padrão em 2012-2013	50	81	157	153	151	147	126	92
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	50	72	73	70	69	67	57	47
B4. Fluxos líquidos não criadores da dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 4/	50	71	71	68	67	64	55	46
B5. Combinação do B1-B4 usando um choque de meio desvio padrão	50	37	25	23	21	20	18	24
B6. Depreciação nominal de 30% em relação ao cenário de base em 2012 5/	50	72	73	70	69	67	57	47
Rácio VA da dívida/receitas do sector público								
Base	127	109	106	98	93	88	73	56
A. Cenários Alternativos								
A1. Principais variáveis às suas médias históricas em 2011-2031 1/	127	75	44	14	-1	-13	-65	-96
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2011-2031 2/	127	111	110	104	102	100	98	103
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	127	113	114	106	100	95	79	60
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos dois desvios padrão em 2012-2013	127	115	150	141	134	127	106	72
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	127	112	112	104	98	93	77	59
B4. Fluxos líquidos não criadores da dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 4/	127	107	103	95	90	85	70	55
B5. Combinação do B1-B4 usando um choque de meio desvio padrão	127	72	44	39	35	32	27	34
B6. Depreciação nominal de 30% em relação ao cenário de base em 2012 5/	127	154	150	139	132	124	103	79

Tabela 2: Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2011-2030 (conclusão)
(Em percentagem)

Rácio serviço da dívida/exportações								
Base	0	1	3	6	6	6	5	4
A. Cenários Alternativos								
A1. Principais variáveis às suas médias históricas em 2011-2031 1/	0	1	2	5	4	4	1	-3
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2011-2031 2/	0	1	3	6	6	6	4	5
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	0	1	3	6	6	6	5	4
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos dois desvios padrão em 2012-2013	0	1	5	11	11	10	8	7
B3. Deflador do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	0	1	3	6	6	6	5	4
B4. Fluxos líquidos não criadores da dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 4/	0	1	3	6	6	6	5	4
B5. Combinação do B1-B4 usando um choque de meio desvio padrão	0	1	2	4	4	4	2	2
B6. Depreciação nominal de 30% em relação ao cenário de base em 2012 5/	0	1	3	6	6	6	5	4
Rácio serviço da dívida/receitas do sector público								
Base	1	1	4	9	8	8	6	4
A. Cenários Alternativos								
A1. Principais variáveis às suas médias históricas em 2011-2031 1/	1	1	3	7	6	5	1	-3
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2011-2031 2/	1	1	4	9	9	8	5	6
B. Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	1	1	5	10	9	9	6	5
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos dois desvios padrão em 2012-2013	1	1	4	10	10	9	7	6
B3. Deflador do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	1	1	4	9	9	8	6	5
B4. Fluxos líquidos não criadores da dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 4/	1	1	4	9	8	8	6	4
B5. Combinação do B1-B4 usando um choque de meio desvio padrão	1	1	3	7	7	7	4	3
B6. Depreciação nominal de 30% em relação ao cenário de base em 2012 5/	1	2	6	13	12	11	9	6
<i>Por memória</i>								
Elemento concessional presumido para o financiamento residual (i.e., financiamento requerido acima do cenário de base) 6/	24	24	24	24	24	24	24	24

Fonte: Estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ As variáveis incluem crescimento do PIB, crescimento do deflador do PIB (em USD), conta corrente líquida de juros em percentagem do PIB e fluxos não criadores de dívida.

2/ Presume-se que a taxa de juro do novo financiamento seja 2% mais alta que no cenário de base, enquanto o período de graça e a data de vencimento são iguais aos do cenário de base.

3/ As exportações mantêm-se permanentemente no nível mais baixo que no cenário de base, embora presuma-se que o rácio conta corrente/PIB volte ao seu nível básico depois do choque. (Está implícito o ajuste nos níveis de importação para deslocar o choque).

4/ Inclui as transferências oficiais e o IDE.

5/ A depreciação é definida como a queda percentual na razão dólar/moeda nacional, desde que não exceda 100%.

6/ É válido em todos os cenários excepto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições do novo financiamento são as definidas na nota de rodapé 2.

Tabela 3: Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Pública, Cenário de Base, 2011-2030
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média Histórica 5/	Desvio padrão 5/	Estimat.					Projeções				
	2008	2009	2010			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011-16 Média	2021	2030	2017-30 Média
Dívida do sector público 1/	167,5	157,9	49,0			43,7	42,1	39,8	36,7	34,2	31,9			24,0	16,7
<i>da qual:</i> expressa em moeda estrangeira	132,7	121,9	19,1			17,5	17,8	17,7	16,6	16,0	15,3			13,5	11,9
Variação da dívida pública	-11,0	-9,6	-108,8			-5,4	-1,5	-2,3	-3,0	-2,5	-2,4			-1,3	-0,4
Fluxos identificados criadores de dívida	-12,2	-19,1	-103,4			-3,2	-1,2	-1,0	-1,0	-1,0	-0,8			0,2	1,9
Défice primário	0,8	-2,9	1,8	2,8	3,0	2,6	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,3		1,5	2,7
Recetas e donativos	23,7	24,8	20,4			18,8	20,8	21,0	21,0	21,1	21,0			20,7	20,2
<i>do qual:</i> donativos	14,5	15,8	9,7			8,3	8,2	8,1	8,1	8,1	7,9			7,5	6,4
Despesas primárias (líquidas de juros)	24,5	21,9	22,3			21,5	21,9	22,0	22,0	22,0	22,0			22,3	22,9
Dinâmica automática da dívida	-11,6	-14,7	4,5			-5,9	-2,3	-2,1	-2,0	-1,9	-1,8			-1,3	-0,8
Contribuição do diferencial da taxa de juros e do crescimento	-20,4	-6,2	-7,6			-4,7	-2,4	-2,2	-2,1	-1,9	-1,8			-1,3	-0,8
<i>da qual:</i> contribuição da taxa de juros real média	-14,8	-1,3	-2,3			-2,2	-0,6	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3			-0,2	0,0
<i>da qual:</i> contribuição do crescimento do PIB real	-5,6	-4,9	-5,3			-2,5	-1,9	-1,9	-1,8	-1,6	-1,5			-1,1	-0,7
Contribuição da depreciação da taxa de câmbio real	8,7	-8,6	12,1			-1,2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0		
Outros fluxos criadores de dívida identificados	-1,4	-1,5	-109,7			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Recetas das privatizações (negativo)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0
Reconhecimento de passivos contingentes ou implícitos	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0
Alívio da dívida (HIPC e outros)	-1,4	-1,5	-109,7			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0
Outros (descrever, ex. recapitalização da banca)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0
Residual, inclui variação de activos	1,1	9,5	-5,4			-2,1	-0,4	-1,3	-2,1	-1,6	-1,6			-1,6	-2,4
Outros indicadores da sustentabilidade															
VA da dívida do sector público	34,8	36,0	43,6			39,5	38,1	35,8	32,8	30,3	28,0			20,2	12,5
<i>da qual:</i> expressa em moeda estrangeira	0,0	0,0	13,6			13,3	13,8	13,7	12,8	12,1	11,5			9,7	7,7
<i>da qual:</i> externa	13,6			13,3	13,8	13,7	12,8	12,1	11,5			9,7	7,7
VA dos pass. contingentes (aqueles não incl. na dívida do s. público)
Necessidade bruta de financiamento 2/	19,4	13,7	16,2			10,4	7,8	7,7	7,6	6,9	6,4			4,5	3,5
VA do rácio dívida/recetas e donativos (em percentagem)	147,1	145,0	213,0			209,5	183,1	170,6	156,2	144,1	133,5			97,5	61,9
VA do rácio dívida/recetas (em percentagem)	379,8	399,6	404,1			374,0	301,2	278,5	253,9	233,6	214,8			152,2	90,9
<i>da qual:</i> externa 3/	126,5			126,0	109,1	106,3	98,6	93,2	88,0			73,1	56,2
Rácio serviço da dívida/recetas e donativos (em %) 4/	22,5	10,6	7,9			1,7	1,7	5,2	7,9	7,5	7,0			4,8	3,5
Rácio serviço da dívida/recetas (em percentagem) 4/	58,0	29,2	15,0			3,1	2,9	8,5	12,9	12,1	11,3			7,4	5,1
Défice primário que estabiliza o rácio dívida/PIB	11,8	6,7	110,7			8,0	2,7	3,4	4,0	3,5	3,4			2,8	3,1
Principais pressupostos macroeconómicos e fiscais															
Crescimento do PIB real (em percentagem)	3,2	3,0	3,5	2,2	1,7	5,3	4,5	4,7	4,7	4,7	4,7	4,8	4,5	4,5	4,5
Média da taxa de juros da dívida externa pública (em %)	1,2	0,3	0,1	1,0	0,6	0,3	0,3	2,0	1,9	1,9	1,9	1,4	2,1	1,8	2,0
Média da taxa real de juros da dívida expressa em moeda nacional (em %)	-9,3	-0,9	-1,2	-1,3	4,7	-4,9	-1,3	-1,3	-1,4	-1,4	-1,5	-2,0	-1,7	-1,8	-0,8
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	7,0	-6,7	10,4	-2,6	10,8	-7,1
Taxa de inflação (deflador do PIB, em percentagem)	10,5	1,1	1,7	2,2	4,7	5,7	1,8	1,9	2,0	2,0	2,0	2,6	2,0	2,0	2,0
Apreciação nominal (aumento no valor em USD da MN, em %)	0,2	-0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Elemento concessional do novo endividamento (em %)	52,3	42,6	37,9	36,2	35,5	34,8	39,9	35,0	35,0	...

Fontes: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Indica a cobertura do sector público, por ex., governo geral ou sector público não financeiro. Além disso, usa-se a dívida bruta ou líquida.

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défice primário mais o stock da dívida de curto prazo ao final do período anterior.

3/ Recetas excluindo donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros mais a amortização da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e desvios-padrão geralmente são derivados com base nos dez anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.

Tabela 4: Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2011-2030

	Projeções							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2021	2030
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	39	38	36	33	30	28	20	13
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário do sector público à média histórica	39	40	40	39	39	38	36	29
A2. Saldo primário fixo desde 2011	39	39	38	36	35	33	29	22
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	39	38	36	33	31	29	23	19
Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	39	40	40	37	35	33	28	24
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	39	42	43	40	37	34	25	16
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	39	42	43	40	38	36	29	23
B4. Depreciação de 30% em 2012	39	44	41	38	35	32	23	14
B5. Outros fluxos criadores de dívida aumentam 10% em termos do PIB em 2012	39	46	43	39	37	34	25	16
Rácio VA da dívida/receitas do sector público 2/								
Base	209	183	171	156	144	134	97	62
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário do sector público à média histórica	209	192	189	183	178	174	161	124
A2. Saldo primário fixo desde 2011	209	189	182	172	165	159	139	125
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	209	184	172	158	147	137	108	91
Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	209	189	184	172	163	155	131	114
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	209	201	205	189	174	162	121	78
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	209	198	201	187	176	166	137	112
B4. Depreciação de 30% em 2012	209	210	195	179	165	153	111	68
B5. Outros fluxos criadores de dívida aumentam 10% em termos do PIB em 2012	209	220	206	188	174	162	121	78
Rácio serviço da dívida/receitas do sector público 2/								
Base	2	2	5	8	7	7	5	3
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário do sector público à média histórica	2	2	6	11	11	12	10	9
A2. Saldo primário fixo desde 2011	2	2	5	10	10	11	9	8
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	2	2	5	8	8	7	6	6
Testes de stress								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	2	2	6	9	9	9	8	9
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	2	2	6	16	15	10	6	5
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	2	2	6	14	13	11	8	9
B4. Depreciação de 30% em 2012	2	2	6	10	10	10	7	6
B5. Outros fluxos criadores de dívida aumentam 10% em termos do PIB em 2012	2	2	7	22	9	12	7	5

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ Presume-se que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio padrão dividido pela raiz quadrada dos anos da projecção.

2/ As receitas incluem os donativos.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

GUINÉ-BISSAU

**Terceira Avaliação do Acordo Trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e
Avaliação das Garantias Financeiras – Anexo Informativo**

Elaborado pelo Departamento de África
(Em consulta com outros departamentos)

15 de Novembro de 2011

	Sumário	Página
1.	Relações com o Fundo	2
2.	Relações com o Grupo do Banco Mundial	9
3.	Relações com o Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento.....	12
4.	Questões Estatísticas.....	13

Guiné-Bissau: Posição Financeira no Fundo

(em 31 de Outubro de 2011)

I. Admissão e Regime de Consultas: Admitido em 24 de Março de 1977; Artigo VIII

II. Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da Quota
<u>Quota</u>	14,20	100,00
<u>Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)</u>	13,99	98,54
<u>Posição na tranche de reservas</u>	0,21	1,48

III. Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da Afectação
<u>Afectação acumulada líquida</u>	13,60	100,00
<u>Haveres</u>	12,39	91,06

IV. Saldo de Compras e Empréstimos:	Milhões de DSE	% da Quota
Acordos ECF	4,83	34,00

V. Acordos Financeiros mais Recentes:

<u>Tipo</u>	<u>Data do acordo</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Montante aprovado</u> <u>Milhões de DSE</u>	<u>Montante sacado</u> <u>Milhões de DSE</u>
ECF	7 de Maio de 2010	6 de Maio de 2013	22,37	12,71
ECF ^{1/}	15 de Dez. de 2000	14 de Dez. de 2003	14,20	5,08
ECF ^{1/}	18 de Jan. de 1995	24 de Julho de 1998	10,50	10,50

^{1/} Antigo PRGF.

VI. Projecção dos Pagamentos ao FMI ^{2/}

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	<u>Próximos</u>				
	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Capital					
Comissões/juros	<u>0,00</u>	<u>0,02</u>	<u>0,02</u>	<u>0,02</u>	<u>0,02</u>
Total	<u>0,00</u>	<u>0,02</u>	<u>0,02</u>	<u>0,02</u>	<u>0,02</u>

^{2/} Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

VII. Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
I. Compromissos da assistência HIPC	Dez 2000
Data do ponto de decisão	Dez 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ^{1/}	421,70
Da qual: assistência do FMI (milhões de USD)	11,91
(equivalente em milhões de DSE)	9,20
Data do ponto de conclusão	Dez 2010

II. Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)

Assistência prestada ao país membro	9,20
Assistência intercalar	1,56
Saldo no ponto de conclusão	7,64
Desembolso adicional do rendimento de juros ^{2/}	0,23
Total dos desembolsos	9,43

^{1/} A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor actualizado líquido (VAL) no ponto de conclusão, e a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos do VAL no ponto de decisão. Por conseguinte, não é possível somar os dois montantes.

^{2/} No âmbito do quadro reforçado, é efectuado um desembolso adicional no ponto de conclusão correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante comprometido no ponto de decisão mas não desembolsado no período intercalar.

VIII. Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

I. Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ^{1/}	0,51
Financiada por: Fundo da MDRI	0,00
Recursos HIPC remanescentes	0,51
II. Alívio da Dívida por Tipo de Facilidade (milhões de DSE)	

<u>Prazo</u>	<u>Dívida admissível</u>		<u>Total</u>
	<u>GRA</u>	<u>PRGT</u>	
Dezembro de 2010	N/A	0,51	0,51

^{1/} A MDRI proporciona o perdão de 100 por cento da dívida admissível dos países habilitados a receber esta assistência. A assistência na forma de donativos do Fundo da MDRI e dos recursos da Iniciativa HIPC proporciona um alívio que cobre a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que ainda esteja pendente de pagamento na data em que o país membro for considerado habilitado para receber esta assistência.

IX. Implementação do Alívio da Dívida após Catástrofes (PCDR): não se aplica

X. Avaliação das Salvaguardas:

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) é o banco central comum aos países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). A mais recente avaliação das salvaguardas do BCEAO foi concluída em 1 de Março de 2010. A avaliação de 2010 constatou que o BCEAO continua a manter controlos ao nível operacional. Todavia, o quadro geral de governação precisa de ser fortalecido pela criação de um Conselho Fiscal, para garantir que o Conselho de Administração exerça a vigilância necessária sobre a estrutura de controlo, inclusive no que respeita aos mecanismos de auditoria e às demonstrações financeiras. A Reforma Institucional da UEMOA e do BCEAO, concluída após a aprovação do relatório de avaliação das salvaguardas, determinou a criação de um Conselho Fiscal, que deve estar em vias de iniciar as suas actividades. Também devem ser

envidados esforços visando a adopção plena das Normas Internacionais de Informação Financeira.

XI. Regime e Disposições Cambiais

A Guiné-Bissau aceitou as obrigações das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII, com data efectiva de 1 de Janeiro de 1997. O país aderiu à UEMOA em 1997, e não tem uma moeda de curso legal distinta. O regime cambial comum a todos os membros da união é livre de práticas monetárias múltiplas e restrições cambiais sobre os pagamentos e transferências para transacções internacionais correntes. Desde 1 de Janeiro de 1999, o franco CFA foi indexado ao euro a uma taxa fixa de € 1 = FCFA 655,95. Em 30 de Abril de 2007, a taxa do franco CFA em termos de DSE era de FCFA 733,8 = DSE 1. Em 1 de Janeiro de 2007, o regime cambial dos países da UEMOA deixou de ser classificado como regime cambial sem outra moeda de curso legal e passou à categoria de mecanismo convencional de vinculação.

A nova classificação baseia-se no comportamento da moeda comum, ao passo que a anterior baseava-se na ausência de outra moeda de curso legal. Dessa forma, a nova classificação reflecte apenas uma mudança de definição e não se baseia numa opinião de que houve uma mudança assinalável no regime cambial ou em outras políticas da união monetária ou dos seus países membros.

XII. Consultas nos termos do Artigo IV

A Guiné-Bissau segue o ciclo de consultas de 24 meses. As últimas discussões de consulta nos termos do Artigo IV com a Guiné-Bissau foram realizadas em Bissau, no período de 12 a 26 de Janeiro de 2010. O relatório do corpo técnico (EBS/10/56) foi discutido pelo Conselho de Administração em 7 de Maio de 2010.

XIII. Assistência Técnica

Departamento	Tipo de assistência	Datas	Objectivo
MAE	Perito	Março 1994	Aconselhamento em matéria de supervisão bancária
MAE	Perito	Junho 1994	Aconselhamento em matéria de política monetária
MAE	Perito	Junho 1995	Aconselhamento em matéria de contabilidade bancária
STA	Corpo técnico	Março 1996	Avaliação da qualidade das estatísticas monetárias, da balança de pagamentos e das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Setembro 1996	Aconselhamento em matéria de administração e políticas fiscais
FAD	Corpo técnico	Março 1997	Aconselhamento em matéria de reforma das tarifas de importação e concepção do imposto geral sobre vendas (IGV)
MAE	Perito	Junho 1997	Assistência na transformação do banco central numa filial do BCEAO
FAD	Perito	Setembro 1997	Assistência na concepção e implementação do IGV e reforço do controlo orçamental
FAD	Perito	Outubro 1998	Assistência na implementação do IGV

Departamento	Tipo de assistência	Datas	Objectivo
FAD	Perito	Junho 1998	Assistência na implementação do IGV
FAD	Perito	Janeiro 1999	Aconselhamento em matéria de administração fiscal
FAD	Perito	Abril 1999	Aconselhamento em matéria de administração fiscal
FAD	Corpo técnico	Julho 1999	Avaliação da gestão orçamental e do sistema fiscal
FAD	Perito	Janeiro 2000	Aconselhamento em matéria de administração fiscal
FAD	Perito	Janeiro 2001	Aconselhamento em matéria de administração fiscal
FAD	Perito	Fevereiro 2001	Assessoria peripatética à gestão das despesas públicas
FAD	Perito	Julho 2001	Assessoria peripatética à gestão das despesas públicas
FAD	Corpo técnico	Abril 2003	Gestão das despesas
FAD	Corpo técnico	Abril 2003	Administração da receita
STA	Perito	Março 2003	GDDS – estatísticas do sector real
STA	Perito	Mai 2003	GDDS – estatísticas fiscais
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Novembro 2003	Gestão da despesa pública
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Fevereiro 2004	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Março 2004	Administração alfandegária
AFRITAC Ocidental	Perito	Mai 2004	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Mai 2004	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Junho 2004	Preparação e execução do orçamento
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Agosto 2004	Avaliação das necessidades prioritárias em matéria de assistência técnica e assistência às autoridades na preparação de um plano de trabalho para a melhoria da balança de pagamentos
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de curto prazo	Agosto 2004	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro 2004	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro 2004	Administração alfandegária
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Novembro 2004	Gestão da despesa pública
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de curto prazo	Novembro 2004	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de curto prazo	Janeiro 2005	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de curto prazo	Fevereiro 2005	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de curto prazo	Março 2005	Gestão da despesa pública
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de curto prazo	Abril 2005	Administração alfandegária
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de	Mai 2005	Administração fiscal

Departamento	Tipo de assistência	Datas	Objectivo
	curto prazo		
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Junho 2005	Supervisão das microfinanças
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Junho 2005	Supervisão das microfinanças
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Outubro 2005	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de curto prazo	Novembro 2005	Administração alfandegária
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de curto prazo	Novembro 2005	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de curto prazo	Novembro 2005	Contabilidade/gestão das despesas públicas
AFRITAC Ocidental	Consultor residente; perito em missão de curto prazo	Janeiro 2006	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março 2006	Contabilidade/gestão das despesas públicas
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Março 2006	Estatísticas do sector real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho 2006	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Julho 2006	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho 2006	Administração alfandegária
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Dezembro 2006	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Janeiro 2007	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Janeiro 2007	Administração alfandegária
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Fevereiro 2007	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Consultor residente	Março 2007	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho 2008	Administração alfandegária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho 2008	Gestão da despesa pública
STA	Perito	Junho 2008	Estatísticas da balança de pagamentos
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Julho 2008	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Agosto 2008	Estatísticas multisectoriais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro 2008	Estatísticas do sector real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mai 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de longo prazo	Junho 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho 2009	Gestão da despesa pública

Departamento	Tipo de assistência	Datas	Objectivo
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho 2009	Supervisão bancária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho 2009	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro 2009	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro 2009	Administração alfandegária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Novembro 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Novembro 2009	Estatísticas do sector real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março 2010	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Setembro 2010	Receitas fiscais e administração alfandegária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro 2010	Gestão das despesas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro 2010	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fevereiro 2011	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Março 2011	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril 2011	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abril 2011	Gestão da despesa pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Junho 2011	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Setembro 2011	Estratégia de reforma tributária, modernização da DGCI e mobilização de receitas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Setembro 2011	Administração alfandegária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro 2011	Administração fiscal
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Outubro 2011	Modernização da DGCI

XIV. Representante Residente

O Representante Residente do Senegal também cobriu a Guiné-Bissau entre Setembro de 1997 e Julho de 2007. O escritório do Representante Residente na Guiné-Bissau foi reaberto em Junho de 2011 e o Sr. Torrez assumiu o cargo.

Tabela 1: Guiné-Bissau – Acordos com o FMI, 1984–2010

Acordo	Data de aprovação	Montante aprovado	Observações
Compra na primeira tranche de crédito	27 de Agosto de 1984	DSE 1,875 milhões	
Programa de Financiamento para Ajustamento Estrutural (SAF)	14 de Outubro de 1987	DSE 5,25 milhões	Segundo acordo anual foi adiado; não houve terceiro acordo anual.
Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural (ESAF)	18 de Janeiro de 1995	DSE 10,5 milhões	No terceiro acordo anual, o montante do acordo foi acrescido em DSE 1,05 milhão (10 por cento da quota).
Assistência de Emergência Pós-Conflito	14 de Setembro de 1999	DSE 2,13 milhões	
Assistência de Emergência Pós-Conflito	7 de Janeiro de 2000	DSE 1,42 milhões	
Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento	15 de Dezembro de 2000	DSE 14,2 milhões	O PRGF expirou sem que fosse concluída uma avaliação.
Assistência de Emergência Pós-Conflito	10 de Janeiro de 2008	DSE 1,77 milhões	
Assistência de Emergência Pós-Conflito	20 de Maio de 2009	DSE 1,77 milhões	
Facilidade de Crédito Ampliado	7 de Maio de 2010	DSE 22,365 milhões	

Guiné-Bissau: Relações com o Grupo do Banco Mundial

Em 10 de Outubro de 2011

1. Em 30 de Setembro de 2011, a AID havia aprovado um total de 35 créditos e donativos para Guiné-Bissau, para um montante total de compromissos equivalente a USD 374 milhões. Os sectores mais beneficiados até à altura foram, nomeadamente: Transportes/Infra-estruturas/Energia (nove operações, total de compromissos: USD 123,7 milhões); Ajustamento Estrutural/Operações de Política de Desenvolvimento (apoio ao orçamento, quatro operações aprovadas no período 1987-2000, e três desde 2008, uma delas exclusivamente para pagamento dos salários dos professores primários; total de compromissos: USD 93,8 milhões) e Sectores Sociais, incluindo Saúde e Educação (oito operações e total de compromissos de USD 55,5 milhões). Duas operações foram implementadas para apoiar o desenvolvimento do sector privado (total de compromissos: USD 41 milhões) e três para prestar assistência técnica em matéria de gestão económica (total de compromissos: USD 22,9 milhões). Dois créditos financiados pela AID apoiaram o sector das indústrias extractivas, ou seja, a exploração de petróleo, na década de 1980, com um total de compromissos no montante de USD 19,9 milhões. Ademais, quatro projectos financiados pela AID têm vindo a apoiar a agricultura/gestão dos recursos naturais (inclusive um novo projecto regional para as pescas) até ao momento, com um total de compromissos no montante de USD 14,6 milhões, respectivamente, nesta área de intervenção.

Operações de apoio ao orçamento

2. Desde 2008 (após um período de interrupção do apoio por causa da instabilidade política), o Banco lançou novas operações de apoio orçamental à Guiné-Bissau, primeiramente com uma operação de reabilitação económica de emergência aprovada em 2008 e cujos recursos se destinam exclusivamente ao pagamento dos salários dos professores primários; em seguida vieram uma série de três donativos programáticos à política de desenvolvimento: o primeiro aprovado em Junho de 2009 e desembolsado no início de Setembro (USD 8 milhões), o segundo aprovado em Junho de 2010 e desembolsado em Dezembro de 2010 (USD 6 milhões) e o terceiro aprovado em Junho de 2011 (USD 6,4 milhões).

Programa de empréstimos

3. Em Junho de 2009, o Banco aprovou uma nota de estratégia intercalar para a Guiné-Bissau para o período 2009-2011, assente em dois pilares: i) fortalecimento da gestão económica e lançamento das bases para melhorias nos sectores produtivos; e ii) acesso alargado aos serviços básicos. Um tópico transversal é o desenvolvimento das capacidades para a eficiência na governação e na implementação de projectos. Está prevista para o segundo semestre de 2011 a finalização de uma nova Estratégia de Assistência ao País (CAS).

4. A carteira actual da AID está composta de sete operações activas, com um total de compromissos de USD 49,2 milhões, abrangendo um projecto multisectorial de reabilitação das infra-estruturas (USD 15 milhões) suplementado por um novo projecto de emergência para reabilitação da electricidade e água (USD 12,7 milhões) e por uma operação de financiamento adicional (USD 2,2 milhões), uma operação de política de desenvolvimento (USD 6,4 milhões), um projecto de desenvolvimento de inspiração comunitária (USD 5 milhões), um novo projecto de conservação da biodiversidade (USD 1,9 milhão) e a componente da Guiné-Bissau de um programa regional para as pescas na África Ocidental (USD 6 milhões). Em 10 de Outubro de 2011, o saldo não desembolsado da AID montava a USD 48,6 milhões.

5. A actual carteira do fundo fiduciário implementada pelo Banco Mundial perfaz um total de cerca de USD 21 milhões. Inclui uma operação de emergência para apoio à segurança alimentar financiada por meio do fundo fiduciário de resposta à crise dos preços dos produtos alimentares, com contribuições da UE. Uma componente deste projecto (programas de refeições escolares e de trabalho em troca de alimentos visando as infra-estruturas rurais) é implementada pelo Programa Alimentar Mundial. Ademais, a operação da AID de desenvolvimento das comunidades é complementada por uma operação similar de desenvolvimento rural participativo no montante de USD 5 milhões, custeada pelo fundo fiduciário de formação do Estado e construção da paz (SPF) para estados frágeis. O SPF também proporciona recursos ao Ministério das Finanças para a assistência técnica em matéria de gestão económica, em complemento ao apoio orçamental da AID, para uma operação de apoio à implementação do plano nacional de desenvolvimento sanitário e para um projecto recém-aprovado destinado a fortalecer a capacidade reguladora e técnica para a gestão dos sectores das indústrias extractivas emergentes na Guiné-Bissau. Outros recursos complementares são fornecidos ao projecto de conservação da biodiversidade no âmbito da facilidade ambiental mundial (GEF). Uma importante operação no sector da educação e envolvendo doadores múltiplos está a ser preparada em estreita cooperação com outros doadores, como a Unicef, e está prevista para ser submetida à iniciativa de via rápida da educação para todos (EFA-FTI) em Outubro de 2011. Contudo, em virtude da afectação de recursos abaixo do esperado do fundo catalisador da EFA-FTI, pode haver um atraso de vários meses na aprovação desta operação.

Outros programas distintos de empréstimos

6. Em 14 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração da AID aprovou a chegada da Guiné-Bissau ao ponto de conclusão da Iniciativa HIPC. A AID concedeu perdão da dívida no âmbito da MDRI por meio do cancelamento irrevogável das obrigações do serviço da dívida guineense relativas a créditos desembolsados até 31 de Dezembro de 2003 e ainda pendentes em 31 de Dezembro de 2010, após a aplicação da assistência HIPC e do *topping up*. Em 21 de Março de 2011, o Conselho da AID aprovou a concessão de alívio da dívida adicional na forma de *topping up*. A redução do serviço da dívida da AID ao abrigo da

Iniciativa HIPC reforçada, da MDRI e da assistência *topping up* no ponto de conclusão monta a USD 263,7 milhões.

7. A equipa do Banco concluiu um memorando económico nacional em Junho de 2011, identificando os principais factores para o crescimento transformativo, em preparação para a futura Estratégia de Assistência ao País (CAS) referente ao período 2011-2014. A equipa também está a preparar um plano de acção para o desenvolvimento das capacidades, a ser anexado à CAS. Assistência técnica está a ser prestada na área de governação económica e a ser preparada em matéria de gestão da cadeia de valor das indústrias extractivas, em vista da solicitação do governo de aderir à EITI. Ademais, a AID está a preparar assistência técnica para a criação de um Centro Global de Aprendizado do Desenvolvimento, para a qual estão a ser estudadas opções de financiamento com o governo do Brasil ou outros possíveis doadores.

**Guiné-Bissau: Relações com o Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento
Em 30 de Setembro de 2011**

1. Até Setembro de 2011, o BAfD havia aprovado 38 operações para a Guiné-Bissau, excluídos os projectos multinacionais. Estas operações incluem 24 projectos, três estudos e sete operações de apoio institucional, três operações do fundo de alívio especial e uma linha de crédito, o que representa um compromisso líquido de 188,08 milhões de unidades de conta (UC). Destas operações, 31,2 por cento se referem ao sector social, 21 por cento a sectores múltiplos, 19,4 por cento à agricultura/pescas, 18,4 por cento aos transportes e 10 por cento a equipamentos de infra-estrutura. Foram desembolsados UC 161,29 milhões, o que representa 85,8 por cento do total. Até Setembro de 2011, a carteira activa inclui seis projectos em curso, perfazendo um total líquido de UC 46,75 milhões e desembolsos no montante de UC 24,01 milhões.

Créditos para ajustamento estrutural

2. O BAfD aprovou um total de UC 22,8 milhões para operações de ajustamento estrutural, que incluem dois créditos para ajustamento estrutural (SAC), um SAC suplementar e um crédito para a reabilitação e recuperação económica (ERRC). Os créditos SAC apoiaram o programa do governo nas áreas da liberalização económica e reforma do sector da administração pública e do sector público empresarial. O crédito ERRC suporta o processo de reconstrução da paz no seguimento da crise política, promove a revitalização da economia e encoraja a prossecução de reformas.

Programa de empréstimos

3. No período entre Janeiro de 2008 e Setembro de 2011, o BAfD aprovou um alívio da dívida HIPC intercalar (USD 17,48 milhões), um donativo ao abrigo da facilidade para estados frágeis (UC 2 milhões), um donativo em apoio ao sector das pescas (UC 2 milhões), um donativo ao sector da saúde (UC 6 milhões), um donativo de emergência para combate à cólera (UC 0,33 milhões), um donativo de formação das capacidades da administração pública (UC 7,86 milhões) e um donativo de emergência em apoio a reformas orçamentais (UC 5,7 milhões). Neste ano, o Banco preparou mais uma operação de apoio ao orçamento (UC 8 milhões) e um projecto de formação de capacidades (UC 2,5 milhões), com aprovação prevista para meados de Dezembro de 2011 ou início de 2012.

Outros programas distintos de empréstimos

4. O Banco levou a cabo um exame da carteira em 2008, uma revisão a meio de período do seu documento de estratégia nacional (CSP) em 2009, bem como uma acção combinada de revisão da carteira e elaboração do relatório de conclusão do seu CSP de 2005-2010, em Outubro de 2010. O Banco também participou de uma operação de Revisão da Gestão da Despesa Pública e Responsabilização Financeira (PEMFAR) em 2009, em colaboração com o Banco Mundial e a Comissão Europeia. Actualmente, o Banco está a trabalhar na revisão da carteira de 2011 e num novo CSP para 2011-2015, com aprovação prevista para meados de Dezembro de 2011 ou início de 2012.

Guiné-Bissau — Questões Estatísticas

Em 1 de Novembro de 2011

I. Avaliação da Suficiência de Dados para Supervisão

Geral: Os dados contêm sérias deficiências que representam um entrave significativo à supervisão. As deficiências são mais graves no que respeita às contas nacionais e à balança de pagamentos. A compilação dos dados foi seriamente debilitada durante a guerra civil de 1998–99. As autoridades conseguiram melhorar a compilação de dados nos últimos anos, com a assistência técnica de instituições internacionais e regionais.

Contas nacionais: Em 2009, a Guiné-Bissau fez progressos nas estatísticas das contas nacionais. No segundo trimestre de 2010, o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC) publicou as contas nacionais revistas de 2003–2008, com base no *Sistema de Contas Nacionais 1993 (SCN 93)*. Os novos dados fornecem uma cobertura mais abrangente de todos os sectores da economia e, como resultado, os valores do PIB dobraram. Ademais, estes novos dados apresentam o PIB a preços correntes e a preços constantes (2003), para além dos deflatores do PIB.

Estatísticas de preços: O IPC harmonizado está a ser compilado desde Julho de 2002, com base na mesma estrutura que é utilizada por outros países da UEMOA. No entanto, os dados dos preços referem-se apenas à capital Bissau.

Estatísticas das finanças públicas: As missões de estatísticas das finanças públicas contribuíram para: 1) dar formação aos funcionários guineenses em matéria de metodologia; 2) implementar um programa de recolha de dados orçamentais, e 3) definir os dados de base e uma planilha para a Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE). Desde 2007, a TOFE mensal é compilada regularmente e utilizada como uma ferramenta básica para a monitorização do programa com o FMI. Em Março de 2010, uma missão de estatísticas financeiras públicas (EFP) do AFRITAC Ocidental prestou assistência técnica às autoridades na compilação e difusão de EFP e na implementação de planos de acção destinados a melhorar a difusão desses dados ao público.

Estatísticas monetárias: As estatísticas monetárias e financeiras são compiladas e divulgadas pelo BCEAO, são apropriadas na generalidade e a sua cobertura institucional é ampla. A exactidão dos dados é prejudicada em certa medida pelo uso de coeficientes desfasados de ordenação para estimar os movimentos transnacionais de notas entre os países do BCEAO; esses movimentos, por seu turno, são usados para estimar a moeda em circulação e ajustar a posição dos activos externos líquidos de cada país membro.

Estatísticas da balança de pagamentos: A Guiné-Bissau transmite os dados sobre comércio ao Departamento de África (AFR) do FMI para efeitos operacionais, utilizando informações das alfândegas. Os dados sobre a balança de pagamentos continuam fracos, o que se deve fundamentalmente aos dados não registados do comércio e às inconsistências entre os dados sobre os activos externos líquidos divulgados pelo BCEAO e outros indicadores económicos. Em Abril de 2008, uma missão de assistência técnica do STA avaliou a metodologia e os procedimentos de produção de estatísticas da balança de pagamentos e ministrou formação aos técnicos do BCEAO. A missão verificou a existência de um grande número de pequenos operadores, um sector informal de grandes proporções e debilidades institucionais (pouco mais de 20 por cento das empresas apresentam declarações de impostos) que entravam a recolha de dados. Embora o Ministério das Finanças não publique dados sobre a dívida externa, os dados sobre os fluxos e stocks são produzidos e transmitidos regularmente ao BCEAO.

II. Normas e Qualidade dos Dados

A Guiné-Bissau participa do GDDS desde Novembro de 2001. O país precisa actualizar os metadados de todas as categorias de dados e os planos de melhorias.

Não há dados disponíveis do ROSC.

III. Prestação de Informações ao STA

Presentemente, não são reportados dados mensais, trimestrais ou anuais sobre as finanças públicas para inclusão na publicação *International Financial Statistics* (IFS) ou no anuário *Government Finance Statistics Yearbook*. Dados mensais sobre as estatísticas monetárias da Guiné-Bissau são divulgados regularmente para publicação em IFS com algum atraso. O país também reporta as estatísticas da balança de pagamentos e da posição do investimento internacional ao STA numa base anual, com um desfasamento considerável.

Guiné-Bissau: Indicadores Mais Comuns Exigidos para Efeitos de Supervisão
(Em 30 de Setembro de 2011)

	Data da última observação	Data do recebimento	Frequência dos dados ⁷	Frequência do reporte ⁷	Frequência da publicação ⁷
Taxas de câmbio	Corrente	Corrente	D	D	D
Activos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias ¹	Jul. 2011	Out. 2011	M	M	M
Base monetária	Jul. 2011	Out. 2011	M	M	M
Moeda em sentido lato	Jul. 2011	Out. 2011	M	M	M
Balanço do banco central	Jul. 2011	Out. 2011	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Jul. 2011	Out. 2011	M	M	M
Taxas de juros ²	Set. 2011	Out. 2011	M	M	M
Índice de preços no consumidor	Ago. 2011	Set. 2011	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴					
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Dez. 2010	Mar. 2011	M	T	T
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Dez. 2010	Set. 2011	A	I	I
Saldo da conta corrente externa	2010	Set. 2011	A	I	I
Exportações e importações de bens e serviços	2010	Set. 2011	A	I	I
PIB/PNB	2010	Em breve	A	I	I
Dívida externa bruta	2010	Set. 2011	A	I	I
Posição de investimento internacional ⁶	2009	Mar. 2011	A	I	I

¹ Activos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas, bem como os valores nocionais dos derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas.

² Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral engloba o governo central (fundos orçamentais, extra-orçamentais e da segurança social) e os governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Incluindo as posições em activos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.

⁷ Diária (D); Semanal (S); Mensal (M); Trimestral (T); Anual (A); Irregular (I); Não Disponível (ND).



Comunicado de Imprensa N° 11/438 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
5 de Dezembro de 2011

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a terceira avaliação do acordo com a Guiné-Bissau ao abrigo da ECF e das respectivas garantias financeiras e aprova a liberação de USD 3,77 milhões

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, no dia 2 de Dezembro, a terceira avaliação do desempenho económico da Guiné-Bissau no âmbito do programa apoiado pela Facilidade de Crédito Ampliado (ECF, na sigla em inglês) e das respectivas garantias financeiras. A decisão do Conselho permite o desembolso imediato de um montante equivalente a DSE 2,414 milhões (cerca de USD 3,77 milhões), perfazendo um desembolso total equivalente a DSE 15,123 milhões (cerca de USD 23,6 milhões) ao abrigo do acordo.

O acordo trienal com a Guiné-Bissau no âmbito da ECF, no montante de DSE 22,365 milhões, foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em Maio de 2010 (ver [Comunicado de Imprensa No. 10/185](#)). O programa económico das autoridades visa ajudar o país a avançar na senda da sustentabilidade fiscal e da dívida e a alcançar um crescimento económico mais vigoroso, bem como a redução da pobreza.

O Subdirector-geral e Presidente em Exercício do Conselho de Administração, Sr. Min Zhu, fez o seguinte pronunciamento ao concluírem-se as discussões sobre a Guiné-Bissau:

“Congratulamos as autoridades guineenses pelo desempenho positivo no âmbito do programa apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado. O crescimento económico tem sido dinâmico, beneficiado pela boa colheita de caju e pelos termos de troca bastante favoráveis, e apoiado pela prudência na condução da política macroeconómica e pela execução de reformas estruturais. As perspectivas económicas para 2012 são de modo geral positivas, mas a economia ainda é vulnerável. As incertezas que rondam as economias avançadas representam riscos e, no cenário interno, o crescimento sustentado exigirá a manutenção da estabilidade económica e da governação eficaz, bem como novos progressos nas reformas estruturais.

A consecução dos objectivos económicos da Guiné-Bissau exige uma política fiscal prudente que mantenha os gastos dentro do limite dos recursos disponíveis, mobilize mais receitas,

proteja os gastos prioritários e preserve alguns recursos para fazer face a acontecimentos inesperados. Para garantir a correcta execução do orçamento, será fundamental que as autoridades levem adiante os seus planos de adoptar medidas tendentes a reforçar as receitas, nomeadamente através da eliminação dos subsídios implícitos, da modernização da administração fiscal e de maior rigor nos controlos aduaneiros. Em 2012, pela primeira vez nos últimos anos, as receitas orçamentais serão suficientes para cobrir as despesas correntes, de modo que toda a ajuda ao orçamento poderá ser usada em apoio a projectos de infra-estruturas e outros gastos de investimento.

Para o futuro, será importante que as autoridades acelerem as reformas económicas de bases alargadas visando reforçar a confiança e facilitar a gestão macroeconómica. A nova estratégia das autoridades para a redução da pobreza (DENARP II) é ambiciosa na medida certa. Ela exigirá uma selecção cuidadosa dos projectos, a definição de prioridades para os programas e o firme apoio dos parceiros de desenvolvimento. O programa de reformas económicas para 2012 está alinhado com o DENARP e, na área de gestão financeira pública, focaliza os aperfeiçoamentos na mobilização de receitas, o reforço da administração alfandegária e melhorias na capacidade de gestão da dívida.

A posição externa da Guiné-Bissau melhorou muito após o país ter alcançado o ponto de decisão da Iniciativa HIPC. O fortalecimento da capacidade de gestão da dívida e a limitação do recurso ao financiamento externo aos empréstimos em condições concessionais ajudará a consolidar estes ganhos,” concluiu o Sr. Zhu.

Pronunciamento de Kossi Assimaidou, Administrador do FMI para a Guiné-Bissau

29 de Novembro de 2011

Queremos agradecer ao corpo técnico e à Direcção-Geral pelo estreito diálogo em matéria de políticas com a Guiné-Bissau e manifestar a satisfação das autoridades com as discussões francas e construtivas mantidas em Washington durante a visita do Primeiro-Ministro, Sua Excelência Carlos Gomes Júnior, e em Bissau durante a missão de avaliação da Facilidade de Crédito Alargado (ECF). Na generalidade, o corpo técnico e as autoridades estão de acordo quanto à avaliação da conjuntura económica e aos principais desafios enfrentados pela economia.

A Guiné-Bissau continuou a registar um crescimento económico vigoroso graças à melhoria dos termos de troca e ao aumento da produção de castanha de caju. As autoridades tiraram proveito dessa evolução económica favorável e da estabilização do ambiente de segurança para implementar de maneira decidida o programa apoiado pela ECF, com o objectivo final de consolidar a estabilidade macroeconómica e reduzir a pobreza.

A implementação do programa ao abrigo da ECF foi vigorosa. Todos os critérios de desempenho para o fim de Junho de 2011 foram cumpridos. Todas as metas quantitativas foram alcançadas, salvo a meta indicativa das despesas não tituladas. Da mesma forma, todos os indicadores de referência estruturais foram atingidos, com a excepção do referente ao sistema unificado de pagamentos salariais. Realizaram-se grandes avanços para alcançar as demais metas.

Com vistas ao futuro, a Guiné-Bissau continua a enfrentar duros desafios, sobretudo no que tange à redução da pobreza, à consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e ao alargamento da base da economia. O índice de pobreza subiu para 69,3 por cento entre 2002 e 2010, com a pobreza extrema crescendo 58 por cento e impactando um terço da população. Isso reflecte o impacto da desaceleração da economia mundial, da elevação dos preços dos alimentos e combustíveis e da instabilidade sociopolítica. Para fazer face a esses enormes desafios, o governo adoptou recentemente um novo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II), após amplas consultas com os parceiros de desenvolvimento e as partes interessadas da Guiné-Bissau.

Conforme mencionado na Nota Consultiva Conjunta das Equipas Técnicas (JSAN), o DENARP II representa uma melhoria substancial em relação ao documento anterior. Ele prevê medidas para fortalecer as instituições públicas, consolidar a estabilidade macroeconómica e gerar novas fontes de crescimento e alargá-las.

I. Evolução económica recente

A despeito das dificuldades impostas pela conjuntura económica mundial, a economia guineense registou um crescimento económico vigoroso em 2011 graças ao aumento dos preços e do volume das exportações de castanha de caju. A posição da balança de transacções correntes melhorou, ao passo que a inflação global disparou, chegando a 5,5 por cento, pressionada pela elevação dos preços dos alimentos e combustíveis importados.

As políticas orçamentais das autoridades visaram mobilizar e reafectar recursos para despesas prioritárias. Para tanto, foram tomadas medidas destinadas a aumentar a arrecadação, como a eliminação dos subsídios aos preços internos dos combustíveis e a reforma da administração alfandegária. Embora as metas para as receitas fiscais tenham sido cumpridas com folga, as receitas não fiscais tiveram um desempenho fraco porque a compensação financeira das pescas pela UE ficou abaixo do esperado. No lado das despesas, houve avanços nos esforços para controlar os gastos, com a extensão do sistema da folha de pagamentos para a maioria dos ministérios e o aumento dos gastos em áreas prioritárias, o que permitiu atingir as metas para os gastos sociais.

Após alcançar o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC, as autoridades também buscaram uma nova reestruturação da dívida junto aos credores internos e bilaterais, o que lhes permitirá destinar mais recursos para os sectores prioritários e garantir a sustentabilidade da dívida. Assim, conseguiram concluir acordos com os credores do Clube de Paris para um alívio substancial da dívida e empenharam-se ao máximo para obter condições comparáveis dos demais credores.

No âmbito das reformas estruturais, as autoridades estão a tomar medidas para modernizar a administração pública e melhorar o ambiente de negócios, com a formulação de um plano de acção para identificar e remover os entraves ao desenvolvimento do sector privado.

Ademais, concluíram o novo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II), com uma estratégia quinquenal assente em quatro eixos: i) fortalecimento do Estado de Direito e da administração pública; ii) consolidação da estabilidade macroeconómica, realização de reformas da gestão das finanças públicas e promoção do desenvolvimento do sector privado; iii) promoção do crescimento económico sustentável, inclusivo e de bases alargadas e iv) reforço do desenvolvimento humano, sobretudo através de investimentos nos sectores da saúde e educação. Contudo, para alcançar os objectivos do DENARP II, será necessário o incremento da ajuda da comunidade internacional, inclusive do FMI.

II. Política económica com vistas ao futuro

O programa económico terá como alicerce o novo DENARP. A agenda de reformas para 2012 parte do pressuposto de que as perspectivas para a economia permanecerão favoráveis, com a

expectativa de que o crescimento continue forte, impulsionado pelos investimentos públicos e apoiado nas safras de caju. A inflação deve recuar, com o retorno da inflação subjacente para a banda de variação regional.

Nesse cenário, as autoridades buscarão aplicar políticas e intensificar reformas tendentes a cumprir os objectivos de redução da pobreza e crescimento.

Política orçamental

No tocante à política orçamental, as autoridades buscarão consolidar a estabilidade macroeconómica e mobilizar os recursos necessários para apoiar a sua agenda de desenvolvimento e preservar a sustentabilidade da dívida. Para alcançar os seus objectivos, procurarão aumentar as receitas, manter os gastos dentro dos limites dos recursos disponíveis e melhorar a gestão das finanças públicas. Relativamente à arrecadação, o governo está empenhado em aumentar as receitas fiscais em 2 por cento do PIB, por meio de acções como o fim dos subsídios e isenções alfandegárias e reformas das administrações fiscal e alfandegária. Os gastos correntes serão limitados ao nível das receitas correntes e, de agora em diante, recursos adicionais, como os provenientes da assistência ao desenvolvimento, serão direccionados para despesas em sectores prioritários, como saúde, educação e investimento público em apoio aos objectivos de redução da pobreza e crescimento.

No tocante à política de endividamento, as autoridades estão empenhadas em preservar a sustentabilidade da dívida conquistada a duras penas após a Iniciativa HIPC. Evitarão os empréstimos internos e levarão à frente os seus planos de regularizar gradativamente os atrasados internos mais antigos. Empréstimos externos serão contraídos apenas em condições concessionais. Ademais, as autoridades que represento farão esforços de boa-fé para garantir a participação dos credores restantes no esforço para conceder à Guiné-Bissau alívio da dívida em condições comparáveis às da Iniciativa HIPC. Em vista disso, apreciariam a continuação da assistência do Fundo nessa empreitada.

Para reduzir ainda mais as vulnerabilidades da dívida nacional, as autoridades planeiam intensificar os esforços para diversificar as exportações e fortalecer a capacidade para gestão da dívida, inclusive com o uso do sistema de gestão da dívida SYGADE para produzir relatórios trimestrais da dívida pública.

Reformas estruturais

A agenda de reformas estruturais das autoridades visa dar seguimento à implementação de medidas para remover os entraves ao crescimento e diversificar a base da economia. Para alcançar esses objectivos, planeiam fomentar o desenvolvimento do sector privado por meio de medidas para, por exemplo, melhorar o ambiente de negócios, modernizar a administração pública, intensificar as reformas do sector de segurança e direccionar os investimentos

públicos para a eliminação dos gargalos na infra-estruturação e a promoção da agricultura e das exportações.

As autoridades estão a trabalhar em estreita cooperação com o Banco Mundial e outros parceiros de desenvolvimento no intuito de melhorar o ambiente de negócios e desenvolver novas fontes de crescimento. Entre outras coisas, planeiam alargar o âmbito das actividades do guiché único para as empresas e adoptar um plano de acção para identificar e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento do sector privado.

À luz da crescente participação dos sectores extractivos na economia, notadamente em função das novas descobertas de minérios e petróleo, as autoridades planeiam melhorar a governação da actividade mineira com a adopção do novo código da mineração, alinhado com as normas internacionais.

No que respeita às reformas do sector de segurança — um dos pilares fundamentais da estratégia de redução da pobreza — as autoridades reconhecem a assistência prestada pela comunidade internacional, sobretudo por Angola, pela CEDEAO e pela UE. O plano é implementar as reformas acordadas, inclusive a concretização do fundo de pensão do pessoal da defesa e da polícia. O governo também está empenhado em combater vigorosamente o tráfico de drogas e o comércio ilegal de armas, bem como em fortalecer o Estado de Direito por meio de reformas da governação.

III. Conclusão

A Guiné-Bissau teve um sólido desempenho ao abrigo do programa ECF, o que reflecte a apropriação do programa pelas autoridades e o seu compromisso com a aplicação de políticas sólidas tendentes a obter avanços rumo à consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Tendo em vista os desafios impostos pela conjuntura económica, as consideráveis necessidades em termos de desenvolvimento e o empenho das autoridades em levar à frente as reformas, peço o apoio dos Administradores à conclusão da terceira avaliação do programa apoiado pela ECF.